

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Área de Concentração: Política, Movimentos Populacionais e Sociais

SAULO HENRIQUE JUSTINIANO SILVA

**DAVID REUBENI E O MESSIANISMO JUDAICO EM
PORTUGAL**

Dissertação de Mestrado

Maringá
2014

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LINHA DE PESQUISA: INSTITUIÇÕES E HISTÓRIA DAS IDEIAS

**DAVID REUBENI E O MESSIANISMO JUDAICO EM
PORTUGAL**

Trabalho apresentado por SAULO HENRIQUE JUSTINIANO SILVA ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Sezinando Luiz Menezes

MARINGÁ

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

J96d Justiniano Silva, Saulo Henrique
David Reubeni e o messianismo judaico em Portugal
/ Saulo Henrique Justiniano Silva. -- Maringá, 2014.
143 f. : il., fig.

Orientador: Prof. Dr. Sezinando Luiz Menezes.
Coorientador: Prof. Dr. José Henrique Rollo
Gonçalves.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Maringá, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes,
Programa de Pós-Graduação em História, 2014.

1. Messianismo judaico. 2. Cristãos-novos -
Portugal - História. 3. Reubeni, David. 4. Judeus -
Portugal - História. I. Menezes, Sezinando Luiz,
orient. II. Gonçalves, José Henrique Rollo,
coorient. III. Universidade Estadual de Maringá.
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes. Programa
de Pós-Graduação em História. IV. Título.

CDD 22.ed. 946.902

SOI-002058

SAULO HENRIQUE JUSTINIANO SILVA

**DAVID REUBENI E O MESSIANISMO JUDAICO EM
PORTUGAL**

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Sezinando Luiz Menezes (orientador) – PPH/ UEM

Prof^a Dr.^a. Célia Cristina da Silva Tavares - UERJ

Prof. Dr. Célio Juvenal da Costa – PPE/UEM

**Prof. Dr. José Henrique Rollo Gonçalves (coorientador) –
DHI/UEM**

**Maringá
2014**

“À Ti Cordeiro, toda excelência, gratidão e meu louvor, pois És majestoso e inigualável em poder, derrotaste o inferno e ressurgiu para reinar. És o vencedor, em tua presença eu me curvo e tributo adoração!”

Josimar Lopes de Oliveira

Aos meus queridos pais que com oração, humildade, honestidade e persistência me inspiram diante das dificuldades da vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, o autor e consumidor da minha fé, Aquele que com cuidado e carinho me manteve em pé diante das dificuldades e me deu esperança de dias melhores.

Aos meus queridos pais, professor Manoel Francisco da Silva e professora Maria Sueli Justiniano da Silva, que como grandes batalhadores sempre lutaram pelo melhor para nós, inspirando-me, não só ao longo deste trabalho, mas ao longo da vida. Agradeço, pois sempre acreditaram em mim, levando a sério minha vocação para escrever, cantar e tocar desde a infância.

À Carla Fernanda Barbosa Monteiro, minha querida esposa, que com carinho e dedicação, decidiu deixar o conforto de seu lar paterno para batalhar em uma nova vida ao meu lado. Minha companheira e confidente, o amor da minha vida!

Aos meus irmãos Luiz Eduardo Justiniano da Silva e Michele Cristina Justiniano Costa, que desde a tenra infância contribuíram para meu desenvolvimento intelectual e criativo, sou grato a Deus pela vida de vocês!

Ao meu cunhado e irmão Giovani Fatobeni Barbosa Monteiro, que me ajudou na tradução dos documentos em inglês arcaico para o português.

Aos meus amigos Guilherme Tadeu de Paula, Jeferson Eduardo Tarifa, Michael da Cruz Ferrari, Samuel Luna de Almeida, Vicêntonio Régis do Nascimento Silva, Urbano Luiz Pena Esteves Neto e Wander William Marques que tornaram este caminho mais fácil.

Aos meus amigos da Igreja Batista Sião, principalmente, aos meus líderes Paulo Ferreira Filho (Paulinho) e Luiz Alves da Silva Filho (Luizinho) que compreenderam minha ausência e reclusão ao longo deste trabalho.

Aos meus irmãos da célula Alegria que sempre estiveram me ajudando em oração.

Ao Professor Doutor Célio Juvenal da Costa e aos queridos colegas do LEIP (Laboratório de Estudos do Império Português), que mesmo cansados de me ouvir falar sobre os judeus portugueses, sempre fizeram considerações inteligentes e imprescindíveis acerca de meu trabalho.

Ao meu queridíssimo orientador Sezinando Luiz Menezes, que como um verdadeiro amigo, sempre esteve ao meu lado me ajudando e me enriquecendo com sua sabedoria inigualável.

Ao meu outro orientador José Henrique Rollo Gonçalves, que com amizade e paciência se dedicou para que este trabalho fosse concluído. Dispôs-se, em meio a sua agenda lotada, a me atender e passar um pouco de seu vastíssimo conhecimento, mostrando novos caminhos para a já cansada leitura historiográfica. Sou grato a Deus por sua vida Zé!

Agradeço à Professora Doutora Célia Tavares, que com autoridade no assunto, participou de minha banca de qualificação e apontou os caminhos a serem percorridos na finalização deste trabalho.

À Giselle, secretária do PPH, por sua disposição em sanar minhas dúvidas.

E, por fim, agradeço o Colégio Mater Dei, à Faculdade Alvorada, à Faculdade Astorga, ao pessoal do NEAD/UEM e ao Instituto Dimensão, que acreditaram em meu trabalho e me oportunizaram viver momentos incríveis ao lado de seus alunos.

JUSTINIANO SILVA, Saulo Henrique. **DAVID REUBENI E O MESSIANISMO JUDAICO EM PORTUGAL**. 143 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. Sezinando Luiz Menezes, 2014.

RESUMO

O presente trabalho busca compreender o fenômeno messiânico judaico português na primeira metade do século XVI, bem como o seu desenvolvimento a partir da aparição de David Reubeni em Portugal, que se apresentara como embaixador de um reino judeu na Península Arábica, em um contexto de conversão forçada e proibição da manifestação religiosa judaica. A passagem de Reubeni por lá, fez com que muitos cristãos-novos acreditassem nele como sendo o próprio Messias consolador, que, segundo a tradição, salvaria o povo hebreu da opressão estrangeira e os reconduziria para a Terra Santa guardada aos filhos de Abraão. Em um contexto amplo, a Europa passava por um período marcado pela ameaça turca, problemas econômicos causados pela produção de alimentos que não acompanhava a demanda populacional, as lutas por poder entre as principais monarquias cristãs e a Reforma Protestante que fragmentou definitivamente o cristianismo ocidental. Esses eventos colaboraram para o florescimento inigualável de utopias que buscavam compreender e interpretar aquele momento ímpar. Diversos pensadores, teólogos, profetas e cabalistas passaram a acreditar se tratar dos tempos derradeiros, ou da segunda vinda de Cristo, ou ainda, como no caso judaico, da vinda do Messias. No caso português a transformação dos judeus em cristãos-novos, empreendidas por D. Manuel, representou, para parte dos antigos judeus, as dores do parto da era messiânica, pois a tradição judaica desenvolveu possibilidades, ao longo de sua história, de acontecimentos do mundo real como resposta para suas aflições, por isso a presença do suposto embaixador, somado aos escritos proféticos, apoiado nos cálculos cabalistas do judeu português D. Isaac Abravanel, que previa o aparecimento do redentor para as primeiras décadas do século XVI, deu origem a uma onda de fervor messiânico no reino que foi contida com a instauração do Tribunal do Santo Ofício em terras lusitanas na década de 1530.

Palavras-chaves: David Reubeni. Messianismo Judaico. Cristãos-Novos.

JUSTINIANO SILVA, Saulo Henrique. **DAVID REUBENI AND THE JEWISH MESSIANISM IN PORTUGAL.** 143 f. Dissertation (Master in History) – State University of Maringá. Supervisor: Sezinando Luiz Menezes, 2014.

ABSTRACT

This paper seeks to understand the Jewish messianic phenomenon Portuguese in the first half of the sixteenth century, and the development of this from the appearance of David Reubeni in Portugal, this one presented itself as an ambassador of a Jewish kingdom in the Arabian peninsula, in a context of prohibition of forced conversion and Jewish religious expression, caused many new Christians believe in him as the Messiah consoling himself, who according to tradition saved the Hebrew people from foreign oppression and lead them to the holy land saved the children of Abraham. In a broader context, Europe experienced a period marked by the Turkish threat, economic problems caused by food production that did not follow the population demand, power struggles between the major Christian monarchies and the Protestant Reformation that definitely fragmented Western Christianity. These events contributed to the unparalleled flowering of utopias that sought to understand and interpret that unique moment, Many thinkers, theologians, prophets and Kabbalists have come to believe it is the ultimate time, or the second coming of Christ, or, as in the case Jewish, the coming of the Messiah. In the Portuguese case the conversion of the Jews in New Christians, undertaken by D. Manuel, accounted for part of the ancient Jews, the birth pangs of the Messianic Era, because the Jewish tradition developed possibilities, throughout its history, the events of real world in response to their distress, because this the presence of the alleged ambassador , added to the prophetic writings, based on calculations of the Portuguese Jewish Kabbalists D. Isaac Abravanel, who foresaw the emergence of the Messiah for the first decades of the sixteenth century, gave rise to a wave of messianic fervor in the kingdom that was contained only after the establishment of the Tribunal of the Holy Office in Lusitanian lands in the 1530.

Keywords: David Reubeni. Jewish Messianism. New Christians.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p. 12
1. O CENÁRIO.....	p. 18
1.1 Presença judaica na Península Ibérica.....	p. 18
1.2 As relações entre cristãos e sefarditas na Idade Média.....	p. 20
1.3 União entre Castela e Aragão e a expulsão.....	p. 22
1.4 Sefarditas em Portugal.....	p. 23
1.5 No reino do Venturoso.....	p. 24
1.6 O Messias.....	p. 28
1.7 Cabala e profecia.....	p. 31
1.8 A Europa e os medos escatológicos.....	p. 36
1.9 Europa: Um novo momento, uma nova lógica.....	p. 39
1.9.1 Economia.....	p. 39
1.9.2 Absolutismo monárquico: Habsburgos e Valois.....	p. 42
1.9.3 Turcos Otomanos.....	p. 43
1.9.4 Reforma Protestante.....	p. 45
2. DO HAVOR A PORTUGAL: AS ROTAS DE DAVID REUBENI.....	p. 48
2.1 No reino do piedoso: um visitante inusitado.....	p. 48
2.2 David, o filho do rei Salomão: questões historiográficas.....	p. 50
2.3 O embaixador e o Papa.....	p. 54
2.4 O embaixador em Portugal.....	p. 56
3. O EMBAIXADOR E A ONDA DE FERVOR MESSIÂNICO EM PORTUGAL.....	p. 63
3.1 O antissemitismo em Portugal.....	p. 63
3.1.1 Uma breve história do antissemitismo.....	p. 64
3.2 Os judeus portugueses.....	p. 65

3.3	Pires Molcho.....	p. 71
3.4	A Inquisição Portuguesa.....	p. 77
3.5	Os vultos messiânicos pós-Reubeni.....	p. 82
3.6	As trovas de Bandarra.....	p. 85
3.7	Luís Dias, o alfaiate de Setúbal.....	p. 88
3.8	Outros messianismos.....	p. 91
3.9	O fim de David Reubeni.....	p. 93
	CONCLUSÃO.....	p. 99
	FONTES.....	p. 104
	ANEXOS.....	p. 111

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1.....	p. 51
---------------	-------

INTRODUÇÃO

O texto *Inquisição e cristãos-novos*, do historiador português António José Saraiva, foi o primeiro contato que tivemos com a temática do judaísmo ibérico, cristãos-novos e Inquisição em Portugal, desde então, o fascínio pelo assunto envolveu nossas aspirações acadêmicas. Durante a graduação, apesar de termos nos envolvido com outros temas, nunca perdemos de vista a história do judaísmo. Com o fim do curso, optamos por dar início a especialização em História das Religiões e foi nesse momento que fomos apresentados a um personagem pouco trabalhado pela historiografia contemporânea acerca do período: David Reubeni.

Reubeni teria sido um embaixador enviado por um reino judaico no norte da Arábia, a fim de pedir ajuda à cristandade ocidental para retomar à Palestina dos domínios Otomanos. Foi recebido, em 1524, pelo Papa Clemente VII e dele teria conseguido uma carta de apresentação que o levava para uma audiência com o monarca lusitano D. João III.

Chegando a Portugal, foi recebido em Almeirim pelo rei e em seu pronunciamento apresentou seu plano:

Eu sou Hebreu e temo o Senhor, Deus do Universo; meu irmão, rei dos judeus a Vós me enviou, rei e senhor, a fim de pedir auxílio. Ajude-nos, pois, para que possamos guerrear contra o turco Solimão e arrancar de seu poder a Terra Santa (*In*. KAYSERLING, 2009, pp. 216-217).

A notícia de um judeu na corte e as honras que esse recebera causou grande entusiasmo entre os mais diversos setores da sociedade portuguesa. A presença de um embaixador de “terras distantes” não representaria grande excitação se não fosse pelo cenário ao qual a Europa e a Península Ibérica estavam mergulhadas nos anos iniciais do século XVI.

A presença judaica na Península Ibérica remonta a tempos imemoriais, os sefarditas, como os judeus ibéricos ficaram conhecidos, vivenciaram períodos em que alternavam entre prosperidade e perseguição, ligados com as condições econômicas e políticas dos reinos.

Em Castela no século XIV, depois de pogroms, a comunidade judaica deu início a um fenômeno de conversão sefardita ao catolicismo, esses ficaram conhecidos na historiografia como *conversos*. Os conversos optavam pelo cristianismo pautado em

questões circunstanciais para, com isso, evitar as perseguições, mas, no íntimo, continuavam judeus. O fenômeno do converso não atraiu toda a comunidade sefardita de Castela, muitos continuaram com suas posições religiosas e, conseqüentemente, desprotegidos de qualquer retaliação cristã.

A alternância envolvendo prosperidade e perseguição se estendeu até o século XV, quando nos reinos de Castela e Aragão fora instalado, em 1478, o tribunal da inquisição, que tinha como objetivo julgar os desvios da fé cristã. Sendo assim, neste período, os conversos foram os principais alvos, pois, como cristãos, estavam dentro dos limites de jurisdição da instituição inquisitorial.

O cerco contra os hereges aumentou quando, em 1492, após a queda do último bastião muçulmano na Península Ibérica, os reinos de Castela e Aragão se unificaram, dando origem ao reino da Espanha. Como medida de unificação total do reino, os reis católicos, como ficaram conhecidos na historiografia, Isabel de Castela e Fernando de Aragão, decretaram a expulsão geral dos judeus de seus domínios.

Muitos dos judeus expulsos encontraram refúgio no reino vizinho, Portugal. Apesar da comunidade judaica lusitana ter sofrido algumas restrições civis e conviver em bairros chamados judiarias, estavam integrados à sociedade cristã. Desenvolviam trabalhos tanto manuais quanto intelectuais e desempenhavam papéis importantes no processo de expansão marítima do reino.

Em 1495, subiu ao trono lusitano D. Manuel, que diante das pressões e do interesse que nutria em se casar com a infanta Isabel, filha dos reis católicos, imaginando o futuro promissor que isso causaria, promulgou, em 1496, um decreto como aquele dos monarcas vizinhos de 1492, o qual estabelecia o prazo de dez meses para que todos os judeus residentes no reino o deixassem ou se convertessem ao cristianismo.

Em 1497, o prazo máximo para os judeus deixarem o reino se esgotou, entretanto, diferente do caso espanhol, no qual os judeus foram expulsos, no português, o rei impediu de várias maneiras a partida destes, pois reconhecia sua importância econômica. Tal impedimento chegou ao ponto de o mesmo ordenar o batismo forçado dos judeus nos portos de partida onde estavam. Sendo assim, repentinamente, Portugal deixou de ter judeus em seu território e passou a ter Cristãos-Novos, nome dado aos judeus convertidos a força. Tal fato gerou o surgimento do fenômeno chamado criptojudaísmo, caracterizado por cristãos-novos, que continuaram a praticar a fé mosaica em segredo.

Segundo Mayer Kayserling (2009), os cristãos-novos eram odiados em Portugal e temiam a iminente instauração do Tribunal do Santo Ofício, que poderia acontecer a qualquer momento, caso D. Manuel não resistisse às pressões que apenas tendiam a crescer. Neste contexto de opressão, perseguição e humilhação, os criptojudeus, apoiados nas profecias bíblicas, trouxeram à tona os ideais escatológicos messiânicos, que sempre estiveram presentes no imaginário judaico da diáspora (WERBLOWSKY, 1972).

O século XVI viu o surgimento de diversos movimentos, tanto messiânicos quanto milenaristas, nas mais diversas regiões do planeta. Os milenaristas acreditavam no retorno de Cristo e nas promessas dos mil anos de felicidade, relatadas no livro de Apocalipse, no qual a serpente descrita como Satanás seria presa e Jesus, com seus escolhidos, reinaria na Nova Jerusalém. Já o messianismo não acreditava na segunda vinda de Cristo, mas na primeira e única vinda do redentor, que é o Messias – neste aspecto, é importante esclarecer que os judeus são messiânicos, enquanto os cristãos são milenaristas.

Jean Delumeau, em *História do Medo no Ocidente*, orienta-nos que “os últimos anos do século XV e os primeiros anos do XVI indicam um dos momentos da história em que o Apocalipse apoderou-se mais fortemente da imaginação dos homens” (DELUMEAU, 1996, p. 206). O autor ainda lembra-nos que “há unanimidade entre os historiadores em considerar que se produziu na Europa, a partir do século XIV, um reforço e uma difusão mais ampla do temor dos tempos derradeiros” (DELUMEAU, 1996, p. 206).

O cenário Europeu do início da modernidade dava condições para diversas interpretações daquele período como sendo os últimos tempos, afinal, um novo mundo se descortinava. As descobertas ultramarinas, os avanços turco-otomanos rumo ao ocidente, as contestações frente às corrupções e a venalidade que atingiam os setores e domínios eclesiásticos católicos, somado a reforma protestante, geraram crises de paradigmas e os europeus, na ânsia de explicar, o agora inexplicável, mundo que se descortinava diante dos olhos, suscitaram uma capacidade inigualável de criação de utopias que, dentre outras coisas, buscavam compreender aquele momento ímpar.

Portugal não estava distante das inquietações de seu tempo. D. Manuel bebia da fonte do milenarista Joaquim de Fiori¹ e passou a acreditar que seu reino era escolhido por Deus para levar o evangelho da salvação para toda a Terra e suas venturas, no plano das conquistas náuticas, estavam intimamente ligadas à vontade do criador.

David Reubeni aparece em Portugal neste período de agitações, em meio a uma profunda crise de identidade dos cristãos-novos que esperavam a redenção pregada aos judeus.

O judeu D. Isaac Abravanel, filósofo e embaixador, trabalhou para o monarca lusitano D. Afonso V e para os reis católicos, escreveu um tratado, em 1497, o qual a partir de cálculos cabalísticos, apontava a chegada do Messias para o período entre 1503 e 1570.

Reubeni chegou em Portugal no ano de 1526 e muitos foram os boatos acerca desta figura, dizia-se que o embaixador “a mando de seu irmão reconduziria a nação judia dispersa para a Palestina” (DELUMEAU, 1997 p. 183) e que ele estava recrutando um exército de trezentos mil guerreiros para lutar contra os turcos e reconquistar a Terra Santa.

Mais do que um plano para a dominação da Palestina, Reubeni trouxe informações a respeito das chamadas tribos perdidas de Israel e dizia que seu irmão tinha sob seu governo as tribos de Rúbem, no qual deriva o nome Reubeni, Manassés e Gad. Além disso, ainda afirmava conhecer reis que reuniam as tribos de Simeão e Benjamim.

A ideia de um reino judaico no oriente que reunia parte das tribos perdidas de Israel fascinou cristãos-novos e cristãos-velhos, que passaram a acreditar em Reubeni como o Messias, ou como Elias, aquele que prepararia o caminho para a redenção de Israel. Reubeni foi responsável por ondas de retorno dos cristãos-novos à fé judaica, conversão de cristãos-velhos a fé de Moisés e, principalmente, de um intenso fervor messiânico entre judeus/cristãos-novos e cristãos-velhos, que culminou na instauração do Tribunal do Santo Ofício em 1536.

Neste período, em Portugal, surgiram diversos centros de estudos messiânicos, como as cidades de Setúbal, com o alfaiate Luís Dias, Lisboa, com Mestre Gabriel, e

¹ Difundiu a ideia de que a história estava dividida em três idades: a primeira do Pai, a segunda do filho e a última do Espírito Santo. Nas concepções do Abade, a cristandade assumiria tal evolução que não necessitaria de instituições que regessem a vida do fiel. A idade do Espírito seria uma era de plenitude e paz que duraria mil anos e antecederia a segunda vinda de Cristo.

Évora, com o cristão-velho convertido e juiz de fora Gil Vaz Bugalho, no entanto, a vila Trancoso se deparou com o movimento mais significativo do período.

As trovas do sapateiro de Trancoso², por conta de sua polissemia, assumiram diversas interpretações. Alguns compreenderam os escritos de Bandarra como profecias acerca do Messias iminente, já o próprio sapateiro, em seu julgamento perante o tribunal do Santo Ofício, afirmou se tratar de prosas em louvor e honra ao rei D. João III.

As trovas de Bandarra ultrapassaram os limites temporais do século XVI e serviu como subsídio teórico para as aspirações milenarista do Padre Antônio Vieira no século seguinte.

Nossa proposta, neste trabalho, é tentar compreender os caminhos que levaram David Reubeni, tão pouco estudado na história, a se apresentar na corte de D. João III e influenciar o advento do ideal milenarista que permeou o imaginário português dos séculos XVI e XVII.

Nossa hipótese consiste na ideia de que a presença de Reubeni fora responsável pelas ondas de retorno ao judaísmo em Portugal e o que levou o monarca lusitano a pedir, junto do papa, a instauração do tribunal do Santo Ofício no ano de 1536.

Para uma melhor compreensão de nosso tema e desenvolvimento da pesquisa, dividimos a pesquisa em três capítulos que conversam entre si, o primeiro intitulado “O cenário”, o segundo “Do Habor a Portugal: As rotas de David Reubeni” e, por fim, “O embaixador e a onda de fervor messiânico em Portugal”.

No primeiro capítulo, detemo-nos a compreender o cenário. Neste sentido, buscamos desde as teorias acerca da chegada dos judeus na Península Ibérica até as ondas persecutórias que desaguaram na expulsão do reino espanhol e o batismo forçado em Portugal. Nesse capítulo, também buscamos compreender o desenvolvimento dos medos escatológicos no cenário das transformações de cunho político, econômico e

² “De seu nome completo Gonçalo Anes Bandarra, sapateiro natural da vila de Trancoso, onde nasceu no início do século XVI, ficou conhecido pelas trovas proféticas que compôs e cuja pluralidade, nomeadamente entre os cristãos-novos portugueses da época, lhe valeu ser preso pela Inquisição em 18 de Setembro de 1541. O pouco que se sabe de sua vida é precisamente através do processo que lhe moveu o Tribunal do Santo Ofício, segundo o qual ficamos a saber que lera muitas vezes a Bíblia em linguagem e que tinha grande memória e veia de fazer trovas. De facto, inspirando-se nos profetas do Antigo Testamento – Jeremias, Isaías, Daniel e Esdras -, Bandarra não só critica os defeitos e maldades da sua época, como vaticina o nascimento de um rei que estabelecerá o império do direito e da justiça e o reaparecimento das tribos perdidas de Israel. Vendo nestas profecias alusões à vinda do Messias, era pois natural que despertassem grande interesse entre os cristãos-novos, que procuravam o sapateiro para indagar sobre o seu significado messiânico” (MUCZNIK, 2009, p. 72).

social, ao qual a Europa passava nas décadas finais da Idade Média e início dos tempos modernos.

O segundo capítulo foi dedicado à presença de David Reubeni na Europa, bem como seu trajeto do Habor até chegar a Roma e, por conseguinte, em Portugal. Detemo-nos a alguns debates historiográficos acerca da real missão do suposto embaixador até alcançar seu objetivo.

Já o terceiro capítulo foi dedicado ao desenvolvimento dos movimentos messiânicos e sua influência na instauração do Tribunal do Santo Ofício, bem como os caminhos que levaram ao fim da vida de David Reubeni.

1. O CENÁRIO

1.1. Presença judaica na Península Ibérica

A destruição de Jerusalém, na década de setenta da era cristã, foi um marco na história judaica e tão definitiva que marcou o início da dispersão hebraica para todo o mundo. Nesse momento histórico, temos o surgimento de dois grandes ramos do judaísmo europeu: os ashkenazitas³ (Jeremias 51, 27)⁴, dispersos pelo norte e centro do continente, falantes do ídiche, uma variante do alemão; e os sefarditas, concentrados na Península Ibérica e norte da África, falantes do ladino ou judesmo, uma variante do hebraico mesclado com o castelhano.

Buscar-se-á, neste primeiro momento, traçar uma breve história da presença judaica na Península Ibérica.

A presença israelita na Península Ibérica possivelmente tenha se iniciado antes mesmo da *galut*⁵. Sobre isso, há a busca de respostas nos textos sagrados. Existem teorias apócrifas, cujas as fontes são pouco confiáveis e que carecem de legitimidade, como na história bíblica do profeta Jonas, que teria sido engolido por um grande peixe: “Levanta-te, vai a Nínive, a grande cidade, e anuncia contra ela que a sua maldade chegou até mim. E Jonas levantou-se para fugir para Tárzis, para longe da face de Iahweh” (Jonas 1, 2-3). A cidade de Tárzis, ao qual o profeta teria fugido, muitas vezes, é identificada como a colônia fenícia de Tartessos, localizada na Península Ibérica. Sobre esta possibilidade, o comentarista da Bíblia de Jerusalém acredita não haver relações entre a cidade citada na bíblia com a colônia fenícia (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2010, p.485).

Outra possibilidade de presença judaica na Península Ibérica, antes da dispersão ocasionada por Tito, é a apresentada no livro do profeta Abdias: “Os exilados (eram no

³ Ashkenaz é um dos descendentes de Noé no relato bíblico. Fontes Talmúdicas identificam a Germânia com Gomer, pai de Ashkenaz. Historicamente, os ashkenazitas ou “descendentes de Noé” estavam dispersos pela atual Alemanha (a oeste do Elba), França, Inglaterra, pelos Países Baixos, pela Suíça e pelo Norte da Itália. Estima-se sua população em 20 mil pessoas às vésperas da primeira Cruzada, no século XI (VAINFAS, 2010, p. 26).

⁴ Levantai uma bandeira na terra, tocai a trombeta entre as nações! Consagrai contra ela reinos – Ararat, Meni e Asquenaz – estabelecei contra ela um oficial de alistamento. Fazei subir cavalos, como gafanhotos eriçados.

⁵ Exílio, que também é sinônimo de *Díáspora*, palavra de origem grega que significa dispersão, deslocamento de populações ou etnias por motivos históricos variados. No caso judaico, a *díáspora*, além de *Galut*, também é chamada de *Tefutzah*, tradução hebraica para dispersado (VAINFAS, 2010, p.26).

início) dos israelitas tomarão posse do país de Canaã até Sarepta, e os exilados de Jerusalém, que estão em Sefarad, tomarão posse da cidade do Negueb” (ABDIAS 20).

A palavra Sefarad, apresentada no texto bíblico, é recorrentemente traduzida como Hispânia, tanto que os judeus dispersos na Península Ibérica são convencionalmente chamados de sefarditas, como citado outrora. Essa possibilidade surgiu com o *Targum*⁶ de Jonathan, que traduz Sefarad por Ispamia ou Spamia e, na tradução siríaca, por Ispania ou Espanha – “A partir do século VIII, Sefarad passou a ser a designação hebraica corrente para a Península Ibérica” (MUCZNIK, 2009, p.498).

Apesar da relação ainda presente entre Sefarad com Espanha, a possibilidade de Abdias estar se referindo a Península Ibérica é pouco provável, visto que “descobertas recentes em Sardes, capital da Lídia, na Ásia Menor, de uma inscrição bilíngue em aramaico e grego, foi identificada como sendo Sefarad mencionada no profeta” (MUCZNIK, 2009, p. 498).

O Concílio de Elvira datado do século IV, ou seja, depois da dispersão, mais do que atestar a presença judaica em Hispânia, seja talvez o primeiro documento clerical antissemita. O Concílio realizado no Sul da Ibéria romana determinou que, a partir daquele momento, ficavam proibidas relações matrimoniais entre judeus e cristãos, bem como casamentos mistos e a proibição de judeus em lugares reservados para alimentação cristã.

Apesar das suposições apoiadas em relatos bíblicos ou literários, a fonte arqueológica mais antiga da presença judaica é uma estela encontrada no Sítio Arqueológico de Mértola, na região do baixo Alentejo, no Sul de Portugal. Esta inscrição funerária, formada por quatro fragmentos ajustáveis, apresenta uma *menorah* (candelabro de sete pontas), um dos mais antigos símbolos referentes à religião judaica. A escrita latina refere-se a um indivíduo que descansou no “quarto dia das Nonas de Outubro de 520, o que no nosso calendário corresponde ao dia 4 de Outubro de 482” (DIAS, 2009, p.212).

A inscrição funerária de Mértola é o registro arqueológico mais antigo da presença hebreia na Península Ibérica. O fato de a inscrição estar em latim não representa fator contrário às alegações da presença judaica, o que nos leva a crer que a comunidade estava assimilada aos costumes da vida local.

⁶ Tradução Aramaica da Bíblia.

1.2. As relações entre cristãos e sefarditas na Idade Média

Após a queda do Império Romano do Ocidente, os sefarditas passaram por um processo de ruralização comum às populações europeias dos séculos V e VI. Os judeus, que até então se concentravam em cidades, voltados, sobretudo, a uma intensa atividade mercantil, passaram a viver como camponeses. Nestes termos, a aparente tranquilidade destoava das perseguições, que desde tempos remotos afligiam os judeus. No entanto, esta vida de suposta quietude e liberdade religiosa, não durou muito tempo, pois, após a conversão do rei visigodo Recaredo, que havia abandonado o arianismo e assumido uma postura cristã romana, intensificou-se as perseguições aos judeus ibéricos.

Recaredo baixou extensa legislação antijudaica que, segundo alguns autores, visava a erradicar o judaísmo da península, como que antecipando, em séculos, o que viria a ocorrer no século XV. Seus sucessores seguiram a mesma política de constrangimento, com êxito muito duvidoso, na verdade, porém suficiente para provocar a conversão de muitas famílias sefarditas ao cristianismo (VAINFAS & HERMANN, 2005, P.18).

No século VIII, em meio à conquista islâmica da Península Ibérica, os sefarditas saudaram e se misturaram aos exércitos muçulmanos contra os opressores cristãos.

Os Omiadas, com o califado sediado na cidade de Córdoba, no sul da península, destacaram-se pela tolerância intercultural, por isso, o período ao qual os judeus estiveram sob sua jurisdição, ficou conhecido como Primeira Idade de Ouro dos sefarditas.

Esta convivência durou até o século XI, quando o califado passou por uma desestruturação interna que colocou em xeque estas convivências, com isso, comunidades judaicas importantes foram destruídas em meio a guerras de disputas de poder entre os muçulmanos.

Já nos séculos seguintes, a situação passou a ser insustentável, principalmente, quando os Almóadas assumiram o controle do califado e intensificaram as perseguições. O momento em questão foi marcado por forte migração judaica que deixaram os territórios islâmicos rumo ao norte cristão.

Sob o domínio cristão, os judeus gozaram de liberdade religiosa e assumiram papéis de grande importância, tais como: recebedores de rendas, cobradores de impostos e, no caso português, no reinado de D. Afonso Henriques, foram nomeados como banco supletivo e vendedores ambulantes em todo país (DIAS, 2009).

Enquanto os judeus eram perseguidos no restante da Europa, principalmente, após o IV Concílio de Latrão, em 1215 – que determinou vestes diferentes aos judeus –, na Península Ibérica os sefarditas estavam integrados a comunidade. Este período ficou conhecido como Segunda Idade de Ouro do judaísmo ibérico:

Protegeram os hebreus, criando um marco jurídico em que estes ficavam equiparados em direitos aos cristãos. Cristãos, judeus e mudéjares participaram assim, sob a liderança dos reis cristãos, numa empresa comum, para qual cada grupo contribuiu com o que estava ao seu alcance, colaborando todos na consolidação da conquista e na articulação de novas sociedades que assentaram nesses lugares (PULIDO, 2003, p. 11 *apud* VAINFAS & HERMANN, 2005, p.20).

O tempo de vantagens e proteção oferecidas aos judeus chegou ao fim em meados do século XIV, quando, por uma disputa sucessória ao trono de Castela, os judeus se viram obrigados a tomar partido, visando sua longevidade.

A disputa foi travada pelos irmãos Pedro, o cruel – herdeiro legítimo do trono –, contra o bastardo Henrique da Transtâmara. Os sefarditas optaram por apoiar Pedro, herdeiro legítimo da coroa, isto mostrava uma tendência há muito observada, pois, nas palavras de Leon Poliakov, os judeus eram “legalistas por prudência, bem como por tradição, permaneceram fiéis ao rei legítimo” (POLIAKOV, 1961, p. 127).

O conflito terminou em 1366 e sagrou Henrique como vencedor. O novo rei de Castela não tardou em investir esforços contra seus inimigos. Já na década de 1370, os judeus passaram a ser perseguidos e reprimidos no reino do Transtâmara, sendo que, na década seguinte, um Édito real declarou que o “cativo era o que cabia naturalmente aos judeus” (VAINFAS & HERMANN, 2005, p.22).

A última década do século XIV é, extremamente, importante quando buscamos compreender o fenômeno de conversão judaica em massa ao cristianismo, pois mostrou um alastramento do antissemitismo que se estendeu para os demais reinos ibéricos, como Catalunha e Aragão (VAINFAS & HERMANN, 2005).

Mas como compreender este momento tão trágico e ao mesmo tempo tão volúvel contra a comunidade judaica? Joseph Pérez, citado por Jackeline Hermann e Ronaldo Vainfas, apresenta duas explicações, uma sociológica e outra conjuntural:

A explicação sociológica: o fato de muitos judeus, apesar da crise castelhana mencionada, desfrutarem de posições elevadas não só como comerciantes, se não como agentes dos reis e nobres em várias partes. Havia também os coletores de impostos, usurários, comerciantes de grosso trato, revendedores de grãos. A explicação de

conjuntura: O alastramento da Peste Negra, que foi tardio na península, associado à fome e à depauperação da população urbana e rural em várias partes (PÉREZ, 1971 apud VAINFAS & HERMANN, 2005, p. 23).

A perseguição aos judeus era implacável, sinagogas foram destruídas e muitos foram assassinados sem piedade, o que motivou parte significativa da comunidade a se converter ao cristianismo, impedindo o alastramento e a intensificação das perseguições. É certo que os conversos, nome e estatuto jurídico ao qual ficaram conhecidos os sefarditas que tinham optado pelo cristianismo, foram motivados por questões circunstanciais quando optaram pela conversão, no entanto, muitos abraçaram sinceramente a fé nova, como o caso do médico Josué de Lorca, que assumiu o nome cristão Jerônimo de Santa Fé e o ex-rabino Salomão Halevi, assumindo o nome Pablo de Santa Maria, que acabou seus dias como bispo de Burgos, cidade na qual fora sacerdote judaico. Outros continuaram a praticar o judaísmo secretamente ou nem chegaram a passar pelo processo de conversão, continuando judeus até a expulsão (VAINFAS & HERMANN, 2005).

1.3. União entre Castela e Aragão e a expulsão dos judeus

O matrimônio entre Fernando, rei de Aragão, e Isabel, rainha de Castela, em 1469, foi o início da unificação de uma Espanha ainda multifacetada, dividida “nas leis, nas línguas, nos sistemas jurídicos e também nas religiões” (VAINFAS & HERMANN, 2005, p. 25). Acreditava-se que o primeiro passo para a unidade nacional seria a unidade religiosa, nesse contexto, surge o Tribunal do Santo Ofício Espanhol, que tinha como principal objetivo fortalecer o catolicismo, reprimir e condenar as heresias no seio da Igreja. Nesse momento, os Conversos serão os principais alvos da Inquisição, que tinham seu poder de jurisdição restrito ao cristianismo e, nesta linha de raciocínio, os sefarditas que abraçaram a fé em Cristo, enquadravam-se nos planos do tribunal inquisitorial.

Após a instauração do tribunal inquisitorial nos reinos de Castela e Aragão em 1478, temos a primeira leva de imigração sefardita atravessando a fronteira e se exilando no reino de Portugal.

Os acontecimentos do ano de 1492 foram decisivos para a unificação, de fato, do reino. Em dois de janeiro, as tropas espanholas entram em Granada, último reduto muçulmano na Península Ibérica, coroando assim os esforços de 700 anos de batalhas

de reconquista. Dois de março marcou a expulsão definitiva dos judeus do recém-unificado reino espanhol.

1.4. Sefarditas em Portugal

A expulsão judaica na Espanha foi decisiva para o aumento significativo dos sefarditas em Portugal. Segundo o historiador Oliveira Marques (2009), em sua *Breve História de Portugal*, em 1490, a população judaica no reino lusitano não passava de 15 mil habitantes e, apesar de um número razoável, isso não representava muito, visto que assumiam posicionamentos específicos no cotidiano do reino.

Após a expulsão da Espanha, estima-se que cerca de 40 mil judeus (VAINFAS, 2011) atravessaram as fronteiras com o vizinho. Abraão Zacuto, astrônomo na corte de D. João II e D. Manuel, contabilizou cerca de 120 mil judeus (SARAIVA, 1969), uma população imensa, tendo em vista que a maior cidade portuguesa, Lisboa, tinha 70 mil habitantes na mesma época (HERMANN, 1996).

Em Portugal, ao longo de sua história, não houve perseguições em massa contra os judeus, ao contrário, estes estavam integrados a cultura local, viviam uma vida intelectual pujante e estavam intimamente ligados ao processo de expansão náutica que marcou a história desse reino nesses tempos (NOVINSKY, 1997).

Em 1147, D. Afonso Henriques, primeiro monarca lusitano da dinastia de Borgonha, comparou-se, segundo Cristovão Acenheiro, cronista português do século XVI, a dinastia judaica dos Macabeus e entendia que, assim como Judá Macabeu, na vitória contra os selêucidas, teve a intervenção da mão divina, ele também teria tido a interferência celestial na vitória contra os mouros na unificação do reino, na batalha de Ourique (LIPINER, 1993).

É possível perceber que existiam ligações entre os judeus e os cristãos já nos primeiros tempos dos monarcas lusitanos, que os concedia proteção contra eventuais surtos persecutórios levados a cabo pela Igreja. Com isso, os judeus foram importantes na consolidação e ocupação do reino, além do papel decisivo na efervescência comercial e desenvolvimento econômico português.

A primeira compilação de leis portuguesas que restringiu algumas atividades judaicas, foi as Ordenações Afonsinas, de D. Afonso V de Avis, em 1446. Tais leis tiveram muito mais sucesso retórico do que prático, pois poucos foram os judeus condenados por infringirem tais regras, dentre as quais estavam a união matrimonial

entre cristãos e sefarditas ou mesmo a impossibilidade de judeus frequentarem tabernas de cristãos.

Segundo Ferro Tavares, também citado por Vainfas e Hermann, a situação judaica em Portugal, ao longo do século XV:

(...) era privilegiada, se comparada à dos demais judeus da Península. Os poucos enfrentamentos entre cristãos e judeus foram motivados mais por objetivos econômicos do que pelo ódio religioso, situação que mudaria crescente e definitivamente depois das perseguições antijudaicas, da implantação da Inquisição e da expulsão dos judeus de Castela (FERRO TAVARES, 1982 apud VAINFAS & HERMANN, 2005, p.32).

O reinado de D. João II foi marcado por uns cem números de estabelecimentos de famílias sefarditas vindas da Espanha para Portugal, trazendo desestabilização no convívio entre a antiga minoria judaica e os cristãos. O monarca sabia da importância econômica judaica, por isso não restringiu os mesmos do reino, desde que estes pagassem os impostos devidos. No entanto, os clandestinos judeus e conversos, sem dinheiro ou bens para pagar o tributo exigido, por exemplo, tornaram-se cativos da fazenda real (VAINFAS & HERMANN, 2005).

D. João também concedeu leis que privilegiavam a conversão judaica ao cristianismo, mas, ao mesmo tempo, isentavam os “judeus do pagamento de serviços e empréstimos lançados pelo rei ou pelos concelhos e do serviço militar em tempo de paz ou guerra, dentre outras vantagens” (VAINFAS & HERMANN, 2005, p.33). Estes privilégios teriam agravado, significativamente, as relações entre judeus e cristãos.

D. João II morreu em 1495, não deixando herdeiros, assumiu o trono português seu sobrinho D. Manuel, conde de Beja, membro de uma “infortunada família cujo pai morreu no cadafalso, aprendera, através de seu próprio infortúnio a sentir humanitariamente e simpatizar com os oprimidos” (KAYSERLING, 2009, p. 157).

1.5. No reino do Venturoso

Foi no reinado de D. Manuel que Portugal se estabeleceu como potência náutica, investindo nos judeus como forma de sucesso em seus empreendimentos, por isso, concedeu aos israelitas estatuto de cidadãos comuns da corte, mas nas palavras do rebino alemão Meyer Kayserling (2009): “a felicidade que os judeus desfrutaram foi de breve duração” (p.163).

A ambição política do Venturoso⁷ não se restringia às conquistas ultramarinas, mas iam além. Sobre as ambições manuelinas, Kayserling escreveu no século XIX:

D. Manuel ambicionava ardentemente reunir sob seu cetro toda a Península Pirenaica, plano facilmente realizável por meio de uma aliança com uma princesa castelhana. Apesar de, logo após sua ascensão ao poder, haver rejeitado a mão de uma filha de Isabel, estava muito inclinado a casar-se com a outra mais velha, também chamada Isabel, a jovem viúva do infante de Portugal tão precocemente desaparecido. Em outubro de 1496, enviou seu primo D. Álvaro, como mediador, para Castela. Também o casal de reis católicos tinha razões eminentemente políticas para desejar uma união com o vizinho lusitano, e, apesar da sua decidida aversão contra qualquer novo matrimônio, foi a jovem viúva finalmente persuadida a concordar, graças a insistência dos padres que louvaram esta ligação como agradável a Deus e proveitosa ao país. Antes porém, de concederem Suas Majestades a mão da filha ao jovem Manuel, impuseram-lhe expressamente a condição de celebrar com a Espanha um acordo de proteção e defesa contra a França e seu rei, Carlos VIII, e expulsar do país, em curto prazo, todos os judeus, tanto imigrados da Espanha, que ainda lá permaneciam, como os nativos (KAYSERLING, 2009, p.163, grifo nosso).

Como cláusula para efetivação do contrato matrimonial, D. Isabel de Castela ordenou a expulsão de todos os judeus do território vizinho, o que foi acatado pelo monarca lusitano.

Em 30 de novembro de 1496, foi concretizada a união entre a infanta Isabel e D. Manuel e os judeus que estavam em território português tinham, a partir de 24 de dezembro de 1496, dez meses para deixar o reino. Aqueles que não obedecessem estariam sob pena de morte e confisco de bens, “sob nenhum pretexto seria permitido a qualquer judeu habitar dentro das fronteiras do país ou nele permanecer depois de expirado este prazo” (KAYSERLING, 2005, p. 166).

De fato, D. Manuel não tinha vontade política para tal ação, mas acatou pensando nas vantagens que o matrimônio lhe concederia. Como ficar sem os judeus, fonte de renda e avanço tecnológico para a empresa marítima? “Decisão difícil, sobretudo diante dos importantes serviços que homens como o astrônomo e astrólogo Abraão Zacuto, expulso de Castela abrigado em Portugal, prestaram para os avanços náuticos do reino” (VAINFAS & HERMANN, 2005, p.35).

⁷ D. Manuel é conhecido como Venturoso, ou Bem-Aventurado, ou o Afortunado, tanto pelos eventos felizes que o levaram ao trono, como pelos que ocorreram no seu reinado.

O monarca sabia da importância judaica na prosperidade de seu reino, por isso, voltou-se, enquanto o prazo de expulsão não se esgotava, para uma ostensiva política que previa a conversão em massa dos sefarditas ao cristianismo. Conquistando tal proeza, estaria de acordo com os desígnios do contrato matrimonial e ainda contaria com os principais agentes econômicos do reino.

As medidas adotadas por D. Manuel para alcançar êxito em seus objetivos, começaram ainda em 1496, quando determinou que os judeus poderiam, somente, sair em transportes, ou embarcações que fossem previamente licenciados e possuíssem autorização régia para tal ação. É de 1496 também o decreto que determinou que os filhos de famílias judaicas, menores de 14 anos, seriam entregues para ser criados por famílias cristãs.

Em 1497, somente o porto de Lisboa foi autorizado para a saída de judeus do reino. Nesse período, também ficou determinado que seus filhos menores de 25 anos fossem tirados de sua convivência para serem criados por famílias cristãs. Diante de tal situação, milhares de famílias judaicas, acampadas na cidade de Lisboa esperando sair do reino, viram-se forçadas a se batizar, assumindo uma nova identidade: a de cristãos-novos.

Apesar de um novo estatuto, uma nova identidade institucional e de terem visto suas sinagogas serem destruídas ou virarem igrejas após 1497, os sefarditas, enquanto cristãos-novos, gozaram de certas regalias no reinado manuelino. Após o cumprimento do édito de expulsão, ficava proibido, durante 20 anos, qualquer tipo de inquirição sobre os procedimentos religiosos adotados pelos conversos. Esta medida estava em consonância com o fato de os cristãos-novos, em sua maioria, continuarem a praticar a fé de Moisés. É importante lembrar que Portugal, diferente do reino vizinho, não havia instituído nenhum tribunal que investigasse os desvios de conduta religiosa deste novo seguimento social.

Apesar da lei de 1497 em que o monarca lusitano impedia inquirições contra a conduta religiosa cristã-nova:

As próprias autoridades régias não a obedeciam e iniciavam processos contra aqueles sobre os quais pesasse a mais leve suspeita de adesão ao judaísmo. Os monges, principalmente dominicanos, não deixavam de incitar com seus sermões a massa crédula de criptojudeus. Antes que se esperasse, eclodiu o fanatismo com todos os horrores. (KAYSERLING, 2009, p. 182).

O ano de 1503 foi marcado por uma crise na distribuição de alimentos que assolou parte da Europa, dando origem a uma carestia que, nas palavras de Kayserling (2009),

(...) não só a classe humilde como também a abastada ressentiu-se muito do aumento dos preços; dificilmente se conseguia comprar trigo, pão ou vegetais, e as pessoas famintas consumiam raízes, ervas e alimentos nocivos que ocasionavam moléstias pestilentas” (p.183).

A população mais exaltada tendeu a compreender esses acontecimentos como castigos divinos pela insolência dos cristãos-novos que insistiam na fé antiga, por isso, foram considerados culpados.

Os anos que seguiram foram marcados por protestos dos cristãos-velhos contra as condutas religiosas dos cristãos-novos – humilhações e revoltas eram práticas cotidianas nas ruas das principais cidades lusitanas⁸.

O ano de 1506 marcou definitivamente o ápice dos movimentos revoltosos contra os cristãos-novos. António José Saraiva (1969), autor de *Inquisição e Cristãos-Novos*, narra os acontecimentos envoltos no chamado “Massacre de 1506”:

No decorrer de uma cerimônia religiosa na Igreja de S. Domingos, um homem que participava no culto, no momento em que o povo gritava “milagre” à vista de um resplendor que saía de um crucifixo, teve a ideia inoportuna de argumentar que se tratava apenas de um reflexo de uma vela. Foi logo taxado de “Judeu”, morto e queimado *in loco*. Dois frades dominicanos brandindo crucifixos excitaram os fiéis aos gritos de “heresia, heresia!”. Durante três dias a cidade esteve nas mãos dos amotinados, que pilhavam as casas, atiravam mulheres e crianças da janela à rua e acendiam por toda a parte fogueiras onde ardiam vivos e mortos. Bandas de embarcações tudescos de passagem em Lisboa participaram na pilhagem e no massacre. Houve perto de 2000 mortos na cidade, segundo Damião de Góis, entre eles João Rodrigues Mascarenhas, cobrador de impostos reais, um dos homens mais ricos de Lisboa. O Rei D. Manuel, ausente no Alentejo, reagiu com energia: pena de morte e confiscação dos bens para os malfeitores; castigos

⁸ Os prólogos do pavoroso drama já se haviam iniciado alguns anos antes. No domingo de Pentecostes (25 de Maio) de 1504, reuniram na Rua Nova – a via mais importante da capital, habitada principalmente por criptojudeus – alguns cristãos-novos, conversando despreocupadamente. De um momento para o outro, viram-se cercados por um bando de rapazes, dos quais nenhum havia ultrapassado o décimo quinto ano de vida, que passaram a proferir contra eles calúnias e ultrajes. Um dos ofendidos desembainhou sua arma, ferindo cinco ou seis dos jovens delinquentes. Houve revolta, e só a chegada do governador com tropas armadas pôde evitar maiores consequências. Quarenta rapazes foram presos. Considerando a idade dos réus, foram condenados pelo Tribunal a chibatadas ao degredo perpétuo para as Ilhas de São Tomé. A pedido da rainha esta última pena foi relevada. Em Abril de 1505, a plebe arrasou a sinagoga de Évora (...) (KAYSERLING, 2009, p. 184).

para os cúmplices passivos; punição coletiva da cidade com a abolição de alguns privilégios (p. 49).

Nesse momento de extrema animosidade entre os cristãos e judeus, somado aos sucessivos acontecimentos que buscavam a aniquilação da fé de Moisés na Península Ibérica que os ideais messiânicos presentes na religião judaica desde tempos imemoriais se afluaram. Os acontecimentos da vida real se materializaram nas esperanças às tribulações de Israel, concretizados na figura do Messias desejado, aquele que libertaria o povo de Deus e os levaria para a Terra Santa prometida aos seus ancestrais, como nos relata os escritos bíblicos do profeta Ezequiel:

Como o pastor cuida do seu rebanho, quando está no meio de suas ovelhas dispersas, assim cuidarei das minhas ovelhas e as recolherei de todos os lugares por onde se dispersaram em dia de nuvem e escuridão. Trá-las-ei dentre os povos, reuni-las-ei dentre as nações estrangeiras e reconduzi-las-ei para o seu solo, apascentando-as sobre os montes de Israel, nas margens irrigadas dos seus ribeiros e em todas as regiões habitadas da terra (Ezequiel 34,12-13).

1.6. O Messias

A ideia de um Messias redentor que colocaria fim ao curso da história é recorrente no pensamento religioso judaico. É deles, depois assumido pelo cristianismo, a explicação teleológica da história.

A evolução, culminando ou na redenção do povo de Israel, no caso judaico, ou mesmo na coroa real do salvador, no caso do cristianismo, surge a partir dos escritos proféticos de Isaias e Daniel. Segundo o historiador Ivan A. Manoel (2004), esta perspectiva messiânica e escatológica da história conferiu para o desenvolvimento de uma filosofia da história que compreende as relações estabelecidas no interior das sociedades, como progressivas, inviabilizando outras teorias que compreendem a história de forma cíclica.

No caso judaico, a aparição do Messias é um acontecimento no curso progressivo da história. Neste aspecto, ele virá na medida em que a história avança e, fatalmente, remirá o povo escolhido e destruirá os opressores do povo de Deus.

É fato que a grande diferenciação entre o Mashiaich judaico e o Cristo dos cristãos é que para o judaísmo “o messianismo é uma ocorrência histórica situada no exterior” e no caso do cristianismo o “conceito messiânico passou da arena da História para o nível da psicologia” (NOVINSKY, 1998, p.71), portanto, é evidente que a

dimensão judaica da ação messiânica se coloca de forma política e ativa no campo terreno:

Naquele dia, levantarei a tenda desmoronada de Davi repararei as suas brechas, levantarei as suas ruínas e a reconstruirei como nos dias antigos. (...) Mudarei o destino de meu povo, Israel; eles reconstruirão as cidades devastadas e as habitarão, plantarão vinhas e beberão o seu vinho, cultivarão pomares e comerão os seus frutos. Eu os plantarei em sua terra e não serão mais arrancadas de sua terra, que eu lhes dei, disse Iahweh teu Deus. (Amós 9, 11- 14 e 15)

Já para o cristão, a remissão proporcionada pelo messias é de caráter subjetivo e de ação mental, para além das questões terrenas: “Jesus respondeu: Meu reino não é deste mundo. Se meu reino fosse deste mundo, meus súditos teriam combatido para que eu não fosse entregue aos judeus. Mas meu reino não é daqui” (João 18, 36).

No caso judaico, a figura messiânica anda de forma interligada à descendência davídica. Isso, em grande medida, pelo fato de no reinado de Davi e de seu filho Salomão, Israel ter atingido seu ápice (WERBLOWSKY, 1972). O descendente de Davi virá e restaurará a glória de seu ancestral. Além do que, segundo a tradição bíblica, foi com o filho de Jessé⁹ e com toda sua descendência que Deus fez aliança, um pacto de lealdade, por isso, cabe a um filho de Davi a tarefa redentora, como relatado no livro de Jeremias: “Dias virão - oráculo do Senhor - em que farei brotar de Davi um rebento justo que será rei e governará com sabedoria e exercerá na terra o direito e a equidade” (Jeremias, 23,5), ou ainda: “Nesses dias e nesses tempos farei nascer de Davi um rebento justo que exercerá o direito e a equidade na terra” (Jeremias 33,15).

O Messias judaico, segundo a literatura bíblica, teria uma série de atividades a serem cumpridas antes da redenção do povo de Israel, dentre as quais se encontram a reunião das tribos perdidas de Israel:

Naquele tempo, o Senhor levantará de novo a mão para resgatar o resto de seu povo, os sobreviventes da Assíria e do Egito de Patros, da Etiópia, de Elão, de Senaar, de Emat e das ilhas do mar. Levantará o seu estandarte entre as nações, reunirá os exilados de Israel, e recolherá os dispersos de Judá dos quatro cantos da terra. (Isaías 11,11-12).

⁹ Naquele tempo, o rebento de Jessé, posto como estandarte para os povos, será procurado pelas nações e gloriosa será a sua morada (Isaías 11,10).

Os exilados de Israel, os quais as escrituras relatam, fazem alusão à divisão ocasionada durante o reinado de Roboão, filho de Salomão. Roboão, ao assumir o cargo herdado pelo pai, deu prosseguimento à política de altos impostos para a manutenção do templo. Tal política causou descontentamento por parte da população de algumas tribos de Israel, fazendo emergir um movimento separatista liderado pelo efraimita Jeroboão. O movimento alcançou seu objetivo e fez seccionar dez tribos, dando origem a um novo reino chamado de Israel, ou reino do Norte, enquanto as duas tribos, Judá e Benjamim, que mantiveram seu apoio ao herdeiro legítimo, formaram a chamada tribo de Judá, ou ainda, reino do Sul.

O reino de Israel se estabeleceu ao norte da Palestina, elegendo a cidade de Samaria como capital, enquanto Judá continuou a manter Jerusalém como seu centro político e religioso. Os reinos divididos se tornaram presas fáceis para as ambições expansionistas dos impérios do crescente fértil. Os israelitas foram dominados e levados como cativos pelos Assírios, por sua vez, Judá, um século depois, sucumbiu aos interesses de Nabucodonosor, rei Caldeu, que deu início ao período conhecido como Cativo Babilônico.

Os israelitas acabaram por se assimilar aos diversos povos com os quais tiveram contato, adorando a outros deuses e se distanciando da identidade conferida pelos patriarcas. Caso diferente aconteceu com os habitantes do reino do Sul, que mantiveram sua identidade, evitando qualquer tipo de assimilação. Esta foi uma característica marcante dos judeus ao longo da história, possibilitando a preservação da cultura, da língua e dos costumes ao longo dos anos.

A literatura bíblica trata os habitantes dos reinos do Norte como as tribos perdidas de Israel. Segundo a tradição, o Messias reunirá estas tribos, juntamente com os judeus, para concluir sua tarefa redentora, como relatado no livro do profeta Jeremias: “Pois dias virão - oráculo do Senhor - em que mudarei a sorte de meu povo, Israel e Judá, disse o Senhor, a fim de reintegrá-lo na posse da terra que havia dado a seus pais” (Jeremias 33,3).

A questão do aparecimento de um Messias ou de um ideal messiânico está intimamente ligada com o movimento cíclico que a religião judaica assumiu em relação aos diversos momentos de sua história. O afastamento de Deus e o sofrimento causado representará o cenário para o advento de tais tendências que se repetirá ao longo da história. (FERRO TAVARES, 1991) Por isso, o reino messiânico se faria presente em

um momento específico, em que o povo de Deus estivesse passando por grandes tribulações.

Atacarás o meu povo de Israel como uma nuvem de tempestade que vem cobrir a terra. Isso acontecerá no decorrer dos tempos: eu te farei vir contra a minha terra, a fim de que as nações aprendam a conhecer-me, quando sob meus olhares, ó Gog, eu tiver manifestado a minha santidade pela maneira como eu te tratar (Ezequiel 38, 16).

O período proposto para a análise foi um dos momentos históricos em que as esperanças messiânicas floresceram entre os sefarditas, acreditava-se a partir de cálculos cabalísticos que a consolação do povo de Israel estava próxima. A cabala, doutrina mística judaica, foi combustível propulsor para a crença que buscava compreender aquele momento como o advento da era messiânica.

1.7. Cabala e profecia

A palavra cabala que se traduz do hebraico bíblico como tradição, surgiu em meados do século XII como uma doutrina esotérica a parte do judaísmo tradicional. Segundo Lúcia Liba Mucznik (2009):

É a forma como as tendências místicas existentes no seio do judaísmo desde o período do Segundo Templo se exprimiram a partir de meados do século XII, em particular no Sul da França, nas regiões e na mesma época do apogeu do catarismo (p. 128).

Mircea Eliade (2011) afirma que “a cabala contribuiu para fortalecer, direta ou indiretamente, a resistência espiritual das comunidades judaicas da dispersão” (p.161).

O primeiro escrito cabalista data de 1180 e tem por nome *Bahir*, do hebraico, claro. O *Bahir* desenvolveu a ideia das dez *sefirot*, que seriam as emanções divinas as quais demonstravam os atributos de Deus. A partir das *sefirot*, podiam-se descobrir os mistérios da criação ainda não revelados.

O espanhol Abraão Abuláfia desenvolveu uma técnica de meditação a partir do estudo aprofundado do *Bahir*, que possibilitava através da ciência combinatória das letras do alfabeto hebraico chegar a contemplação mística e a visão profética do mundo (ELIADE, 2011).

Sem dúvida, a evolução mais significativa da cabala judaica foi o livro pseudoepígrafo *Zohar*, do hebraico, esplendor, que, segundo Gershom Scholem (2005),

é de autoria do rabi Moisés de Leon, ainda que muitas vezes atribuído ao judeu dos primeiros séculos da era cristã, rabi Simeão.

Scholem (1995) destaca a ideia de que “o *Zohar* está interessado, principalmente, no objeto da meditação, isto é, nos mistérios do mundo inteligível” (p. 229). Eliade (2011) complementa que “o *Zohar* representa a teosofia judaica, isto é, uma doutrina mística cujo objetivo principal é o conhecimento e a descrição das obras misteriosas da divindade” (p. 163).

Lúcia Liba Muckznik (2009) define a lógica do *Zohar* da seguinte maneira:

O *Zohar* organiza-se em torno de cinco mitos centrais: o processo cosmogônico e a elaboração inicial das dez emanções ou atributos *sefiroth* (de *safar* = contar), através dos quais a divindade eterna, o *Ein Sof* (o infinito), sai do seu ser secreto e inefável e se apresenta como criador; uma descrição pormenorizada da relação dinâmica no campo dos atributos divinos entre as *sefira din* (justiça) e *h'essed* (caridade, misericórdia); a simbólica sexual na relação entre os elementos masculino e feminino, este designado por *Sh'eh'ina*, no seio do mundo divino; a luta entre o mundo do sagrado e do divino, à direita, e o mundo do mal e de Satã, à esquerda; e finalmente a descrição apocalíptica da Redenção e o papel do Messias (p. 128).

O *Zohar* corresponde, até os dias atuais, ao principal eixo do conhecimento místico de Deus para certas vertentes do judaísmo.

A expulsão da Espanha, em 1492, e a conversão forçada dos judeus em Portugal, em 1497, trouxe um novo estágio nas interpretações cabalísticas. Os acontecimentos decorrentes deste momento provocaram grande comoção entre os mais diversos setores, ocorrendo uma grande reviravolta emocional que transformou a forma e as condutas religiosas judaicas. Segundo Scholem (1995):

Os efeitos e consequências concretas do desastre de 1492 não se limitaram de modo algum aos judeus que viviam naquela época. Na verdade, o processo histórico desencadeado pela expulsão da Espanha requereu várias gerações – quase um século inteiro – para desdobrar completamente seus efeitos (p. 275).

Tais acontecimentos deram origem à chamada nova cabala, em detrimento da cabala antiga, que concentrava seus interesses na Criação, pois, “quem conhecesse a história do mundo e do homem podia eventualmente retornar à perfeição original” (ELIADE, 2011, p. 164). A nova cabala tinha como principal objetivo compreender a Redenção, como nos orienta Mircea Eliade (2011), citando Gershom Scholem:

Após a expulsão, *páthos*, do messianismo invade a nova cabala; o começo e o fim foram atados um ao outro. A catástrofe recebeu um valor redentor: ela significava as dores do parto da era messiânica. Desde então, a vida foi entendida como a existência no exílio, e o sofrimento do exílio foram explicados por certas teorias audaciosas sobre Deus e o homem (p.164).

A doutrina messiânica passou a ser o carro chefe da nova cabala, pois essa, “que era a preocupação anterior dos interessados em apologética, converteu-se por algum tempo no tema de uma propaganda agressiva” (SCHOLEM, 1995, p. 276).

Tais acontecimentos possibilitaram a emergência dos ideais de advento do Messias. Segundo René Lourau (1995), “todo grupamento é uma comunidade de interesses convergentes” (p.267), deste modo, pode caracterizar a religião judaica como grupamento maior, sendo o advento da era messiânica, previsto nas sagradas escrituras, um dos elementos de união entre seus fiéis. A unidade positiva é o consenso da coletividade que caracteriza a formação social do grupo, desse modo, todo grupamento tem algo de sagrado e intocável. No entanto, considera-se que mesmo sendo inegável a existência dos grupamentos, dentro deles existe uma unidade negativa que possibilita o movimento da instituição. Neste aspecto, as noções propostas pelo sociólogo francês, em seu livro *Análise Institucional*, possibilita-nos entender que o grupamento é, ao mesmo tempo, pluralista e heterogêneo, porque dentro do instituído está o gene da mudança, o instituinte.

As perspectivas messiânicas no início do século XVI estavam em ligeira expansão por parte do judaísmo. Existiam, na Península Ibérica, autores que buscavam, a partir de cálculos cabalísticos e estudos, principalmente, fundamentados nas profecias do livro de Daniel, prever o momento exato em que o Messias viria. Este discurso possibilitou legitimação de pulsações instituintes, caracterizadas por Lourau (1995) como a unidade negativa presente na segmentaridade, que é o caráter singular de membros do grupamento que possibilita a mudança do mesmo, ou seja, a crença no Messias tornou-se o vetor de mudança dentro de uma instância já segmentada, que é a religião judaica.

A ascensão dos ideais messiânicos naquele contexto histórico se consolida como uma interpretação, diante do discurso religioso instituído. A isso, Michel Foucault (1996) chama de “comentário” que, segundo ele, “conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado” (pp. 25-26). Neste aspecto,

tendemos dizer que o messianismo tem legitimidade na bíblia judaica, ou seja, o discurso instituído legítimas interpretações diversas, tanto daqueles que acreditam no advento breve do redentor quanto daqueles que, por vias de outros comentários, a partir do mesmo discurso institucional, não acreditam. Neste momento, veremos discursos divergentes sobre a vinda do Messias.

D. Isaac Abravanel, judeu, estadista e filósofo da Corte de Dom Afonso V, de Portugal, ao se aprofundar nos estudos de cabala, escreveu sobre a vinda do Messias consolador. Buscaremos entender o pensamento de Abravanel sobre este fato, pautando-se nas noções propostas por Benzion Netanyahu (1998), em seu livro *Don Isaac Abravanel: Statesman and Philosopher*.

Abravanel, em seus escritos de 1497, orientado pelo capítulo sétimo do livro de Daniel¹⁰, pelos excertos de Rabi Eliezer, do século VIII, e também pelo *Talmudim*¹¹, dizia que a subjugação de Israel estava perto do fim.

O cabalista quando escreveu seu estudo, encontrava-se no exílio, em terras italianas, e concluiu que o sofrimento do povo hebreu duraria o tempo de quatro reinos. E estes reinos teriam a duração de um dia para Deus. Com base no Salmo 90¹², o pensador acreditava que um dia de Deus se consolida em mil anos para os mortais, contudo, “Isto se refere apenas a parte iluminada do dia, enquanto o dia todo de Deus compreende em um dia e uma noite, consiste então em cerca de dois mil anos” (NETANYAHU, 1998, p.225)¹³.

Segundo Abravanel, o sofrimento do povo de Israel começou em 3319, ano judaico, quando se deu a invasão do rei Nabucodonosor à Jerusalém. Segundo esta leitura bíblica, o rei mencionado representa o primeiro reino, o Babilônico, e acabará em 5319, ano judaico. No entanto, “existem divergências sobre o ‘dia’ que poderia ser encurtado em dois terços de uma hora, ou seja, 56 anos” (NETANYAHU, 1998,

¹⁰ Essas feras enormes, em número de quatro, são quatro reinos que se levantarão da terra (Daniel 7, 17).

¹¹ Livro da tradição judaica que apresenta um conjunto de discussões rabínicas sobre costumes, leis e ética.

¹² Porque mil anos são aos teus olhos como o dia de ontem que passou, e como a vigília da noite (Salmo 90, 04).

¹³ This referred only to the illuminated part of the day, while a full day of God, comprising a day and a night, consists of two thousand years (NETANYAHU, 1998, p.225).

p.225)¹⁴. Sendo assim, a data da redenção é encurtada para o ano 5263 do calendário judaico, ou 1503 da era cristã.

Abравanel buscou em outras fontes comprovações para sua tese e encontrou no capítulo décimo primeiro do Talmude, onde está escrito que a alma de Adão fora colocada em seu corpo na quarta hora do sexto dia da criação. Segundo seus estudos, a alma posta em Adão representa o Messias e o sexto dia, o sexto milênio. Nesta ideia, o Messias viria na quarta hora do sexto milênio, aqui uma hora equivale a 83 anos, por isso, a quarta hora do sexto milênio iria do ano 5250 do calendário judaico ou 1490 da era cristã até 5333 do calendário judaico ou 1573 da era cristã (NETANYAHU, 1998). O Messias poderia chegar a qualquer momento dentro desse espaço de tempo.

É importante lembrar que existiam, também, aqueles que acreditavam que os acontecimentos ocorridos na Península Ibérica não representavam as dores do parto da era messiânica. Parte da ortodoxia religiosa e de pensadores judaicos entendeu aquele momento como “castigo dos pecados da comunidade judaica/cristã-nova. (...) isto lhes veio devido à profanação do sábado e brigas ocorridas nas sinagogas nos dias de sábado e festas” (FERRO TAVARES, 1991, p.141). Contrapondo-se a ideia da eminente vinda do Messias, escritores judeus escreveram:

Se vires alguém fazendo profecias sobre o Messias, deverias saber que ele lida com feitiçaria e tem trato com demônios; ou é daqueles que procuram conjurar com o nome de Deus. Ora, como eles conjuram os anjos ou espíritos, estes lhes falam sobre o Messias, de modo a tentá-lo a revelar suas especulações. E no fim ele fica envergonhado perante todos os mundos por ter invocado os anjos e demônios, e em vez dele surge em seu lugar uma desgraça. O demônio vem e ensina-lhe seus cálculos e segredos apocalípticos a fim de envergonhá-lo e aos que acreditam nele, pois ninguém sabe coisa alguma sobre a vinda do Messias (SCHOLEM, 1995, p. 98).

Vale lembrar que tanto os discursos de afirmação, quanto o de repressão de tais ideias, são parte de uma mesma instituição. São discursos opostos entre si, por parte dos vetores instituintes que dão movimento às relações institucionais.

Foucault (1996) ainda nos atenta para as condições que permitem a formulação desses discursos e a validação dos mesmos entre aqueles que ouviram. O filósofo chama

¹⁴ Since according to the divergent opinion this ‘day’ would be shortened by two-third of a hour, namely, by 56 years (NETANYAHU, 1998, p. 225).

de doutrina aquilo que constitui a difusão das ideias em meio a um grande número de indivíduos. Segundo ele:

A doutrina tende a difundir-se; e é pela partilha de um só e mesmo conjunto de discursos que indivíduos, tão numerosos quanto se queira imaginar, definem sua pertença recíproca. Aparentemente, a única condição requerida é o reconhecimento das mesmas verdades e a aceitação de certa regra – mais ou menos flexível - de conformidade com os discursos validados (p.42).

Tendemos a compreender que tanto os ideais messiânicos quanto os de oposição dentro da religião judaica, firmaram-se como doutrinas na sociedade sefardita daquele período, no entanto, mostradas as divergências dentro do pensamento judaico, deixando evidente que o surgimento do Messias naquele momento não era homogêneo, prestar-nos-emos a análise daqueles que se viram diante da concretização das profecias bíblicas.

Convém lembrar que as crenças messiânicas e milenaristas não eram exclusivas dos judeus. Os cristãos ibéricos também professavam crenças apocalípticas que previam a universalização da fé cristã e o breve retorno de um Messias, de um “encoberto” (AZEVEDO, 1917; SARAIVA; 1969). Neste aspecto, Portugal se colocava como um importante Império ultramarino que dentre outras coisas, via-se como o reino escolhido por Deus para dizimar os infiéis e converter o mundo a verdadeira fé de Cristo Jesus. Para tanto, exigia a submissão dos povos aos seus desígnios e sobre a possibilidade de unificação do mundo sob a égide do cristianismo e domínio português, Luís Filipe Thomaz, citado por Jean Delumeau (1997), escreve sobre as pretensões do Rei Dom Manuel I:

Ele sonhava com uma espécie de império universal e messiânico, o derradeiro de Daniel, um “quinto império”, como aquele que profetizará o padre Antônio Vieira um século mais tarde, mais ou menos equivalente ao “reinado do espírito” anunciado no século XII pelo abade calabrês Joaquim de Fiore (p.177).

Assim, semelhante ao judaísmo, as perspectivas messiânicas cristãs estavam em expansão na Europa, em grande medida, devido à convulsão que o mundo viveu nos tempos posteriores a Peste Negra.

1.8. A Europa e os medos escatológicos

Os anos que sucederam a grande peste foram marcados por um sentimento descrito por Jean Delumeau (2009) como “angustia escatológica”. As transformações, que vão além das mazelas proporcionadas pelas epidemias, deram vazão a sucessivas interpretações dos acontecimentos reais como predecessores dos últimos tempos.

A crença, largamente difundida pela Igreja Católica, sobre os temores do ano mil, pautada nos textos bíblicos, é enormemente repetida no início da modernidade. No entanto, a pergunta a ser feita é: Por que no início da modernidade? Não seria mais oportuno se tais pregações no século X ou XI, por razão da passagem do milênio?

Jean Delumeau (2009) nos orienta na resposta desta pergunta. De fato, em “todo decorrer da Idade Média, a Igreja meditou sobre o fim da história humana” (p. 303), no entanto, apesar da Europa, no período que vai do fim do império Carolíngio ao início do renascimento comercial, ter sofrido grandes mazelas, não existia meios de difusão em massa que pudesse alcançar os mais diversos estratos da sociedade, visto também que o ocidente medieval era “demasiadamente fragmentado, demasiadamente pouco instruído para ser permeável a intensas correntes de propaganda” (DELUMEAU, 2009, p.319). Trezentos anos depois já existia uma ampla elite letrada e urbana, que, facilitada pela imprensa de Gutemberg, ampliou a circulação de ideias.

As sociedades europeias dos séculos que marcam o início da modernidade tinham uma religiosidade exacerbada, digo religiosidade, entendendo-a como formas e práticas para além do limite institucional, vivenciados das mais diversas configurações. No entanto, o discurso dos religiosos, como padres, bispos, arcebispos e freis, sempre teve grande recepção e repercussão no ocidente europeu.

Trabalhar com o medo sempre foi, desde os tempos imemoriais, uma excelente tática de se fazer ouvir, um trunfo. Neste aspecto, as mazelas às quais a sociedade passava serviu de munição para Igreja, que intensificou a ideia de: Arrependei-vos, pois o fim está próximo.

Na segunda metade do século XIV, a ascensão do forte medo escatológico estava ligada à difusão da Peste Negra e também dos problemas relacionados ao grande cisma que dividiu a cristandade ocidental entre Avignon e Roma, colocando em xeque a legitimidade entre a massa de excomungados de ambos os lados.

Temos também nestes tempos a Guerra dos Cem Anos entre França e Inglaterra, no início, impulsionada por disputas sucessórias ao trono francês, depois acentuada pela dominação da rica região de Flandres. São desse período, as revoltas populares,

ocasionadas nas regiões onde se instalaram os conflitos da guerra em questão, pelos altos impostos cobrados para a manutenção do conflito.

A arte contribuiu em grande medida para o reforço da ideia do medo escatológico, como observou Galienne Francastel, citado por Jean Delumeau (2009) em sua *História do Medo no Ocidente*:

Em toda a Europa do século XIV, a ilustração do Apocalipse é um grande tema em moda. Começando como tantos outros, na escultura monumental francesa (...), estende-se progressivamente à miniatura, ao retábulo e ao afresco. Atinge seu apogeu de difusão no século XIV (p. 323).

O cenário em prol do medo no ocidente europeu se estendeu para além do século XIV, adentrando o XV e chegando ao ápice no início do século XVI, isto graças aos novos rumos que a história europeia tomou. Ernest Mâle, também citado por Delumeau (2009), exprime a ideia de que:

As ameaças do Apocalipse nunca preocuparam tanto as almas (...). Os últimos anos do século XV e os primeiros anos do XVI indicam um dos momentos da história em que o Apocalipse apoderou-se mais fortemente da imaginação dos homens (p.304).

Em grande medida, é natural pensar que estes medos tiveram íntima relação com a crescente perda de poder que a Igreja estava passando, além dos conflitos, no interior da cristandade, ocasionados pelas lutas por tronos dos monarcas que, no momento em questão, asseguravam uma autonomia em relação ao poder papal. Proporcionado pela centralização de poder, que a historiografia convencionou chamar de Estado Absolutista, pela reforma protestante liderada pelo monge agostiniano Martinho Lutero e, principalmente, pelo avanço dos otomanos, que em 1453 já tinham tomado um dos maiores símbolos da cristandade, a cidade de Constantinopla, a capital do império Bizantino.

Entre cristãos, o fim dos tempos e a instauração do juízo final, relacionados com a vinda do anticristo, que, segundo as escrituras sagradas, viria para confundir os fiéis e os levarem para o engano eterno.

Em finais do século XV, frei Francesco Meleto escreve que “os judeus converter-se-ão em 1517” (MELETO apud DELUMEAU, 2009, p. 327) e ainda assegura que:

Três sinais anunciarão a próxima vinda do anticristo: a queda do rei da França, a de Frederico de Aragão e um novo cisma na Igreja com a instalação de um antipapa pelo imperador. Roma sofrerá os piores tormentos (MELETO apud DELUMEAU, 2009, p. 328).

O pensamento de frei Meleto encontrou ecos no século XVI, mas, vale levar em consideração que os textos religiosos são polissêmicos, ou seja, neles cabem diversas interpretações.

A leitura de Meleto fez sentido, quando na Península Ibérica, os judeus se viram obrigados a se converter para evitar a perseguição imposta pelos tribunais inquisitoriais em Aragão e Castela, ou ainda no batismo foçado (LIPINER, 1993), pelos quais os sefarditas lusitanos passaram em 1497, na corte do monarca D. Manuel I, o venturoso, ou ainda, o movimento, que não deixa de ser cismático, liderado por Martinho Lutero. Neste sentido, muitos passaram a compreender aquele momento como os derradeiros dias.

1.9. Europa: um novo momento, uma nova lógica

1.9.1. Economia

Os séculos que sucederam o XI foram, historicamente, conhecidos como Baixa Idade Média, pois, diferente do momento anterior, este se destacou, em grande medida, pelas intensas atividades comerciais urbanas e pelo surgimento de um novo segmento social: a burguesia.

É neste período que as antigas relações de servidão no interior do feudo, pautadas no ideal de Suserania e Vassalagem, dão lugar a uma vida mercantil e pujante, marcada pela possibilidade de ascensão, mesmo que, em um primeiro momento, apenas econômico.

Os centros urbanos se tornaram a encarnação dessas transformações históricas, impulsionando o renascimento comercial possibilitado pelo desenvolvimento de técnicas produtivas fortemente marcadas pelo uso do arado de rodas e da difusão de moinhos de vento e hidráulicos (VAINFAS, 2010).

As cidades eram verdadeiros centros mercantis, era o abrigo de marcadores, artesãos e toda espécie de gente que buscava ascensão social, impossibilitado pela antiga vida feudal. De fato, o ar da cidade libertava.

Os anos que se seguiram contaram com um impressionante aumento demográfico. A população europeia ocidental, que, no início do século XI, contabilizava

cerca de 22,1 milhões de habitantes, saltou para 25,8 milhões (FRANCO JR. & ANDRADE FILHO, 1993, p. 23), um crescimento significativo que não parou, chegando a 50% entre os anos de 1200 a 1300. Os medievalistas: Hilário Franco Júnior e Ruy de Oliveira Andrade Filho nos mostram um crescimento populacional de 34,65 milhões de habitantes no início do XIII para 50,33 milhões, cem anos depois (FRANCO JR & ANDRADE FILHO, 1993, p. 23).

De fato, o apogeu dessa nova realidade que se descortinava diante dos europeus, encontrou seu auge no século XIV. As estruturas sociais que engatinhavam no início da Baixa Idade Média encontraram maturidade no XIV, que já contava com uma burguesia que se aliava a nobreza em suas pretensões mercantis, possibilitado pelo comércio de longa distância que desenvolveu rotas de navegação entre o mediterrâneo e o mar negro, chegando a Constantinopla, principal acesso as especiarias do Oriente.

Além desse pujante desenvolvimento comercial e crescimento demográfico, o início do XIV fora marcado pelas chuvas intensas as quais ocasionaram perda significativa na produção alimentícia. Tais fatores elevaram, consideravelmente, o preço dos alimentos básicos da dieta do homem medieval, como o trigo utilizado na fabricação de pães.

Não havia oferta para suprir a imensa demanda de cidadãos e camponeses famintos, por isso, os anos de 1315 a 1317 são, historicamente, lembrados como os anos da “grande fome” (VAINFAS, 2010), que conferiu aos que sobreviveram enfraquecimento e baixa imunidade contra toda sorte de moléstias que pudessem vir a atacar.

A principal moléstia desse tempo, sem dúvida, foi a Peste Negra, que dizimou parte da população europeia daquele tempo. O comércio com o Oriente, marcado, principalmente, pelas rotas que ligavam o Mediterrâneo ao Mar Negro, possivelmente tenha sido o propulsor deste evento. Acredita-se que “embarcações originárias de entrepostos comerciais genoveses no mar negro tenha trazido o mal para a Europa” (VAINFAS, 2010, p.143). A única certeza é que a Peste seguia as rotas comerciais europeias, chegando a se alastrar por todo continente ainda na primeira metade do XIV.

A contabilidade convencional sobre a Peste Negra aponta para a perda de um terço da população europeia. A população inglesa, por exemplo, estimada em 3,7 milhões de habitantes em 1348, caiu de forma drástica para 2,25 milhões trinta anos depois (VAINFAS, 2010, p. 164). A Peste, atenuada por curtos intervalos, prosseguiu implacável adentrando o século XV.

O crescimento demográfico foi retomado em meados do século XV, no entanto, ainda se viu os ecos da Peste por muito tempo, o que obrigou a monarquia portuguesa, por exemplo, a mudar a sede de sua corte de Lisboa para Almerim (KAYSERLING, 2009).

A explicação adotada pela Igreja era a de que Deus estava punindo a população pelas suas multidões de pecados e elegeram os judeus como grandes culpados. Esses eram acusados de envenenar os poços, terem parte com satã e de terem crucificado Jesus Cristo.

A vida na Europa voltou a se recuperar a partir da segunda metade do século XV, como nos mostra Tom Scott (2009), no capítulo dedicado à Economia, na obra *O Século XVI*, que:

Até 1470, a vida econômica da Europa Ocidental tenha sido dominada por fatores que determinavam uma contração, tendo como aspecto principal o catastrófico declínio demográfico da segunda metade do século XIV, cuja recuperação não começou antes da segunda metade do século XV, na melhor das hipóteses (p. 18).

Como atestado por Scott (2009), a população europeia voltou a crescer durante os períodos de calmaria da Peste, chamados de calmaria porque ainda era possível ver alguns surtos da moléstia até meados do XVI.

A volta do crescimento populacional ocorrida na segunda metade do XV trouxe um saldo impressionante, segundo Jan de Vries, de “60,9 milhões de habitantes na Europa em 1500” (VRIES apud SCOTT, 2009, p. 36), no entanto, este rápido crescimento populacional gerou outro grande problema, a chamada Revolução dos Preços (CAMERON, 2009).

Os anos finais do século XV foram marcados pela escassez das terras produtíveis e, conseqüentemente, pelo abastecimento de alimentos que não acompanharam, com a mesma agilidade, as transformações demográficas do continente, com isso, houve um desequilíbrio entre população e recursos.

Este desequilíbrio trouxe um aumento considerável no preço dos mais diversos gêneros alimentícios, gerando uma grande segregação e desigualdade, dando origem a uma massa de esfomeados, que, muitas vezes, mesmo trabalhando, não conseguiam fazer com que os seus salários acompanhassem a alta dos preços (SCOTT, 2009).

O que se podia observar era um crescente número de indigentes nas cidades que se viam apegados à religiosidade como única forma de salvação, esperando dos céus a ajuda que os tiraria daquele sofrimento.

1.9.2. Absolutismo monárquico: Habsburgos e Valois

Sem dúvida, do ponto de vista político, existe uma necessidade de se destacar que o século XVI marcou, em alguns países da Europa ocidental, o estabelecimento dos estados nacionais modernos. Esse processo, iniciado em meados do século XIV, pôs fim definitivo ao sistema feudal.

Um caso de grande significância neste período que mexeu com a geografia política europeia e se deu muito importante para compreendermos o desenvolvimento deste trabalho, foi o espanhol.

O ano de 1469, como já citado no corpo deste trabalho, marcou a união matrimonial entre Fernando, herdeiro do trono ibérico de Aragão, e Isabel de Castela. Este foi o pressuposto para a união dos reinos que se efetivou após a expulsão dos muçulmanos de Granada, em 1492, possibilitando, assim, o nascimento do reino da Espanha.

Do casamento entre Fernando e Isabel nasceram cinco filhos, sendo João, príncipe das Astúrias, o único rebento masculino, segundo filho e herdeiro do trono de Castela e Aragão. Porém, este morreu por consequência de Tuberculose, em 1497, deixando o trono para sua irmã mais velha Isabel, que morreu um ano depois. Após a morte da matriarca Isabel de Castela, em 1504, a terceira filha e herdeira imediata, Joana, assumiu o trono de Castela e, após a morte de seu pai, em 1516, de Aragão, tornando-se a primeira rainha do recém unificado reino da Espanha.

Joana de Aragão e Castela, também conhecida como Joana, a louca, fora prometida em casamento a Felipe da Áustria, filho do Imperador romano-germânico Maximiliano I e da duquesa Maria de Borgonha. Felipe morreu precocemente em 1506, com apenas vinte e oito anos, deixando seis filhos, dentre os quais Carlos, seu primogênito, que herdou o trono da Espanha, Borgonha e Nápoles e, em 1519, tornou-se imperador do Sagrado Império Romano-Germânico.

Na primeira metade XVI, Carlos V, do império romano-germânico, I da Espanha e IV de Nápoles, foi, sem dúvida, uma das figuras mais importantes e poderosas da Europa, o que lhe rendeu grandes inimizades, sendo a mais notória e importante para o

prosseguimento e entendimento deste trabalho as disputas com Francisco I, da França, outro monarca de grande relevância na constelação política do século XVI.

A causa principal das desavenças entre Carlos de Habsburgo e Francisco de Valois foi a sucessão ao trono do Sagrado Império Romano-Germânico. Maximiliano I, imperador entre 1493 e 1519, não deixou evidente quem seria seu herdeiro, obrigando, após sua morte, a decisão através de uma eleição:

Os Príncipes Eleitores tinham uma tarefa difícil: escolher para assumir a coroa Imperial entre Carlos da Borgonha e Francisco de Valois. Se votassem no primeiro, reforçariam seu poder constitucional, o que os enfraqueceria em seus próprios territórios. Se escolhessem Francisco, reforçariam suas pretensões territoriais sobre a Toscana e sobre Nápoles. Ambas as decisões ocasionaram inevitáveis conflitos (MAINKA, 2009, p.17).

Por fim, os príncipes eleitores escolheram Carlos em detrimento de Francisco, o que reavivou os conflitos entre Habsburgos e Valois, que existiam pelo menos desde 1477, principalmente, pela herança de Flandres na Borgonha, região disputada durante a Guerra dos Cem Anos.

Tamanha era a animosidade entre Valois e Habsburgo, que fez Francisco da França, um rei católico, que tinha em seu discurso dizimar os muçulmanos e acabar com o perigo turco (MAINKA, 2009) – discurso que também foi utilizado por Carlos para a ascensão ao trono imperial – a unir forças com os otomanos, força política e expansionista europeia desde meados do século XV. Essa aliança ficou conhecida “como a primeira aliança democrática não ideológica, entre um império não - cristão e um cristão” (KANN, 1980, p. 62).

Tal aliança marcou uma ruptura no ideal medieval que unia a cristandade contra os infiéis. A união francesa com os turcos se pautava na defesa contra um inimigo comum. Sem dúvida, mais do que meros atores políticos, os turcos representavam um dos maiores temores dos tempos modernos.

Tão importante quanto Carlos V e Francisco I, faz-se necessário lembrarmos da política imperial do sultanato otomano da tomada de Constantinopla ao governo de Suleyman I (1522-1566).

1.9.3. Turcos otomanos

As conquistas do Império Otomano ao longo do século XV não podem ser encaradas como acontecimentos perdidos na imensidão historiográfica. Mais do que uma simples data, que, muitas vezes, é apenas lembrada para apontar o fechamento do Mediterrâneo e busca de novas rotas marítimas para as Índias ou ainda a passagem da Idade Média para a Moderna, os turcos representaram talvez uma das maiores potências militares e expansionistas dos tempos modernos.

O medo Otomano era real, tanto que sob o comando do sultão Suleyman I, conhecido como o Magnífico, entre os europeus e *kanuni* (legislador) entre seus súditos, chegaram às portas da Península Itálica. Na primeira metade do século XVI tornou-se uma grande força diplomática, forçando as principais potências do mundo moderno a negociar com os mesmos.

Escrever sobre os Otomanos é peça fundamental neste quebra-cabeça por nós proposto, fundamental pelo que veremos neste primeiro momento e pelo que será apontado à frente, quando o principal agente histórico deste trabalho em missão urgente será levado a Portugal para pedir ajuda do monarca lusitano para a contenção dos avanços desse Império na Terra Santa.

Desde Mehmet II (1451-1481), sultão responsável pela derrubada de Constantinopla, o império otomano assumiu, como José Henrique Rollo Gonçalves alega, um perfil definitivamente imperial, pois a cidade em questão representava o principal eixo de ligação entre a Europa e o Oriente das especiarias. Isso beneficiou em grande medida o Império Otomano que passou a tributar as relações comerciais nestas rotas (GONÇALVES, 2009).

Mais do que uma conquista dentre várias ao longo de sua história, a ascensão sobre Constantinopla representou um senso de legitimidade entre a cristandade, como relata Gonçalves:

(...) a posse de um dos mais caros símbolos da cristandade agregou novos sentidos à titularidade do sultanato. A notícia da conquista, que não tardou a se espalhar por todos os quadrantes, foi recebida com euforia pelo mundo muçulmano. Afinal, estava realizado um dos objetivos longamente profetizados do Islã. O império otomano se tornou um dos atores principais no palco do Mediterrâneo (GONÇALVES, 2009, p.132).

Mehmet II, que já tinha estendido sua jurisdição da Anatólia ao Eufrates, a leste de Constantinopla, e se consolidado como dominante das rotas de navegação, que ligava os mares Egeu, Negro e parcela significativa do mar mediterrâneo, estendeu seus

domínios rumo a oeste saqueando a cidade de Otranto, no “calcanhar da Itália em 1480” (GONÇALVES, 2009, p. 132), no entanto, a “máquina de guerra” otomana estacionou no ano seguinte com sua morte. Seu sucessor, Bayezit II (1481-1512), preocupou-se com a consolidação interna do império, mas, ainda assim, ampliou suas jurisdições, tomando a Moldávia (1484-1498) e reduzindo drasticamente as frotas mercantes venezianas que tinham pretensões sobre o mar Egeu (GONÇALVES, 2009).

Selim I (1512-1522), sucessor de Bayezit II, teve tarefa árdua já nos primeiros anos de seu sultanato, quando se viu em meio a uma guerra contra os safávidas, grupo islâmico xiita persa, que ameaçavam seus domínios. Entre 1501 e 1514, os safávidas, sob a liderança de Ismail que se declarava a encarnação do 12º Imã, já tinha tomado o Azerbaijão e a Armênia. Em 1514, a Batalha de Chaldiran marcou a vitória do novo sultão contra as pretensões xiitas e deu início a um conflito que se estendeu até o século XVIII.

O governo de Selim I também fora marcado pela expansão. Voltando sua atenção para o Oriente Médio, conquistou, em 1516, Aleppo, Damasco, Beirute e Jerusalém e, em 1517, o Egito e o oeste da península arábica, legando para si o poder sobre as principais cidades islâmicas, Meca e Medina.

Com Suleyman I, sucessor de Selim, o sultanato otomano alcançou seu apogeu. Conquistou territórios que se estendiam do Magreb até o oceano Índico, tornando Argel e Túnis os principais núcleos de dominação no mar mediterrâneo, angariando para si grandes rivais pelo controle deste território tão importante aos interesses comerciais entre a África, Ásia e Europa.

O Sultão Suleyman tomou Belgrado em 1521 e planejava ampliar seus domínios rumo ao ocidente, no entanto, foi detido por Carlos V na sua tentativa de tomar uma das principais cidades da dinastia Habsburgo, Viena, em 1529.

O historiador José Henrique Rollo Gonçalves, em seu capítulo *Natureza e formas Institucionais do Império Otomano*, no livro *Impérios na História*, nos mostra que “ao longo do século XVI, o prestígio do sultanato atingiu as alturas. Sua força parecia sem limites e alimentava as mais diversas crenças entre seus aliados e seus adversários” (GONÇALVES, 2009, p.133).

1.9.4. Reforma Protestante

O século XVI foi um período de grandes agitações, também do ponto de vista religioso. Enquanto a Idade Média fora marcada, em grande medida, pelo poder centralizador da Igreja, detentora oficial da religiosidade cristã, a modernidade marcou a crise desses valores. Se no início do século XVI todos, ou grande parte, dos europeus se sentiam participantes de uma única igreja que era universal (CAMERON, 2009), na segunda metade deste mesmo século, temos pelo menos três ramos a mais de pretensos cristianismos. Isso fora possível graças ao movimento do alemão Martinho Lutero.

A reforma protestante empreendida por Lutero e seus seguidores coroou um período de intensas transformações na cristandade ocidental. A Igreja Católica dos tempos modernos não tinha mais o mesmo vigor que a marcou durante a Idade Média, quando fora conhecida como a grande senhora feudal.

O crescimento do comércio, durante a Baixa Idade Média e a consequente aliança entre monarcas e burgueses, possibilitou o nascimento do Estado Moderno. Nos Estados Modernos, o monarca era o próprio representante de Deus na terra, como afirmara o padre Jacques Bossuet, na França do século XVI, minimizando o poder da Igreja e separando a Monarquia da Instituição, mas não do cristianismo que dava legitimidade as suas ações.

Outra questão para a crise da cristandade foi que, em meio a um cenário de profunda desesperança, marcado ainda pelos estragos ocasionados pela moléstia da Peste Negra, parte dos religiosos que viviam imersos aos luxos e prazeres carnais, como Rodrigo Borgia, que foi Papa Alexandre VI e teve diversos filhos; ou mesmo seu sucessor, Giuliano della Rovere, Papa Júlio II, o qual comprou o cargo de bispo de Roma (MAINKA, 2009). Viam na prática de venda de indulgências e na simonia formas de aumentar seus lucros e ampliar seus poderes, diante de uma Igreja que possuía muito, justamente pela consolidação dos Estados Modernos, pois a partir de tal processo, não recebia mais pelos impostos cobrados durante o feudalismo.

Sem dúvida, o Papa mais emblemático destes tempos foi Giovanni de Medicis, Leão X, que viu na prática sistematizada da venda de indulgências a possibilidade de ampliar a sede do papado em Roma e, é nesse contexto, que o monge agostiniano Martinho Lutero se levanta contra os abusos católicos.

31 de Outubro de 1517 marcou o pontapé inicial do movimento de Lutero, quando afixou 95 teses na porta da catedral de Wittenberg, na Saxônia. Em suas teses, condenava a cobrança de indulgências e os excessos da Igreja, alegando que tais práticas afastavam os fiéis da verdadeira espiritualidade cristã.

É bem sabido que Lutero não tinha como objetivo a separação do catolicismo, ao contrário, queria reformá-lo, tornando-o mais acessível aos mais diversificados estratos da sociedade, proporcionando, com isso, uma doutrinação que possibilitasse a salvação espiritual do fiel. O movimento de Lutero contraiu para si uma série de críticas, principalmente, entre o alto clero, que reagiu exigindo de Lutero uma retratação, o que não foi possível (MAINKA, 2009).

A posição de setores da Igreja contrários ao movimento de Lutero fez com que o mesmo radicalizasse, chegando, em 1520, a escrever textos como *Cativeiro babilônico da Igreja*, contra a hierarquia eclesiástica. Tais audácias resultaram na Bula *Exsurge Domine*, que marcou, definitivamente, a excomunhão do monge agostiniano em 1521.

No mesmo ano, Carlos V, imperador do sagrado império romano-germânico, convocou a *Dieta de Wörms*¹⁵ a fim de que Lutero se retratasse, no entanto, o que aconteceu foi o contrário. Lutero tinha o apoio de Frederico III, príncipe da Saxônia, o que impediu consequências trágicas a sua vida.

O movimento protestante de Lutero logo contou com apoio da nobreza germânica que via, em seu discurso, a possibilidade de se livrar do poder eclesiástico e também apoderar-se do vasto patrimônio territorial da Igreja (VAINFAS, 2010).

Com Lutero, nascia uma nova modalidade cristã que tinha, em suas bases, a livre interpretação da Bíblia, a salvação pela fé e o fim dos diversos sacramentos, instituindo apenas dois: Batismo e Eucaristia. A religião da qual Lutero fora precursor, influenciou, como já mostrado, a cisão de diversos reinos com a Igreja de Roma, tanto que em menos de 30 anos depois de sua excomunhão, monarcas de reinos, como Dinamarca, Suécia, Noruega e Transilvânia, já tinham aderido à causa luterana.

A separação de Lutero e a influência que este exercera sobre outras reformas, das quais não nos ateremos neste momento, como a Calvinista e a Anglicana, mostrou a fragilidade e ineficiência da Igreja Católica diante das crises nos anos iniciais da idade moderna. Uma Igreja que já não se mostrava tão poderosa quanto em outros tempos e, uma Igreja que não conseguiu conter um monge do interior da Saxônia de impetrar um dos maiores golpes à cristandade ocidental.

¹⁵ Assembleia organizada no ano de 1521 na cidade de Wörms na Renânia.

2. DO HAVOR A PORTUGAL: AS ROTAS DE DAVID REUBENI

2.1 No reino do Piedoso: um visitante inusitado

Em 13 de Dezembro de 1521, após a morte de D. Manuel I, o venturoso, assumiu o trono português o infante D. João, filho da união entre o monarca lusitano com Isabel de Castela. D. João III, como foi chamado, era a encarnação do monarca moderno, filho da união de dinastias multinacionais e herdeiro de um já consolidado império colonial, que, no momento de sua ascensão, já contava com uma vasta extensão territorial, o que lhe garantiu a alcunha de Rei de Portugal e dos Algarves, d'Aquém e d'Além-Mar em África, Senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia etc.

Para alguns, o reinado joanino (1521-1557) representou avanço no sistema educacional, com a implantação de universidades e colégios, um incentivador das artes e um autêntico reformador.

Justo e bom, capaz de abater a soberba dos poderosos, e sempre disposto a acarinhar a timidez dos humildes, Dom João III, longe de ser o rancoroso fanático que a História revolucionária, antiportuguesa e incientífica, tem proclamado, foi o Rei íntegro, plenamente consciente de suas responsabilidades, e fiel constantemente a seus deveres (PIMENTA, 1936 apud COSTA, s/d, p.01).

Outros, no entanto, consideraram o Piedoso, como foi cognominado, o rei de visão mais estreita e ignorante da história portuguesa (KAYSERLING, 2009) e ainda um profundo desconhecedor dos “princípios rudimentares de qualquer língua ou ciência que com sua fraqueza de espírito e de caráter, sujeitou a influência do clero poderoso” (KAYSERLING, 2009, p. 210).

Para além do enaltecimento ou depreciação, o fato é que o reinado de João III foi marcado pelo ódio implacável contra o povo judeu, como destacou Samuel Usque:

Desta tribulação (de 1506) a quinze anos sucedeu no reino D. João III, deste nome e com sua vinda muitos maiores receios e angustias em minha alma sobrevieram pela má inclinação que sendo príncipe contra este aflito povo mostrou (USQUE, 1907 *apud* KAYSERLING, 2009, p. 210).

D. João não poupou esforços na perseguição dos criptojudeus e se mostrou, desde o princípio, simpático a causa inquisitorial. Sendo ele neto de Isabel de Castela lutou,

insistentemente, junto ao Papa para a instauração do tribunal em seu reino, o que acabou se oficializando em 1536. Sobre este assunto, determo-nos ao longo deste trabalho.

Foi nesse cenário de profundas animosidades entre o rei lusitano e os cristãos-novos que chegou, por volta de 1526, passando pela rota de “Tavira, Beja e Évora vindo de Roma, um judeu de *estrañas tierras* chamado David Reubeni” (FERRO TAVARES, 1991, p.103). Com uma carta de apresentação do Papa Clemente VII, declarou-se embaixador de um longínquo reino judeu, na Arábia, governado por seu irmão. Esse homem descrito como “preto, miúdo, esquelético e, no entanto, cheio de coragem, de arrojo e de comportamento decidido” (KAYSERLING, 2009, p. 216), foi recebido na corte de D. João III, onde foi acolhido com muitas honras e, em seu pronunciamento, disse-lhe:

Eu sou Hebreu e temo o Senhor, Deus do Universo; meu irmão, rei dos judeus a Vós me enviou, rei e senhor, a fim de pedir auxílio. Ajude-nos, pois, para que possamos guerrear contra turco Solimão e arrancar de seu poder a Terra Santa (In: KAYSERLING, 2009, p. 216-217).

David Reubeni afirmou também que o reino do Habor, como era chamado seu lugar de origem, reunia as tribos perdidas de Israel. Segundo os relatos, seu irmão reinava sobre “trinta mil da tribo de Gad, a tribo de Rúben, e também de meia tribo de Manassés” (In: ADLER, 1987, p. 251)¹⁶.

Como já exposto, David Reubeni se apresentava como embaixador, político e com pretensões de pedir ajuda da cristandade contra um inimigo comum, o também império expansionista turco, por isso, o monarca lusitano, interessado no poder que poderia exercer nessas regiões ainda não exploradas pelo imperialismo português, não recusou o pedido do suposto embaixador e combinou um plano de como enviar ajuda bélica portuguesa ao reino israelita na Arábia. Como vemos em seu *Diário*: “ele prometeu me dar, no mês de Nisan, oito navios com quatro mil armas de fogo, grandes e pequenas” (In: ADLER, 1987, p. 303).¹⁷

A notícia da presença de um príncipe judeu no reino e a honra que este recebera do rei, provocou excitação entre os cristãos-novos em Portugal e alguns passaram a

¹⁶ Thirty thousand of the tribe of Gad and the tribe of Reuben, and also half tribe of Manasseh (In: ADLER, 1987, p. 251).

¹⁷ And the King, promised to give me in the month of Nisan, eight ships with four Thousand large and small fire-arms (In: ADLER, 1987, p. 303).

considerá-lo o Messias iminente enviado por Deus, já que a aparição deste estava de acordo com o tempo estipulado nos estudos proféticos de D. Isaac Abravanel.

Neste primeiro momento, deter-nos-emos a compreender a trajetória de Reubeni até chegar ao reino lusitano.

2.2 David, o filho do rei Salomão: questões historiográficas

Sabe-se pouquíssimo acerca da vida do embaixador do reino do Habor antes de sua chegada a Roma, onde teve plenária com o Papa Clemente VII.

Seu *Diário*, cuja versão original extraviou-se da Bodleian Library, em Oxford, tendo restado apenas um fac-símile fotografado e uma cópia plena, que se encontra no Breslau Jewish Seminar, apresenta uma gama considerável de fatores pouco prováveis sobre suas andanças antes de chegar à Europa, o que nos levanta uma série de dúvidas acerca da real causa de sua visita a cristandade.

Neste primeiro momento, dispomos à análise de algumas passagens dos relatos encontrados no *Diário de David Reubeni*. Para tanto, utilizaremos a edição de Elkan Nathan Adler (1987), contida em seu livro *Jewish Travellers in The Middle Ages*. A versão de Adler é uma cópia traduzida do hebraico para o inglês do fac-símile encontrado no Breslau Jewish Seminar.

David Reubeni inicia seu Diário da seguinte forma:

Eu sou David, o filho do rei Salomão (que a memória do justo é uma bênção), e meu irmão o rei D. José, que é mais velho do que eu, está assentado no trono do seu reino no deserto de Habor (Khorgbar), e reina acima de mais de trinta mil da tribo de Gade e da tribo de Ruben e da meia tribo de Manassés. Eu viajei antes do rei, meu irmão e seus conselheiros, os setenta anciãos. Eles me cobraram para ir primeiro para Roma na presença do Papa, que seja exaltado em sua glória (In: ADLER, 1987, p. 251)¹⁸.

Reubeni se apresentou com uma missão específica: ir ao encontro do Papa, pedir ajuda da cristandade contra um inimigo comum, os muçulmanos, representado pelo império Turco-Otomano que já tinha se estabelecido na Palestina e tomado as cidades sagradas dos judeus e cristãos.

¹⁸ I am David, the son of King Solomon (may the memory of the righteous be for a blessing), and my brother is King Joseph, who is older than I, and who sits on the throne of his kingdom in the wilderness of Habor (Khorgbar), and rules over thirty myriads of the tribe of Gad and of the tribe of Ruben and of the half-tribe of Manasseh. I have journeyed from before the King, my brother and his counselors, the seventy Elders. They charged me to go first to Rome to the presence of the Pope, may his glory be exalted (In: ADLER, 1987, p. 251).

Não nos deteremos, especificamente, sobre os acontecimentos envolvidos na vida de David Reubeni antes de sua chegada à Europa, no entanto, alguns pontos em seu Diário nos servem como pistas para compreendermos a construção do discurso do embaixador na presença dos monarcas cristãos.

Até chegar a Roma, Reubeni traçou um longo caminho, desde o deserto do Habor que, possivelmente, tratava-se de uma região ao norte da Península Arábica, na margem direita do mar vermelho (AESCOLY, 1937).

O caminho que Reubeni traçou destino a Roma teve um itinerário confuso. Segundo seu Diário, teria saído do Habor, seguido rota até Giddu, de Giddu a Suakim, de Suakim ao Sunnar, de Sunnar a Shoa, de Shoa para Galla, de Galla para Takasee, de Takasse, na região de Lalibala, a Dangola, de Dangola ao Kaiber, de Kaiber para Girge de Girge para o Egito, do Egito para Veneza.



FIGURA 1 – O Itinerário de David Reubeni. (AESCOLY, 1937, p. 10).

Quando nos prestamos a analisar o caminho proposto em seu *Diário*, algumas observações podem ser consideradas, dentre as quais se encontra a ideia de que Reubeni não seguiu uma rota lógica ou um caminho que o levasse de forma mais rápida ao seu destino. Possivelmente, o embaixador tenha sido beneficiado com caronas de mercadores que passavam pelas tradicionais rotas de caravanas naquela região, desse modo, “estava submetido aos caprichos de seus companheiros viajantes, que nada tinham com sua missão” (AESCOLY, 1937, p. 11).

A importância em se compreender as rotas adotadas por David Reubeni não é uma questão de caráter meramente figurativo na imensidão deste trabalho, mas de coletar as pistas que nos levaram ao desfecho de sua missão e como seu discurso foi interpretado nos locais por onde passou.

Não existem, ainda, registros arqueológicos ou geográficos que comprovem a existência de um reino judaico com o nome de Habor, na porção norte da península arábica, por isso, a única fonte sobre a existência de tal localização é a apresentada por Reubeni em seu *Diário*. Segundo A. S. Aescoly, o que devemos levar em consideração é que tal localização se encontra na “margem esquerda do mar vermelho, no caminho para a Ásia central” (AESCOLY, 1937, p. 04). O embaixador, ao se referir a sua terra, apresenta a informação de que seu reino de origem concentra a tribo de Gad e Rubem, e parte da tribo de Manassés, diz saber a localização de outros reinos judaicos que concentravam a tribo de Benjamim e Simeão, no noroeste africano, às margens do rio Nilo, próximo ao reino de Sabá, afirma ainda que uma das tribos seria de habitantes negros. (In: ADLER, 1987; AESCOLY, 1937, p. 04).

A região ao qual Reubeni diz se encontrar duas tribos é por ele chamada de Kush, possivelmente, fazendo referência a região de Sunnar ou Senar na Núbia, como citado por Graetz, próximo da quinta catarata do Nilo. Ora, outras cidades citadas pelo embaixador também nos faz acreditar se tratar do reino da Núbia, tais como Laemeb, porventura, referindo-se à região do monte Lamoule. Apesar de não se referir diretamente a Núbia, possivelmente, sua presença na região, desde Sheba-Shoa, Sunnar e Dangola, entre outros, possibilita-nos subsídios para estudos posteriores acerca da permanência da cultura Núbia, até então tida como desaparecida desde a tomada dos mamelucos no século XIV. Apesar de intrigante, certamente, a profundidade deste assunto não será contemplada neste trabalho, mas o simples fato de mencioná-lo, dá-nos pistas para um estudo futuro.

As revelações contidas nos relatos de Reubeni são de extrema importância, pois se tratava de regiões onde se concentravam as tribos perdidas de Israel. De fato, possivelmente, o reino de judeus negros, ao qual o embaixador se refere, seja os Falashas, judeus etíopes, no entanto, não há nenhuma referência direta a eles.

Aescoly tenta encontrar uma possibilidade para a localização do referido reino do Habor, partindo para a possibilidade de se tratar da cidade de Khaiber, que foi relatada como morada de alguns judeus nos dias do profeta Mohammad. Diante disso, surge a seguinte questão: existe alguma relação entre Khaiber e Habor? Apenas o fato de o nome ser parecido e se tratar de uma região povoada por judeus no norte da Arábia, o que é muito pouco diante da possibilidade da existência de um reino grandioso como o relatado por Reubeni no século XVI, além do que a presença muçulmana apagou qualquer possibilidade de solidificação de um reino estritamente judaico na região (AESCOLY, 1937).

Outra questão interessante a se ressaltar é o fato de que Reubeni, ao tratar do reino de Suakim na Etiópia, afirmou ser um reino islâmico, o que é uma inverdade, visto que no momento ao qual, supostamente, ele esteve lá, 5283 do calendário judaico e 1523 do calendário ocidental, o reino era governado por Cristãos que haviam assegurado o poder na região depois de longas e terríveis batalhas contra os muçulmanos na região. Também não considera em sua passagem pela Etiópia a existência dos judeus Falashas, que estavam em guerra contra os cristãos desde o século XV.

O período ao qual Reubeni, teoricamente, esteve entre os etíopes seria, segundo as profecias do cabalista falasha Nahman Qetopha, da redenção do povo de Israel, como afirma Aescoly, segundo a narrativa do cabalista Abraham Halevi.

O cabalista, Rabi Abraham Halevi, conhecia todos os detalhes das guerras e das vitórias, e quem viu o começo da redenção de Israel na vitória dos Falashas sobre todos os seus inimigos no ano de 1520, ano em que, de acordo com a profecia de Nahman Qetopha, o Messias iria aparecer e acabar com o sofrimento de Israel, em suma, quase o mesmo tempo em que Reubeni esteve na Etiópia (AESCOLY, 1937, pp 12-13)¹⁹.

¹⁹ The Cabalist, R. Abraham Halevi. who knew all the details of their wars and their victories, and who saw a beginning of Israel's redemption in the victory of the Falashas over all their enemies in the year 1520, the year in which, according to the prophesying of Nahman Qetopha, the Messiah would appear and put an end to Israel's suffering; in short, almost the very time when Reubeni was in Ethiopia (AESCOLY, 1937, pp. 12-13).

A pergunta em questão seria: é possível Reubeni, ter passado vários meses em Suakim e nem ao menos ter ouvido os relatos acerca das movimentações dos Falashas, sendo eles, judeus e possíveis membros do exército que o embaixador recrutaria para a grande batalha contra os Turcos? Pouco provável. A possibilidade recai na ideia de que Reubeni não tenha estado, de fato, na Etiópia, mas sim na Núbia, e seus conhecimentos acerca dos etíopes não passava de boatos de mercadores que por lá haviam passado (AESCOLY, 1937).

É importante lembrar que os relatos de David Reubeni foram escritos posteriormente aos acontecimentos por ele narrados. O historiador português José Alberto Rodrigues da Silva Tavim (2009) afirma que “apesar de o *Diário* ter sido escrito na primeira pessoa do singular foi redigido por seu secretário Salomão Cohen, da cidade de Prato, na Itália” (p.461). Portanto, enquanto historiadores, devemos levar em consideração que Reubeni tinha intenções bem definidas quando publicou os relatos de sua viagem já em solo europeu.

2.3 O Embaixador e o Papa

Reubeni terminou sua jornada pelo continente africano quando, em Alexandria, no ano de 1523, conseguiu, com a ajuda do Rabi Mordecai, aparentemente líder judaico da cidade egípcia, auxiliado junto a um cônsul italiano, um salvo conduto e transporte naval até a península itálica que representava o ponto chave de sua missão.

David Reubeni aportou na cidade de Veneza em Novembro de 1523 e logo se apresentou como embaixador em missão secreta rumo à cidade de Roma, aos líderes judaicos da cidade que lhes receberam com honras, hospedando-o e a seu servo Joseph, que, supostamente, teria aderido à sua causa em sua passagem por Jerusalém.

Reubeni chegou a Roma, segundo a narrativa de seu Diário, no dia 15 de Adar de 5284, algo entre Fevereiro e Março de 1524. Foi recebido, segundo seus relatos, pelo cardeal Egídio que o anunciou ao Papa. Kayserling (2009), em sua obra *História dos Judeus em Portugal*, apresenta-nos a ideia de que a alta cúria romana, no período de Clemente VII, nutria simpatia à raça judaica.

Segundo os relatos de Reubeni, o Papa o recebeu e o tratou com todas as honras dadas a um embaixador. Na audiência com o bispo de Roma, o judeu, após dois anos de viagem, enfim apresentou seu plano:

O rei D. José e seus anciãos mandaram-me falar contigo, que tu deves fazer a paz entre o imperador e o rei francês, por todos os meios, pois será bom contigo e com eles se tu fizer esta paz, e escrever para mim uma carta a estes dois reis, e eles vão nos ajudar e nós vamos ajudá-los, e também escreva para mim ao rei Preste João (ou seja, o Rei da Abissínia) (In: ADLER, 1987, p.272)²⁰.

Após este pedido, Clemente respondeu da seguinte maneira:

Quanto aos dois reis entre quem tu me perguntas para fazer a paz, eu não posso fazer isso, mas se tu necessitas o Rei de Portugal vai te ajudar, e eu vou escrever para ele e ele vai fazer de tudo, e a sua terra está perto teu país e eles estão acostumados a viajar no grande mar a cada ano, mais do que aqueles nas terras desses outros reis (In: ADLER, 1987, p. 272)²¹.

O Embaixador respondeu:

O que quer que tu desejes eu farei, e eu não vou virar para a direita ou para a esquerda do que tu me ordenar, porque eu vim para o serviço de Deus, e não para qualquer outra coisa, e eu vou rezar para o teu bem-estar todas os dias da minha vida (In: ADLER, 1987, p. 272)²².

Este pequeno diálogo nos traz algumas pistas importantes, como a ideia de que Reubeni tinha profundo conhecimento do mapa político ao qual a Europa estava inserida. Sabia dos problemas entre Valóis e Habsburgos e acreditava que o único elemento de unificação destas casas dinásticas seria a religião, neste aspecto, o Papa poderia ser o mediador. A união da cristandade seria ponto de extrema importância na luta contra os Otomanos, mas mal sabia o embaixador que Francisco de Valóis, rei da França, diplomaticamente pretendia unir forças com o sultão Suleyman na luta contra a expansão do Imperador Carlos V, de Habsburgo.

O Papa, ao aconselhar o judeu a pedir ajuda para D. João III, sabia que o monarca lusitano teria interesse na causa defendida por Reubeni, visto que Portugal, nessa época, já se consolidava como um extensivo império colonial, via o fim do

²⁰ King Joseph and his elders ordered me to speak to thee that thou shouldst make peace between the Emperor and the French King, by all means, for it will be well with thee and them if thou makest this peace, and write for me a letter to these two Kings, and they will help us and we will help them; and write also for me to King Prester John (i.e. the King of Abyssinia) (In: ADLER, 1987, p.272).

²¹ As to the two kings between whom thou askest me to make peace, I cannot do it, but if thou needest help the King of Portugal will assist thee, and I will write to him and he will do all, and his land is near to thy country and they are accustomed to travel on the great sea every year, more than those in the lands of those other kings (In: ADLER, 1987, p. 272).

²² Whatever thou wishest I will do, and I will not turn to the right or left from what thou biddest me, for I have come for God's service, and not for anything else, and I will pray for thy welfare and good all the days of my life (In: ADLER, 1987, p. 272).

império otomano como um grande feito na expansão territorial do país. A larga jurisdição obtida pelo reino português também permitia diversas estratégias de ataques, visto que tinha terras próximas ao alvo proposto pelo embaixador.

Quanto ao reino do Preste João, sabe-se muito pouco. A existência do reino do Preste estava envolto a uma carga exacerbada de narrativas mitológicas. As diversas lendas sobre sua existência passavam pela ideia de que em seu reino haveria a *Árvore da Vida*, que fazia fronteira com o paraíso a apenas um dia de distância, esta árvore era guardada por uma:

Serpente duas vezes maior que um cavalo, tendo ainda nove cabeças e duas asas, vigilante o tempo todo, ela dormia apenas no dia de São João Batista, quando se podia recolher o bálsamo que a árvore produz e do qual se faz o crisma, o óleo sagrado (FRANCO JR, 1992, pp. 39-40 apud COSTA, 2001).

Reubeni acreditava que o Preste tinha em seu domínio “muitas tribos de origem hebraica antiga, e ele pretendia mobilizá-las para a formação de um exército destinado a promover a libertação da Terra Santa” (LIPINER, 1993, p. 140).

Obedecendo ao conselho do Papa, munido de uma carta de apresentação redigida pelo próprio Clemente e com um salvo-conduto fornecido por D. Martinho, embaixador português em Roma, David Reubeni seguiu caminho em direção a Portugal (TAVIM, 2009, p. 462).

2.4. O embaixador em Portugal

A entrada de Reubeni em Portugal não foi uma surpresa para D. João III, que já havia sido informado acerca dos intuitos oficiais do embaixador hebreu. Sendo assim, antes da sua efetiva entrada no reino português, o embaixador tentou desembarcar no porto de Cádiz na Espanha, no entanto, não conseguiu, pois no reino não era permitido a entrada de judeus desde o édito de expulsão de 1492, como relata Reubeni:

A partir daí, nós fomos com as velas enfunadas a oeste para Portugal pelo mar Mediterrâneo. Chegamos próximos a Cadiz, no reino do imperador, e eu enviei Tobias para o magistrado com a carta do Papa para pedir permissão para deixarmos o barco e ficar em sua cidade por um dia, porém o magistrado não o fez. Tobias disse que os homens da cidade falaram coisas ruins sobre nós a ele e disseram que o rei judeu nos enviara para o rei de Portugal, que era de pequena importância (comparado com o Imperador). Eles acharam que éramos inimigos do imperador e aconselharam o magistrado prender-me e buscar cavalos

para me enviar ao imperador, porém eu estava encorajado em minha missão e regoziquei-me em tudo o que Deus havia feito, pois seria bom para mim e para toda Israel aparecer diante do Imperador, mas meus servos estavam com medo e temerosos, e eu os tranquilizei. Depois disso o capitão do barco veio a mim e disse: “É melhor que você deixe este barco e embarque num navio que pertence ao Rei de Portugal”. Deixamos o barco à meia-noite, guardamos nossos pertences na cabine, trancamos e embarcamos num pequeno barco que nos levou até o navio do rei de Portugal, no qual embarcamos (In: ADLER, 1987, pp. 284-285)²³.

Desembarcando em Tavira, tratou de enviar uma carta a partir de seu servo David, o Romeno, atestando sua chegada ao reino em 24 de outubro de 1525. Segue a carta de Reubeni a D. João III:

Magnífica Sacra Majestade, Ilustríssimo rei de Portugal, Saúde! Escrevo esta só para avisar à Vossa Majestade como o vosso servo sou arribado aqui, na terra de Vossa Sacra Majestade, e sou enviado aqui do Deserto de Habor por mandado del Rei Giusepe, meu irmão, e de sessenta [setenta] seus velhos conselheiros e juízes, os quais todos serão ao mandado de Vossa Majestade. Tem Sua Senhoria [Giusepe] acerca de trezentos mil bons combatentes, e tem cargo de sua Justiça e Razão todas as segundas e quintas-feiras. E como acordo o dito meu rei Giusepe com seus setenta conselheiros mandaram a mim Vosso novo servidor a falar a Vossa Majestade cousas de importancia e de segredo, o que Vossa Majestade folgará de saber, quando houver por bem de me ouvir, porque será para honra e gloria de Vossa Majestade, e onde o Vosso servo será a serviço de Vossa Sacra Majestade sempre mui aparelhado. Escrita em Tavira, terra de Vossa Majestade, onde sou arribado a vinte e dois dias do presente mes por mar. Feito a 24 de outubro 1525. Por mim, Vosso novo servo Davit, filho del Rei Salomão, Judeu (In: LIPINER, 1993, p. 321).

A carta de Reubeni foi respondida. Apesar de não termos acesso à resposta oficial, temos a narrativa do embaixador:

²³ From there, we went with full sail west to Portugal by the Mediterranean Sea. We arrived near Cadiz, in the reign of the Emperor, and I sent for the magistrate Tobias with the Pope's letter to ask permission to leave the boat and stay in their town for a day, but the magistrate did not. Tobias said the men of the city told bad things about us to him and said that the Jewish king sent us to the king of Portugal, who was of minor importance (compared to the Emperor). They thought they were enemies of the Emperor, and advised the magistrate to come, arrest me and send me to get horses to the Emperor, but I was encouraged in my mission and I rejoiced in all that God had done, it would be good for me and all Israel appear before the Emperor, but my servants were afraid and fearful, and I reassured. After that the boat captain came to me and said: "It is better that you leave this boat and boarding a ship belonging to the King of Portugal." We left the boat at midnight, keep our belongings in the cabin, locked and boarded a small boat that took us to the ship of the king of Portugal, where we boarded (In: ADLER, 1987, pp. 284-285).

Quando o mensageiro retornou a mim, ele trouxe duas cartas do rei e em uma delas ele escreveu que eu deveria ir até ele em toda a honra e que ele faria segundo a minha vontade. Na segunda carta ele escreveu para todos os magistrados em seu reino, dizendo que todos eles deveriam me honrar e me transportar de cidade em cidade, que eles deveriam preparar para mim uma cama, uma mesa, iluminação e abrigo em todos os lugares em que nós fôssemos. O mensageiro me disse que o rei ordenou que eu saísse da cidade e o visitasse amanhã. Ele me entregou quinhentos ducados e um escriba dos escribas do rei, que deveria superentender as despesas. De manhã eles entregaram cavalos a mim e a meus servos para cavalgarmos até o rei (In: ADLER, 1987, p. 287)²⁴.

A viagem rumo à cidade de Almeirim, onde D. João III mantinha sua corte, foi repleta de honrarias, espanto e excitação. A cada cidade onde passava sua comitiva, moradores de regiões vizinhas e curiosos se deslocavam ao seu encontro. Cristãos-Novos, principalmente, surpreenderam-se com a presença de um judeu que carregava bandeiras com os nomes das tribos de Israel. A bandeira de seda usada por Reubeni era um presente de Benvenida Abravanel, filha de D. Isaac Abravanel, que residia em Nápoles.

A presença por si só de um embaixador judeu em Portugal e as honras com a qual foi tratado trouxe excitação entre os criptojudeus. Seria Reubeni um libertador? Reubeni se preocupou com o alvoroço que sua presença causara, pois via que tais comportamentos poderiam atrapalhar sua missão, por isso, tratou de conter a exaltação popular:

Alguns eram de um coração forte, porque eles acreditavam em mim com uma fé perfeita, como Israel acreditou em nosso mestre, Moisés, que a paz seja com ele! Eu disse a eles em todos os lugares que eu sou o filho do rei Salomão, e que eu não vim a eles com nenhum sinal de milagre ou mistério. Mas sou um homem de guerra, desde minha juventude até hoje, e eu vim para ajudar o seu rei e ajudar vocês. Da mesma forma, eu vim para seguir pelo caminho que irá guiar-me até a terra de Israel (In: ADLER, 1987, p. 288)²⁵.

²⁴ When the messenger returned to me, he brought two letters from the king and one of them he wrote that I should come to him in all honor and that he would do according to my will. In the second letter he wrote to all magistrates in his kingdom, saying that they all should honor me and carry me from town to town, they should prepare for me a bed, a desk, lighting and shelter everywhere that we went. The messenger told me that the king ordered me to leave the city and visit tomorrow. He handed me five hundred ducats and a scribe of the scribes of the king, should superentender expenses. In the morning they gave me and my horses servants we ride up to the king (In: ADLER, 1987, p. 287).

²⁵ Some were a strong heart, because they believed in me with a perfect faith, as Israel believed in our master Moses, peace be with him! I told them everywhere I am the son of King Solomon, and I did not come to them with no sign of miracle or mystery. But I'm a man of war, from my

David Reubeni chegou a Almeirim em Novembro de 1525, mas não foi recebido em primeiro momento pelo monarca lusitano, que influenciado por D. Miguel, um desafeto do embaixador desde Roma, temeu que o visitante pudesse converter os cristãos-novos a fé antiga. Reubeni insistiu junto ao rei, até que oito dias após sua chegada conseguiu uma audiência com D. João III.

Neste momento, retomamos a narração do início do capítulo, quando Reubeni, diante do rei, apresentou seu plano de união entre a cristandade e os reinos judaicos do oriente para a tomada da Terra Santa que estava sob domínio otomano desde 1516, quando fora tomada pelo Sultão Selim I (GONÇALVES, 2009).

Reubeni pediu ajuda bélica ao monarca lusitano a fim de cumprir sua missão:

Eu depositei nas mãos do rei todas as cartas e conversei com ele sobre minhas missões. Eu contei a ele toda a minha jornada, que foi imensa e vasta, até o momento em que eu cheguei a ele. Eu também o disse: “Rei Joseph, meu irmão pede-me com referência dos artífices por armas para o seu reino” (In: ADLER, 1987, p. 291)²⁶.

Após ouvi-lo, “o rei aparentemente não recusou o pedido, pelo contrário, combinou um plano de como se poderia enviar armas e canhões de Portugal aos reinos israelitas na Arábia” (KAYSERLING, 2009, p. 217).

A notícia da presença de Reubeni na corte de um monarca antissemita, como D. João e a mensagem por ele trazida, surpreendeu a muitos e ultrapassou os limites territoriais do reino português.

Pouco tempo após a apresentação de Reubeni ao monarca lusitano, fora enviado a mando do xarife do Suz, Muhammad Shayk, Abraão Benzamerro, hebreu de origem lusitana que passou a residir com sua família no Marrocos após a expulsão de 1497. Benzamerro tinha como objetivo coletar informações do embaixador acerca de alguns súditos do xarife que haviam sido capturados por tribos beduínas na Arábia, pois sabia que o judeu era oriundo das tribos orientais (TAVIM, 2009). A resposta de Reubeni foi negativa, mas o diálogo com o “juiz de Fez”, como ele o tratou em seus relatos, foram um tanto reveladoras, principalmente, em relação às diversas tribos judaicas do Oriente,

youth until today, and I came to help the king and help you. Likewise, I have come to follow the path that will lead me into the land of Israel (In: ADLER, 1987, p. 288).

²⁶ I deposited in the hands of the king of all the letters and talked to him about my missions. I told him my whole journey, which was huge and wide, till the time I got to it. I also said: "King Joseph, my brother asks me with reference to weapons of artisans to his kingdom" (In: ADLER, 1987, p. 291).

das quais poderia receber informações sobre os súditos desaparecidos:

Existem nove tribos e meia na terra de Etiópia e outros reis. A tribo mais próxima de nós é a de Simeão e a de Benjamin. Elas estão no rio Nilo, acima do reino de Sheba, e residem entre os dois rios, o rio azul e o rio negro, que é o Nilo. A sua terra é boa e extensa. Eles tem um rei e seu nome é Baruch, filho do rei Japhet, e tem quatro filhos: Saadiah, o mais velho, Abraham, o segundo, Hoter, o terceiro, e Moisés, o último. Os números deles são semelhantes aos de Habor, trezentos mil judeus, e nós temos conselhos juntos (In: ADLER, 1987, pp. 292-293)²⁷.

Ao longo de sua conversa, o judeu perguntara a Reubeni acerca dos boatos que corriam entre os judeus e os muçulmanos de Fez, sobre a origem redentora de sua visita ao reino português. O embaixador, prontamente, teria respondido:

Deus me livre, eu sou um pecador perante o Senhor, maior do que qualquer um de vocês, pois assassinei muitos homens. Um dia eu matei quarenta inimigos. Não sou nem um profeta nem o filho de um profeta, nem um homem sábio nem um cabalista, mas sou um capitão das tropas, filho de Salomão o rei, o filho de Davi, filho de Jessé, e meu irmão, o rei, governa sobre trezentos mil nos confins de Habor. Além disso, os marranos no reino de Portugal, os judeus na Itália e todos os que estiveram nos lugares em que passei também pensaram que eu fosse um profeta, homem sábio, ou cabalista, e eu os disse, "Deus me livre, eu fui um pecador e um homem de guerra da minha juventude até hoje" (In: ADLER, 1987, pp. 293-294)²⁸.

Por mais que o embaixador se apresentasse como um homem de guerra e não um Messias, seu aparecimento, sua missão, os cálculos cabalistas difundidos entre os cristãos-novos e as perseguições aos criptojudeus, conferiam-lhe um caráter redentor.

Reubeni fora responsável por uma onda de fervor messiânico em Portugal.

²⁷ There are nine and a half tribes in the land of Ethiopia and other kings. The tribe closest to us is that of Simeon and Benjamin. They are in the river Nile, above the kingdom of Sheba and reside between the two rivers, the blue and the black river, that is the Nile. Their land is good and extensive. They have a king and his name is Baruch, the king's son Japhet, and has four children: Saadiah, the eldest, Abraham, the second Hoter, third, and Moses, the last. Their numbers are similar to Habor, three hundred thousand Jews, and we have boards together (In: ADLER, 1987, pp. 292-293).

²⁸ God forbid, I am a sinner before the Lord, higher than any of you, and I murdered many men. One day I killed forty enemies. I am neither a prophet nor the son of a prophet or a wise man not a kabbalist, but I'm a captain of the troops, the son of King Solomon, son of David, son of Jesse, and my brother, the king, governs about three hundred thousand in the confines of Habor. Furthermore, the Marranos in the kingdom of Portugal, the Jews in Italy and all who were in the places where I spent too thought I was a prophet, wise man, or kabbalistic, and I said, "God forbid, I was a sinner and a man of war of my youth to this day" (In: ADLER, 1987, p. 293-294).

Durante sua estadia no país surgiram diversas lendas sobre os objetivos de sua permanência. Dizia-se que o embaixador, a “mando de seu irmão reconduziria a nação judia dispersa para a Palestina” (DELUMEAU, 1997 p. 183) e que ele estava recrutando um exército de trezentos mil guerreiros para lutar contra os turcos e reconquistar a Terra Santa (AZEVEDO, 1918; DELUMEAU, 1997).

Os acontecimentos envoltos à figura de Reubeni, em Portugal, chegaram aos ouvidos de D. João que, preocupado com o futuro de seu reino, tratou de apressar o casamento de sua irmã Dona Isabel com o Imperador Carlos V, de Habsburgo. Segundo Elias Lipiner (1993):

A preocupação com os preparativos de tal casamento, por estranho que pareça, fora invocada pelo monarca português como pretexto para deixar de cumprir promessas feitas ao mencionado embaixador de um suposto reino hebreu, o qual pretendia obter na corte apoio para a libertação da Terra Santa do jugo muçulmano (p. 143).

Há indícios que Carlos V conhecia a história do embaixador que andava pela corte de seu cunhado e que tinha interesse em conhecê-lo. Reubeni “conta que teria ouvido sobre o desejo do Imperador de encontrá-lo, da boca do procurador que veio a Lisboa à frente de uma delegação incumbida de tratar do casamento de Carlos V com a irmã do rei de Portugal” (LIPINER, 1993, p. 143).

D. João viu, na circunstância do casamento, a chance de despedir Reubeni, “sem aceitar seu fantástico plano, nem prestar-lhe o auxílio prometido em armar” (LIPINER, 1993, p. 143) e o orientou a buscar auxílio junto a Carlo V.

Para a saída de Portugal, Reubeni recebeu uma *Carta de Privilégio* do próprio D. João III, atestando a permissão para que este deixasse o reino sem ser incomodado por seus funcionários reais, visto que apenas deixava o reino quem tivesse tal permissão:

Segue a *Carta de Privilégio* para a saída de David Reubeni de Portugal:

Judeu privylegio

Dom Joam etc faço saber a todos capitães geraees e espiçiaees asy da terra como do mar governadores regedores de provencias cidades e lugares alcajdes juízes justiçaes e todas outras pessoas e ofiçiaees a que esta minha carta for mostrada que a mym veo Davy judeu o quall dizia ser envyado de hu seu jrmão e judeos que vivem no deserto de Monte Tabor e porquanto ele se quer ora tornar pera sua terra e veo com salvoconduto de meu embaixador em corte de Roma e meu pera sua vinda e tornada vo lo notifique asy e vos rogo mujto e encomendo a todos em jerall e a cada hu de vos em espiçiall que hu ajaees a ele a seis pessoas que comsiguo leva por muito recomendados e le facaees favor e honra e boom tratamento e nam consintaees em tal modo que

com rezam ele se nom deva agravar crendo que alem disto com compryrdes com aquela obrigacam que debes e como em tall caso soees obriagados me fares njsso prazer e servjco que vos muito agardecerey. Dada em a mjnha vila de Santarem a xx/ dias de Junho Antonio Paez a fez ano de mjll b °xxbj. E estas seis pessoas que comsiguo levar sejam judeos e nam crystãos. (ANTT, Chacelaria de D. João III, Livro 12, fls. 3-vº In: LIPINER, 1993, p. 147).

Com a *Carta de Privilégio*, concedida pelo monarca português, Reubeni seguiu caminho rumo à corte do Imperador. O *Diário* de Reubeni termina quando este se despede de Portugal. Desse modo, eram poucas as informações acerca do embaixador, nesse momento passam a ser ínfimas, a não ser por relatos de certos cronistas que afirmavam ter passado por suas cidades um sonhador, como destacado por Kayserling, citando a *Revista Geral do Judaísmo* de 1866, que analisou a segunda visita de Reubeni em Veneza no ano 1530:

O Senado enviou o célebre autor de narrativas de viagens, Ramusio, a David, a fim de se informar sobre a origem, planos, meios etc. Após esta entrevista, Ramusio declarou que David era um aventureiro, sendo suas informações sem fundamento. David em consequência, foi intimidado a partir (KAYSERLING, 2009, p. 217).

Apesar da falta de informação após a saída de Reubeni de Portugal, sua presença será, constantemente, lembrada no reino do Piedoso, gerando uma sucessão de fatores que levarão a instauração da Inquisição naquele país. O próximo capítulo tratará da convulsão social, principalmente, entre os cristãos-novos, causado pela aparição do embaixador e príncipe do Habor.

3. O EMBAIXADOR E A ONDA DE FERVOR MESSIÂNICO EM PORTUGAL

3.1. O Antissemitismo em Portugal

O significado da palavra antissemitismo é hostilidade contra os hebreus. Este termo, cunhado na segunda metade do século XIX, mas comumente utilizado em todos os períodos da história, assumiu características distintas ao longo do tempo. Por isso, comparar o antissemitismo romano do início da era cristã e o antissemitismo nazista se torna um exercício infundado de anacronismo. Desta forma, devemos nos referir ao termo no plural, antissemitismos, no qual em momentos distintos, por ocasiões e causas também distintas, houve algum tipo de resistência às práticas hebraicas, principalmente, relacionadas a questões religiosas, políticas e econômicas.

(...) considerar o Antissemitismo como um fenômeno unitário ou como uma categoria universal só pode levar-nos a conclusões a-históricas e aberrantes deste tipo: quase que entre as características dos hebreus estariam inseridos fatores que determinam a perseguição a eles; pesa sobre eles uma "maldição", e coisas do gênero (ORTONA, 1998, p. 39)

Na época do surgimento da expressão, os contornos que envolviam o termo estavam ligados às questões étnicas, pois via-se nesse período o surgimento do nacionalismo que desembocou na perseguição nazista aos judeus.

A história do antissemitismo, como a história do ódio aos judeus, é parte integrante da longa e intrincada história das relações que prevaleciam entre judeus e gentios desde o início da dispersão judaica. O interesse por essa história, praticamente nulo antes dos meados do século XIX, surgiu coincidindo com a eclosão do antissemitismo, hostil aos judeus emancipados e assimilados (ARENDR, 1998, p. 18).

Mas podemos considerar o antissemitismo de forma mais ampla, como o praticado na segunda metade do século XX, dos árabes ao estado de Israel, que não estiveram ligados a questões étnico-raciais, mas políticas. Por isso, é importante destacar que ao longo da história questões absolutamente diferentes ocasionaram hostilidade contra os judeus.

3.1.1. Uma breve história do Antissemitismo

A dispersão judaica pelo mediterrâneo começou antes mesmo da destruição de Jerusalém pelos romanos no ano 70. No século I a.C., cidades como Roma e Alexandria tinham comunidades judaicas numerosas, dedicadas, principalmente, ao comércio. A estrutura politeísta da religião romana não propiciava movimentos antissemitas instigados por questões religiosas. Os pequenos movimentos antissemitas na Roma antiga se relacionavam às classes superiores e intelectualizadas que pautados em uma cultura predominantemente agrícola, viam a atividade mercantil dos hebreus com certo desprezo “que nasce, por sua vez, de um profundo antagonismo econômico entre produtores de bens e comerciantes, que se apropriam de uma parte desses bens, mas que são também necessários à sociedade e, por isso, mesmo inelimináveis” (ORTONA, 1998, p. 40).

A questão antissemita no império romano assumiu contornos mais drásticos com o e nacionalismo hebraico, que era hostil à dominação romana e ao pagamento de impostos aos cofres imperiais. Outra questão, era o proselitismo dos hebreus que ansiavam converter os pagãos a fé de Moisés, essas atitudes iam de encontro à política imperial que fazia súditos todos os povos dominados ou assimilados, e se chocava com a mentalidade cosmopolita da religião romana (ORTONA, 1998).

No século IV d.C., quando o cristianismo se tornou a religião oficial do Império Romano, a característica tolerante do paganismo deu lugar a uma política confessional pautada em leis discriminatórias aos praticantes de outras religiões. É nesse momento histórico que os judeus “são postos em condições de absoluta inferioridade jurídica e privados de todo o direito civil” (ORTONA, 1998, p. 40). A partir de então, o antissemitismo assumiu sua característica principal e que acompanharia os judeus durante toda Idade Média e Idade Moderna. Esses foram acusados de deicidas e de não conceber Jesus Cristo como o Messias e o antissemitismo se tornou uma questão estritamente religiosa.

Após a queda do Império Romano do Ocidente, a economia de mercado foi quase extinta e, mais uma vez, neste período, coube aos judeus a função comercial. Neste aspecto, viveram um período de relativa tolerância religiosa e os judeus se tornaram um mal necessário.

Nos tempos de Carlos Magno, o comércio entre Ocidente e Oriente é monopolizado de uma forma quase absoluta pelos hebreus. Nesta época, na verdade, se verifica, para eles, a máxima prosperidade.

Únicos a disporem de reservas monetárias, podem também começar a associar à atividade de troca a atividade de empréstimo: tanto que, bem rapidamente, a sua presença é considerada, em toda a Europa ocidental, como indispensável (ORTONA, 1998, p. 41)

No século XII, com o surgimento da burguesia, os judeus passam a sofrer restrições e deixam de ser tão necessários como outrora. O comércio de longa distância passa a ser atividade burguesa, os judeus se voltam ao pequeno comércio e à atividade usurária, emprestam dinheiro aos diversos setores da sociedade, de nobres a camponeses. Tal atividade gerou desgaste nas relações com os cristãos e, nesse período, o judeu usurário passou a ser o principal alvo da teologia católica. O IV concílio de Latrão, de 1215, editou:

Desejando nesta matéria impedir que os cristãos sejam tratados desumanamente pelos judeus, decidimos [...] que, se, sob um pretexto qualquer, judeus têm exigido dos cristãos juro pesado e excessivo, todo comércio dos cristãos com eles será proibido até que eles tenham dado satisfação (In: LE GOFF, 2007, p. 45).

Os judeus passaram a ser tratados como enganadores e sem escrúpulos entre a cristandade da Baixa Idade Média, aumentando, significativamente, o antissemitismo e o ódio ao usurário, identificado quase sempre como judeu, apesar de existir usurários cristãos.

A perseguição aos judeus culminou no século XIV com a Peste Negra e foram os judeus acusados de se rebelar contra os cristãos envenenando os poços em conluio com satanás. A baixa Idade Média e o início da Idade Moderna assistiu a expulsão massiva dos judeus dos principais reinos europeus, como Inglaterra (1290), França (1306), Espanha (1394), Sicília e Sardenha (1492), e, por fim, em Portugal (1497). (ORTONA, 1998).

3.2. Os judeus portugueses

Em Portugal, como em boa parte da Europa, os judeus assumiram características mercantis ao longo de sua história, formavam uma pequena burguesia desenvolvendo ofícios como ferreiros, alfaiates e sapateiros. Desfrutavam de leis que lhes garantiam o direito de culto e proteção contra possíveis investidas cristãs. Viviam em bairros fechados, chamados de *aljamas* ou *judiarias*, onde tinham suas sinagogas e mantinham suas tradições alimentícias e fúnebres.

Os judeus lusitanos tinham praticamente o “monopólio das operações financeiras e do comércio de dinheiro, a cobrança das rendas do Estado e das grandes casas senhoriais, a administração da alfândega” (SARAIVA, 1969, p. 29). Tal tradição acompanhava-os desde os primórdios do reino, pois eram eles os “tesoureiros-mores do Rei, bem como os seus banqueiros e arrematantes da cobrança de rendas. Nesta função de técnicos financeiros eram indispensáveis à Coroa” (SARAIVA, 1969, p. 29).

Eram os judeus a elite intelectual lusitana durante a Idade Média, herdeiros da ciência árabe, desenvolveram trabalhos na área de astronomia e astrologia que propiciaram o desenvolvimento náutico do reino. Também desenvolveram papéis importantes na área da medicina, das ciências exatas e das ciências da natureza. Enquanto isso, os setores intelectuais cristãos se restringiam ao Clero, ligado especificamente com as ciências teológicas e literárias (KAYSERLING, 2009; SARAIVA, 1969).

Por mais que desenvolvessem papel de extrema importância no reino e, por isso, cultivavam a proteção real, os judeus nunca estiveram totalmente integrados a sociedade portuguesa, o estigma que os seguira desde a Idade Média continuava vivo no inconsciente coletivo lusitano. Afinal, era o judeu que carregava consigo a linhagem daqueles que crucificaram a Cristo. Além disso, desfrutavam de uma legislação a parte, não eram cristãos e, por isso, não tinham direitos e nem deveres da religião católica, com isso, praticavam livremente a usura, um ato condenado pela sociedade feudal (LE GOFF, 2007).

O favor que pudessem receber dos poderosos não era, portanto, sinal de valia social, mas a expressão do apreço caprichoso e interessado que se pode ter por uma animal doméstico, um escravo, uma mulher comprada, um bobo da corte, um jogral, apreço cuja manifestação pode ser justamente uma exibição de poder. O Rei protegia contra o cristão o *seu* judeu. Mas os mesmos príncipes que protegiam os judeus detentores do dinheiro, encarregavam-nos de funções odiosas, como a de cobrança de impostos e direitos, colocando-os numa posição que tem analogias com a do carrasco (SARAIVA, 1969, p. 36).

Os judeus se mantiveram em Portugal por conta do poder financeiro, não reconhecido na estrutura feudal, mas tão necessário em épocas de transformações.

O antissemitismo lusitano se afluava em momentos nos quais os hebreus não logravam êxito em seus negócios. Foi no reinado de D. Afonso V, quando Portugal passava por crise financeira, que um frade, de origem desconhecida, atribuiu “exclusivamente aos judeus a pobreza do país e as necessidades da classe popular e

exigiu como único meio de salvação, que se lhes restringissem os seus direitos o mais rápido possível” (In: KAYSERLING, 2009, p. 102).

Os judeus, de fato, sabiam os riscos que corriam diante das instabilidades cada vez mais crescentes em Portugal, principalmente, depois da segunda metade do século XV, quando seus negócios passaram por períodos de dificuldade após a tomada de Constantinopla pelos Otomanos, por isso, D. Davi ibn Jachia Negro, um judeu lusitano, insistiu com seus filhos para que não aplicassem seus bens em imóveis, “pois não se podia prever não estar próximo a ordem que obrigaria a abandonar o país” (In: KAYSERLING, 2009, p. 103). O mencionado membro da culta família de tradição rabínica, ibn Jachia Negro, orientou sabiamente seus filhos prevendo um cataclismo que se espalhou por parte significativa da Europa nos anos finais do século em questão.

O reinado de D. João II, iniciado em 1481, contou com forte pressão das cortes contra os judeus, alegavam que o luxo e a riqueza dos hebreus era a causa da miséria do povo:

Apontavam os cavaleiros judeus que se pavoneavam sobre jumentos faustosamente adornados, envergando roupagens e capuzes de seda e portando armas, de modo a tornar-se impossível distingui-los dos cristãos. Reclamavam por não usarem distintivos, serem empregados como coletores de impostos e considerarem-se senhores dos cristãos; mentiam ao declarar que os adeptos da fé judaica penetravam nas igrejas, ridicularizando os sacramentos, e que os alfaiates, sapateiros e outros operários judeus ambulantes, que trabalhavam para os moradores das montanhas e das planícies, na ausência dos homens, mantinham relações ilícitas com as mulheres e filhas de cristãos (KAYSERLING, 2009, pp. 121-122).

D. João II atendeu, em partes, o pedido das cortes que se reuniram em Évora em novembro do ano de início de seu reinado. A partir de então, decretou o rei que os judeus ficariam impedidos de usar roupas de seda e teriam que usar distintivos que o diferenciaria dos cristãos (HERCULANO, 2009; KAYSERLING, 2000).

Apesar das restrições, os primeiros anos de reinado de D. João II estavam longe de ser efetivamente antissemita, os médicos pessoais do monarca eram judeus e os principais empregados da empresa náutica também, como o médico José Vecinho, o cosmógrafo alemão que vivia em Portugal, Martim Behaim, o matemático mestre Moisés e o médico pessoal e poeta, mestre Rodrigo (KAYSERLING, 2009; NOVINSKY, 1991), os quais estiveram envolvidos na aplicação do astrolábio como objeto de navegação. Também a esses devemos os estudos que propunha a:

(...) navegação pela altura do Sol, no largo mar, em vez de ao longo da costa, como se fazia até então. Desses estudos resultou a tabuada de declinação solar que foi invenção admirável e proveitosa, que muito animou os nossos e abriu mais o caminho do descobrimento da Índia, em que por isso está em grande dívida Portugal e toda Europa (REMÉDIOS apud NOVINSKY, 1992, p. 72).

Foi no reinado de D. João II que, em 1492, os monarcas de Aragão e Castela expulsaram de seus territórios os Mouros e unificaram seus reinos, dando origem a Espanha. Como já aludimos neste trabalho, com a unificação veio a expulsão dos judeus que, em grande medida, buscaram refúgio em Portugal. O monarca lusitano não apresentou repúdio à imigração judaica em seu reino, pois, como de costume na história das relações entre nobreza e hebreus, tinha interesse. D. João II exigiu deles um imposto de 8 cruzados por cabeça, uma quantia que não estava ao alcance de todas as famílias.

Além das famílias que pagaram o imposto, outras traspuseram clandestinamente a extensa fronteira hispano-portuguesa. Para os ferreiros, armeiros, malheiros e latoeiros, como já vimos, este imposto foi reduzido pela metade, o que só pode interpretar-se como um convite indireto a estabelecerem-se no Reino: trata-se de uma categoria de oficiais mecânicos indispensáveis à indústria de armamento de guerra (SARAIVA, 1969, p. 37).

Em 1497, como já tratado no corpo deste trabalho, ocorreu o batismo forçado dos judeus em Portugal; os sefarditas foram transformados em cristãos-novos. Antes da conversão, o judeu era um “outro” integrado a sociedade plural lusitana, após o batismo, o cristão-novo se tornou o “outro indesejável”, potencialmente suspeito de infidelidade à Igreja e ao Estado, visto como o caluniador ou o herege acusado de judaizar escondido.

De fato, o lugar social do cristão-novo não estava bem definido e, apesar de desfrutarem de alguns privilégios, após o batismo forçado, tiveram identidades confusas, nem cristão, nem judeu.

Após a conversão ao catolicismo os judeus e seus descendentes passaram a pertencer a nenhum lugar, a nenhum tempo, a ninguém. Abandonar a pátria portuguesa significava o abandono de si mesmos. Para onde ir? Com exceção de poucos países, onde lhes foi permitido, mesmo que veladamente, retornar a religião antiga, os cristãos-novos viviam a angústia do “não ser”. Esse “não ser” levou Uriel da Costa e tantos outros ao suicídio. Existem livros nos arquivos da Inquisição intitulados *Os que se mataram na prisão*, que servem de testemunhos até onde levou o desespero do “não ser” (NOVINSKY, 1997, 204).

Os sefarditas eram acusados de armazenar cereais e vendê-los por altos preços (KAYSERLING, 2009), denúncia comprometedora em tempos de crise de abastecimento que assolava, não só Península Ibérica, como toda a Europa ou mesmo de um suposto conluio entre médicos e boticários para envenenar os cristãos.

Como prova dessa malévola acusação relataram os senhores procuradores, como fato recente, ter certo médico de Campo Maior – queimado como judeu em Llerena, na Espanha – confessado durante a tortura que envenenara diversas pessoas na localidade onde havia residido (KAYSERLING, 2009, p. 212).

Anita Novinsky (1997) concluiu que, em Portugal, houve, nos anos finais do século XV e início do século XVI, um movimento nunca visto antes, o antissemitismo sem judeu, pois:

As mais violentas explosões contra os judeus não se deram quando viviam com um grupo identificado pelas suas diferenças, quando residiam em bairros próprios, praticando livremente o judaísmo, mas depois que abandonaram sua religião e muitos de seus costumes, e adotaram os padrões, as atitudes e os comportamentos impostos pela cultura dominante (...). Portugal não tem, como sabemos, uma tradição anti-semita medieval, do tipo de outras nações européias. O Rei Afonso V, quando a judiaria de Lisboa foi assaltada em 1449, pronunciou-se indignado: “coisa que em nosso reino nunca aconteceu!”. Em Portugal não registramos explosões populares como os progridos da França, Inglaterra, Espanha. Foi no século XVI, no início da era moderna, que as acusações contra os judeus, já todos convertidos ao cristianismo, se tornam virulentas, disseminando por todo país. (NOVINSKY, 1997, p. 203).

D. João III, filho de D. Manuel, neto de D. Isabel, a católica, e casado com a Infanta Catarina da Espanha, irmã do Imperador Carlos V, não escondia o desejo que tinha de um tribunal que julgasse os eventuais desvios da fé dos cristãos-novos, por isso, confiara a Jorge Temudo de Montemor e Henrique Nunes de Borba a incumbência de investigar e obter provas de judaísmo e buscar junto ao papa a instauração do Santo Ofício no reino.

Temudo apresentou pesquisas as quais demonstrava que as principais características dos judaizantes eram que:

Não visitavam as igrejas aos domingos e dias santos, festejavam os sábados e a festa do Pessakh (Páscoa), não enterravam seus mortos nos cemitérios católicos perto de conventos e capelas, mas em terra virgem, não pediam os sacramentos na hora da morte, não estipulavam nos testamentos somas para celebrar missa (KAYSERLING, 2009, p. 213).

Henrique Nunes, nascido judeu, recebeu o apelido de Firma-Fé devido o fervor na perseguição dos hereges. Nunes, natural de Borba, converteu-se ao catolicismo em Castela, onde se tornou pessoa de confiança de Diogo Rodrigues Lucero, o primeiro inquisidor de Córdoba (LIPINER, 1993). Firma-Fé foi convidado pelo monarca Português para, assim como Jorge Temudo, atuar na função de espião dos cristãos-novos:

Numa audiência privada em Santerém, o monarca ordenou-lhe especificamente que entrasse em contato com os judeus secretos, aparentando ser irmão e correligionário, que vivesse entre eles e em palestras confidenciais averiguasse suas opiniões religiosas. Depois de tê-los localizado nos seus esconderijos em Lisboa, Santarém e outras localidades, dirigiu-se para Évora, a residência momentânea da corte, onde permaneceu alguns dias, continuando depois seu caminho para Olivença a fim de prosseguir na sua missão. Os judeus traídos reconheceram, finalmente, que o impostor, pretextando-lhe amizade, não passava de indigno delator, do qual tinham de livrar-se a qualquer preço. A caminho de Badajoz em Valverde foi esfaqueado (julho de 1524) (KAYSERLING, 2009, p. 214).

O curto trabalho do Firma-Fé, entre 1523 e 1524, rendeu três cartas a D. João. A primeira instruía o monarca acerca do combate eficaz da fé judaica, a segunda constava uma relação completa dos nomes das famílias investigadas e a última descrevia os sinais externos dos judaizantes, a fim de serem facilmente reconhecidos:

Não colocavam cruces nem retratos de santos em suas joias, não usavam rosários, evitavam participar de procissões e peregrinações, não mandavam ler missas, enterrando seus mortos com rito especial em terra virgem (KAYSERLING, 2009, p. 215).

Temudo e Nunes foram os primeiros a oferecer subsídios para o reconhecimento dos judaizantes no reino e incitar a massa na perseguição dos hereges.

Apesar do cerco aos cristãos-novos iniciado após a ascensão de D. João III, o monarca sabia que esses representavam benesses ao seu reino e seus projetos expansionistas, por isso, evitou a saída desses de seus domínios, o que mostra ambiguidade na política do monarca, que por um lado perseguia e por outro precisava. A carta a seguir, datada de 10 de dezembro de 1539, parece dar o tom da questão judaico/cristã-nova desde os tempos remotos em Portugal:

Muyto mais proveitosos que todos outros do povo pera meu serviço per todas vias de negociação, tratos proveitosos cresciaõ por suas mãos destes mais riquos que todos los outros e sabido He a grande

soma de dinero que teem passado desta terra(...) (ARCHIVO HISTÓRICO PORTUGUEZ apud KAYSERLING, 2009, p. 215).

É nesse clima de constante incerteza quanto as pretensões do monarca lusitano que David Reubeni chega ao reino. Alguns passaram a depositar neste a esperança de transformação da desolação causada pela imposição àquela condição, com isso, o embaixador escreve em seu *Diário* sobre a forma como o trataram:

Alguns eram de um coração forte, porque eles acreditavam em mim com uma fé perfeita, como Israel acreditou em nosso mestre, Moisés, que a paz seja com ele! Eu disse a eles em todos os lugares que eu sou o filho do rei Salomão, e que eu não vim a eles com nenhum sinal de milagre ou mistério. Mas sou um homem de guerra, desde minha juventude até hoje, e eu vim para ajudar o seu rei e ajudar vocês. Da mesma forma, eu vim para seguir pelo caminho que irá guiar-me até a terra de Israel (In: ADLER, 1987, p. 288)²⁹.

No entanto, a documentação nos mostrou que, por onde o embaixador passou, ele causou alvoroço despertando esperanças entre marranos, afinal, era um príncipe declaradamente judeu que carregava bandeiras com o nome das tribos de Israel em um reino onde o judaísmo, recém-extinto, era proibido. Reubeni era um ícone da identidade judaica em um país antissemita.

Podemos localizar exemplos em seu *Diário* como: “Em toda cidade que nós entramos, marranos vieram, homens e mulheres, grandes e pequenos, e beijaram minha mão” (In: ADLER, 1987, p. 288)³⁰, ou “Em todo caminho que eu passei, marranos vieram até mim de todos os lados e todos os cantos para me acompanhar. Eles me deram presentes” (In: ADLER, 1987, p. 288)³¹.

3.3. Pires Molcho

A estadia de David Reubeni em Almeirim e as honras que este recebera do monarca lusitano fascinou, na capital, um jovem cristão-novo chamado Diogo Pires.

²⁹ Some were a stout heart, because they believed in me with a perfect faith, as Israel believed in our Master Moses, on whom be peace! And I said to them every place we came to that I am the son of King Solomon, and I have not come to with no sign of miracle or mystery, but I am a man of war from my youth till now, and I have come to help your king and to help you and go in the way he shall lead me to the land of Israel (In: ADLER, 1987, p. 288).

³⁰ In every city we went, Marranos came, men and women, large and small, and kissed my hand (In: ADLER, 1987, p. 288).

³¹ In every road I passed, Marranos came to me from every corners to accompany me and They gave me presents (In: ADLER, 1987, p. 288).

Pires ocupava o cargo de escrivão dos ouvidores na Casa de Suplicação, exercido desde fevereiro de 1521, como relatado na chancelaria de D. Manuel:

O doutor Diogo Pires, do desembargo do rei e corregedor dos feitos crimes na corte e casa da suplicação, é nomeado escrivão dante os ouvidores desta casa que ora vagou por falecimento de Fernão Rodrigues, cantor³².

Reubeni causou grande fervor místico em Pires que, influenciado por visões e sonhos de fundo messiânico, mudou seu nome de batismo para o nome judaico Salomão Molcho e buscou aproximação com o dito embaixador para que este desvendasse e interpretasse seus sonhos. Contudo, quando procurou Reubeni, foi “recebido friamente e quase repellido” (KAYSERLING, 2009, p. 217). Ainda segundo este autor, “pensando que o príncipe e suposto Messias o ignorasse por não trazer ainda em si o sinal do pacto, sujeitou-se a essa perigosa e dolorida operação, de que resultou uma hemorragia que o acamou” (KAYSERLING, 2009, p. 217).

A notícia da circuncisão de Pires trouxe grande indignação a Reubeni, que sabia do risco que correria se o rei soubesse que um cristão-novo se convertera ao judaísmo, a partir de um ato tão determinante. Sem dúvida, o acusariam de influenciar aquele jovem. De fato, foi isto que aconteceu, segundo os relatos do *Diário*, como segue no diálogo do embaixador com o Rei:

Ele me disse: “Eu ouvi falar que você circuncidou meu secretário”. E eu o respondi, “Deus me perdoe, isso não é verdade, eu não vim para fazer essas coisas, não incline seus ouvidos para caluniadores, pois eu vim somente pelos meus negócios e para teu serviço” (In: ADLER, 1987, pp. 302-303).³³

Reubeni, sabendo que este fato traria grandes problemas a sua empreitada, acrescenta um diálogo que teve com Pires:

Esse secretário veio até mim antes de ser circuncidado e me contou um sonho em que ele fora circuncidado. Ele me pediu para circuncidá-lo ou para ordenar o meu servo Salomão fazer o mesmo. Eu fiquei zangado com ele e disse, “Fique com os seus deveres diante do rei até que o Todo poderoso abra a porta. Ele conhece os pensamentos dos homens e sabe que suas intenções são boas, mas tome cuidado fazendo essas coisas nesta hora, ou você, eu e todos os marranos

³² Chancelaria de D. Manuel, Livro 37, fls. 108 de 08 de fevereiro de 1521.

³³ He said: "I heard you circumcise my secretary." And I said, "God forgive me, this is not true, I did not come to do these things, do not incline their ear to slanderers, for I came only for my business and for your service" (In: ADLER, 1987, pp. 302-303).

estaremos em grande perigo.” Ele me deixou depois dessa conversa entre nós sobre circuncisão. Ele era um secretário muito honrado perante o rei. O problema foi descoberto pelo rei de Portugal e por todos os seus lordes. Todos os cristãos e marranos souberam que ele havia circundado a si mesmo, fugido e desaparecido. O rei e seus lordes disseram que eu fiz o secretário circuncidar a si mesmo, embora eles soubessem que eu mesmo não havia feito isso. (In: ADLER, 1987, pp. 303-304)³⁴

E concluiu:

Fui para casa e fiquei lá até a noite. O escriba, que fora secretamente circuncidado, veio me falar naquela noite. Eu estava zangado e lhe disse, “Veja o que você causou a nós. Vá a Jerusalém e não seja visto aqui ou eles vão queimá-lo ou açoitá-lo,” e ele me deixou. (In: ADLER, 1987, p. 303)³⁵

Pires Molcho, obedecendo ao mando de Reubeni, abandonou seu cargo e rumou a Safed na Palestina, onde “se instruiu no estudo da Cabala e na exegese mística do texto bíblico, tornou-se apóstolo das ideias messiânicas para os marranos, tido por alguns como o próprio Messias e por outros por santo que faz milagres” (LIPINER, 1993, p. 323). Por onde o jovem passou conquistou muitos adeptos. Seus sermões contagiante angariaram discípulos a causa messiânica (KAYSERLING, 2009).

A documentação mostra-nos que o fervor místico causado por Reubeni e, consequentemente, pelas pregações de Pires Molcho foi tamanho que um episódio, datado de 1528, foi determinante para as petições de D. João III junto a Santa Sé para a instauração do Santo Ofício.

Alguns cristãos-novos espanhóis, refugiados na cidade portuguesa de Campo Maior, inflamados de fervor messiânico e munidos de armas nas mãos, seguiram para a cidade espanhola de Badajoz, onde provocaram algumas desordens e conseguiram arrancar à força uma mulher do tribunal inquisitorial – tal acontecimento despertou

³⁴This secretary came up to me before being circumcised and told me in a dream that he was circumcised. He asked me to circumcise him or to order my servant Solomon do the same. I was angry with him and said, "Stay with their duties before the king until the Almighty open the door. He knows the thoughts of men and know that your intentions are good, but be careful doing these things at this time , or you , me and everyone Marranos will be in great danger . " He left me after this conversation between us about circumcision. He was a clerk and honored before the king. The problem was discovered by the King of Portugal and all his lords. All Christians and Marranos knew he had surrounded himself, escaped and disappeared. The king and his lords said I did the secretary circumcise himself, even though they knew I had not even made it (In: ADLER, 1987, pp. 303-304)

³⁵ I went home and stayed there until evening. The scribe, who had secretly circumcised, came to me that night. I was angry and said, "See what you have caused us. Go to Jerusalem and not be seen here or they will burn it or flog him, "and he left me (In: ADLER, 1987, p. 303).

grande fúria entre os membros do clero católico espanhol (LIPNER, 1993; KAYSERLING, 2009).

Selaya, o inquisidor de Badajóz, enviou uma carta ao monarca lusitano narrando o acontecimento e, pautado em acordos entre Espanha e Portugal, pediu a punição dos envolvidos no ocorrido. Na carta, datada de 30 de Março de 1528, o clérigo espanhol faz menção direta a David Reubeni e o que ele causara nos lugares onde passara:

Há três anos havia chegado de longínquo país um judeu profetizando a vinda do Messias, a libertação da nação judaica e a reconstrução do reino hebreu. Este Homem teria conquistado muitos criptojudeus a sua causa. Tanto ele como seus adeptos eram hereges na verdadeira acepção da palavra (...) todo o povo judeu deveria ser destruído, e seu líder queimado impiedosamente. (KAYSERLING, 2009, p. 219)³⁶.

Pires Molcho se estabeleceu, por volta de 1530, em Roma, onde conseguiu junto ao Papa Clemente VII a validação de seu retorno ao judaísmo, pois, segundo carta apresentada ao pontífice, sua conversão ao cristianismo fora feita de forma obrigatória (LIPNER, 1993).

Em Roma, Pires Mocho agiu como um intercessor dos cristãos-novos junto ao Papa – com quem, desde que previu uma enchente na cidade, tornara-se próximo (SCLYAR, 2001) –, empenhando-se, sobretudo, na tentativa de minar os interesses inquisitoriais do monarca lusitano junto ao pontífice.

O embaixador português em Roma, Brás Neto, foi o encarregado de conseguir de Clemente VII a bula de autorização para introdução do tribunal em Portugal (HERCULANO, 2009; LIPNER, 1993), no entanto, sob influência de cabalista judeu, teria sido recebido com aspereza pelo conselheiro papal cardeal Santiquatro, como foi colocado em carta ao rei, em 11 de junho de 1531:

Eu, Senhor, quando falei a Santiquatro nisto, achei-o um pouco áspero, e disse que isto parecia que se ordenava para o proveito e adquirir as fazendas desta gente, como diziam da de Castela. Eu lhe disse que a intenção de Vossa Alteza era tão santa como sempre fora, em todas as outras que fazia, e quanto ao proveito que disso se podia haver que o não tinha em conta de senão olhar ao serviço de Nosso Senhor e aumento e louvor de sua santa fé. Disse-me que seria melhor que quem quisesse tornar à vida e costumes antigos que o pudesse fazer, e quem quisesse ficar que ficasse, e estes esfolassem se fizessem o que não devessem, havendo respeito ao começo parecer um pouco forçoso. Disse-lhe que faria grande escândalo ao povo e

³⁶ Fonte em anexo

seria grande mal tal cousa se fazer. Todavia estava posto nisto (In: LIPINER, 1993, pp.323-324).

Em seguida, o embaixador português apresenta ao rei a influência de Pires Molcho nas decisões do cardeal:

Receio que tenham já cá feita a diligência com algum seu sobrinho ou camareiro, e assim com algum do Papa, e que tenham tudo feito como lhe cumpre e à sua vontade, porque aqui está um português, que quando lá se tratava como cristão se chamava Diogo Pires, e serviu o ofício de Fragoso de escrivão dante os ouvidores da Casa de Suplicação, o qual veio se declarar por judeu à Turquia, dizendo que fora feito cristão por força, e que nunca o fora, e por esta informação houve um breve do Papa por que manda que nenhuma pessoa por isso lhe dê moléstia, nem lhe faça mal algum, e manda à justiça eclesiástica que nisso não entenda; e agora publicamente está aqui judeu e prega aos judeus, e crêem nele, e quase têm-no por santo. Este fala com cardeais e com o Papa, e hei medo que de lá lhe escrevam alguns seus amigos, para peitar e torvar (In: LIPINER, 1993, p. 324)³⁷

As notícias acerca dos êxitos de Molcho chegaram a Portugal e intensificaram em seus conterrâneos a exaltação na crença que aquele era o momento da vinda do Messias, tanto que nem mesmo sua morte atenuou seus feitos.

Mesmo seguro em Roma, após reencontrar David Reubeni, optou por aderir à causa do embaixador do Habor, e, assim, conseguiram audiência com o Imperador Carlos V, em Ratisbona, na atual Alemanha, onde mantinha sua corte. Molcho e Reubeni tentaram convencer Carlos V da causa da restauração do reino judeu na Palestina e a expulsão dos muçulmanos dos lugares santos. O imperador, um fervoroso monarca católico e defensor do tribunal do Santo Ofício, considerou os pronunciamentos dos aventureiros “demente e inimigo da religião” (KAYSERLING 2009 p. 235), por isso, não tardou em prendê-los e julgá-los segundo o rigor da Inquisição.

Pires Molcho foi julgado e condenado à fogueira em Mântua, atual Itália, e David Reubeni foi transferido para a Espanha (DELUMEAU, 1997). Mayer Kayserling (2009) narra a bravura de Pires Molcho diante da morte:

Colocaram-lhe uma rédea no maxilar e arrastaram-no ao fogo. Por sua causa, toda a cidade se encontrava em alvoroço. Quando já em frente às labaredas ardentes, um dos servos imperiais lhe propôs que comprasse a vida com uma conversão sincera ao cristianismo, Molcho

³⁷ Fonte em Corpo Cronológico, Parte I, Maço 16, nº 102 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa). A carta foi publicada em Corpo diplomático, vol. II, p. 322-329.

respondeu como um santo, qual um anjo divino: “Meu coração ficou triste e abatido pelo tempo que perdi, ouvindo tais sugestões; agora façam o que quiserem e volte minha alma, como dantes, ao abrigo de seu Pai” (KAYSERLING, 2009, p. 236).

Sobre o fim de Reubeni e as discussões historiográficas a respeito do ocorrido nos deteremos ao longo deste capítulo.

Notícias e suposições acerca do arrebatamento, ressurreição ou milagres de Molcho começaram a circular em Portugal entre os cristãos-novos e velhos. Em 19 de fevereiro de 1538, seis anos após sua morte e depois da instauração do tribunal inquisitorial, o cavaleiro e fidalgo del rei Gerônimo Ferraz apresentou denúncia ao Santo Ofício contra Joana Rodrigues, cristã-nova, mulher de Pedro Lopes, também cristão-novo, moradores de Torres Novas (LIPINER, 1993). Segundo a acusação, a mulher teria dito que Diogo Pires havia curado um homem em Lisboa:

Diogo Pires que foi escrivão dos feitos da fazenda que desaparecera destes reinos no tempo em que viera o judeu David em Almeirim. Esse Diogo Pires viera a esta cidade em uma nuvem e estava nela. E este fora o que dissera a este homem que fora são que se alevantasse (In: LIPINER, 1993, p. 327).

Segundo a acusação, o fidalgo a repreendeu “dizendo-lhe que Cristo, fazendo tantos milagres, o não creram, como haviam de crer em um homem tão mau que era o que nele criam e lhe viram fazer?” (In: LIPINER, 1993, p. 330).

A essa repreensão respondera a cristã-nova:

Que quando o dito Davit Judeu viera a este reino, o dito Diogo Pires se fora a ele e lhe requerera que o circuncidasse; e que o dito David o não quisera fazer; e que o Diogo Pires se circuncidara por si mesmo e se tornara ao David dizendo que tinha feito aquilo; e que então o dito David o mandara com cartas e recado seu a uma certa parte; e que os judeus tinham entre si que o judeu que se circuncidasse por si que havia de ser entre eles grande homem (In: LIPINER, 1993, p. 330).

As lendas e estórias acerca do aparecimento póstumo de Pires têm estreitas relações e alusões à literatura messiânica bíblica. Segundo a tradição, o Messias poderia chegar em um jumento, como narrado em Zacarias 9, 9 - 10³⁸, ou montado nas nuvens do céu como em Daniel 7, 13-14³⁹.

38 Alegra-te muito, ó filha de Sião; exulta, ó filha de Jerusalém; eis que vem a ti o teu rei; ele é justo e traz a salvação; ele é humilde e vem montado sobre um jumento, sobre um jumentinho,

3.4. A Inquisição Portuguesa

Muitas foram as negociações que culminaram na instauração da Inquisição em Portugal. As negociações entre a Coroa lusitana e a Santa Sé se iniciaram formalmente em 1531, quando Brás Neto fora enviado a Roma com missão especial de obter junto ao Papa Clemente VII a bula de autorização do funcionamento do Tribunal.

Sob a alegação de que muitos cristãos-novos estavam voltando à fé de Moisés e de que este pretense judaísmo seria uma ameaça à unidade da fé católica, o monarca português acreditava que a instauração de um tribunal inquisitorial seria a única forma de conter tal alastramento em seu reino. Podemos perceber que D. João III queria muito mais que conter o avanço das heresias, estava interessado em um tribunal que aumentasse seu poder sobre as questões eclesiásticas do reino (SARAIVA, 1969).

A minuta entregue a Brás Neto pelo próprio monarca tinha grandes pretensões e buscava a limitação do poder romano nos negócios de um futuro tribunal português. As condições principais eram:

Que se tomasse por norma a Inquisição de Castela, dando-se aos inquisidores portugueses as mesmas atribuições que haviam sido concedidas aos do resto da Espanha ou mais, se mais se pudessem dar, e que fosse perpétua a concessão do novo tribunal; que o rei ficasse revestido dos necessários poderes para nomear os inquisidores e outros ministros e oficiais do mesmo tribunal, quer tirados do clero secular, quer do regular, incluindo as ordens mendicantes, e ainda para escolher, em caso de necessidade, alguns ministros leigos e casados, uma vez que tivessem ordens menores, sendo, além disso, autorizado para os substituir definitiva ou temporariamente e para nomear um inquisidor geral, também amovível, que presidisse aos outros e os dirigisse; que os novos inquisidores fossem revestidos de amplíssimas faculdades para processarem, condenarem, imporem quaisquer penas, exercendo em toda a plenitude o seu ministério, privando quem entendessem, quer fossem seculares quer eclesiásticos, de quaisquer dignidades, sem a mínima dependência dos prelados diocesanos e sem, sequer, darem disso parte a estes; que, desde o momento em que os inquisidores tomassem conhecimento de uma causa, ficassem os bispos inibidos de se intrometer na questão, podendo, pelo contrário, aqueles intervir nos processos começados por eles; que os bispos obedecessem aos inquisidores, logo que estes chamassem algum deles para degradar das ordens os eclesiásticos condenados, sem que importasse a diocese a que pertencia o prelado ou se o réu era seu

filho de jumenta. De Efraim exterminarei os carros, e de Jerusalém os cavalos, e o arco de guerra será destruído, e ele anunciará paz.

39 Em minha visão à noite, vi alguém semelhante a um filho de homem, vindo com as nuvens dos céus. Ele se aproximou do ancião e foi conduzido à sua presença. Ele recebeu autoridade, glória e o reino; todos os povos, nações e homens de todas as línguas o adoraram. Seu domínio é um domínio eterno que não acabará, e seu reino jamais será destruído.

súdito; que a Inquisição não conhecesse tão somente dos crimes de heresia, mas também dos de sortilégio, feitiçaria, adivinhação, encantamento e blasfêmia; que a ela pertencesse, em todos os precedentes delitos sujeitos à sua jurisdição, levantar excomunhões, minorar penas, reconciliar e absolver os réus; que o inquisidor geral ficasse autorizado para nomear inquisidores subalternos nas cidades, vilas, lugares e bispados que lhe parecesse conveniente, demiti-los e, bem assim, dar-lhes e tirar-lhes oficiais e ministros, vigiar estes, puni-los e absolvê-los; finalmente, que a Inquisição pudesse avocar a si quaisquer causas de heresia, estivessem em que juízo e estado estivessem, sem excetuar desta regra as que pendessem dos auditores, juízes e delegados apostólicos (In: HERCULANO, 2009, p. 147).

Brás Neto ofereceu dinheiro português a Santa Sé a fim de conseguir seu objetivo, a partir disso surgiu a ideia de que D. João III comprou a Inquisição (NOVINSKY, 1982, p. 36). Ora, a prática de suborno, tão criminalizada em nossos tempos, era um elemento natural nas relações diplomáticas e de interesses entre os reinos do século XVI, por isso, salientar a ideia de compra do tribunal é uma tentativa atual de dar um peso que, historicamente, não existiu.

O problema encontrado pelo monarca português junto a Roma foi o conflito de interesses e o que D. João III propunha era um poder ilimitado sobre o tribunal, pautando-se no modelo castelhano. Antônio José Saraiva (1969) afirma que:

A fama da ferocidade bárbara da inquisição castelhana não favorecia as pretensões de D. João III numa corte de príncipes da Igreja dados a literatura e às belas-artes, muitos deles penetrados de espírito humanista, alguns profundamente cristãos, outros tolerantes até ao cepticismo. Em Roma o fanatismo ibérico era sinal de incivilização. Mas para lá desta incompatibilidade espiritual, o que opõe o Papa e o Rei de Portugal é um litígio sobre os poderes de cada qual (SARAIVA, 1969, p. 62).

Eram recorrentes os comentários em Roma de que o monarca lusitano estava interessado no dinheiro dos “homens de negócios”, como ficaram conhecidos os cristãos-novos em Portugal, pois havia no imaginário popular a ideia de que todos estes eram comerciantes. Muitos eram, no entanto, os arquivos da Inquisição mostram uma população heterogenia em afazeres. Muitos eram pobres sapateiros, artesãos, entre outras profissões que não rendiam grandes montantes financeiros (NOVINSKY, 1982).

Em 17 de dezembro de 1531, Clemente VII concedeu a Portugal a primeira diligência a favor da instauração de um tribunal inquisitorial, no entanto, as diretrizes desta Bula nunca foram colocadas em prática em Portugal. Foi o Papa quem nomeou

diretamente um comissário para o cargo de inquisidor-mor, como nos mostra Alexandre Herculano (2009):

Efetivamente, a 17 de dezembro expediu-se uma bula dirigida ao mínimo Fr. Diogo da Silva, pela qual o papa o nomeava comissário da sé apostólica e inquisidor no reino de Portugal e seus domínios. Os fundamentos dessa bula eram que, tendo-se tornado comuns neste país os fatais exemplos de volverem aos ritos judaicos muitos cristãos-novos que os haviam abandonado e de os abraçarem outros que, nascidos de pais cristãos, nunca tinham seguido aquela crença, crescendo o disseminar-se no reino a seita de Lutero e outras igualmente condenadas e, bem assim, o uso de feitiçarias reputadas heréticas, se conhecera a necessidade de atalhar o mal com pronto remédio, de modo que a gangrena não eivasse os espíritos. À vista destas considerações, o papa revestia o dito inquisidor de atribuições extraordinárias, dando-lhe a faculdade de inquirir, havendo suficientes indícios, e a de proceder à captura e encarcerar, condenar e impor penas (de acordo com os prelados diocesanos, ou sem esse acordo, se eles, chamados a isso, recusassem intervir) a quaisquer indivíduos implicados, direta ou indiretamente, em tais delitos sem exceção de pessoa alguma, fosse qual fosse o seu estado, qualidade, condição ou jerarquia, nomeando procurador fiscal, notários e os outros oficiais necessários para deles se servir no desempenho das funções que lhe eram cometidas, do modo que conviesse ao bom expediente da Inquisição, podendo escolher para este efeito clérigos ou frades, sem dependência da permissão dos respectivos superiores (HERCULANO, 2009, p. 156).

Fr. Diogo da Silva, confessor de D. João III, apesar de ter sido indicado por Clemente VII para o cargo de inquisidor-mor de Portugal, nunca o assumiu, possivelmente “por pressão do Rei” (SARAIVA, 1969, p. 63), que nas condições impostas pelo pontífice não aderiu à causa da inquisição.

Apesar da bula de 17 de dezembro nunca ter sido colocada em prática em Portugal, desencadeou uma série de atos violentos contra os cristãos-novos no reino. A massa cristã-velha, decidida a fazer “justiça”, improvisou fogueiras e julgou os hereges (KAYSERLING, 2009).

A violência contra os cristãos-novos fora fortemente incitada pela “plebe eclesiástica”, como se referiu António José Saraiva (1969), ao baixo clero, pois, diferente do alto clero, “viviam do seu trabalho sacerdotal, missas, confissões, procissões, pregações, etc. O combate ao pecado e à heresia era uma das suas razões de viver e uma forma de ganhar o pão” (p. 51). Desta forma, os cristãos-novos representavam para eles uma oportunidade de fazer valer seus ofícios.

Sabendo dos acontecimentos que estavam a ocorrer em Portugal, em 7 de Abril de 1533, Clemente VII aboliu a bula de 1531 que pôs fim a inquisição e escreveu um

relatório o qual podemos encontrar a ideia de que D. João III havia escondido a conversão forçada dos judeus em 1497. Segundo Saraiva (1969):

O relatório em que se baseiam estas decisões de Clemente VII é de grande interesse. Lembrava-se aí a verdadeira doutrina sobre a conversão dos Infiéis, que deve fazer-se pela persuasão e pela doçura, com a mansidão de que Cristo deu exemplo e respeitando o livre arbítrio humano. Exprobava-se a conversão violenta dos judeus no reinado de D. Manuel. Insistia-se em que os novos convertidos deviam ser amparados e instruídos caridosamente, e lembrava-se que os Apóstolos e os seus imediatos sucessores sacrificavam até a disciplina cristã a hábitos arraigados dos novos convertidos, quando esses hábitos não ofendiam a pureza do Cristianismo (SARAIVA, 1969, p. 63).

Possivelmente, Saraiva (1969), na parte final do texto, quando se refere aos hábitos dos cristãos-novos, faz referência à perseguição dos cristãos-velhos pautados no comportamento judaico não estanque presentes no cotidiano dos conversos, alegando que isso pouco tinha relação com a fé antiga.

Os tribunais inquisitoriais que existiam, em Portugal, clandestinamente, foram os alvos das acusações de Clemente VII, base para a “bula do perdão”, como ficou conhecido o documento de 7 de Abril de 1533. Sobre os procedimentos adotados por esses tribunais, Clemente VII escreve:

Se é delatado, às vezes por testemunhas falsas, qualquer desses mal-aventurados por cuja redenção Cristo morreu, os Inquisidores arrastam-no a calabouço onde lhe não é licito ver céu nem terra, nem sequer falar com os seus para que o socorram. Acusam-no testemunhas ocultas, e não lhe revelam nem o lugar nem o tempo isso de que o acusam. O que pode adivinhar, e se atina com o nome, tem a vantagem de não servir contra ele o depoimento dessa testemunha. Assim mais útil seria ao desventurado ser feiticeiro do que cristão. Escolhem-se depois um advogado que frequentemente, em vez de o defender, ajuda a levá-lo ao patíbulo(...) Morrem muitos nos cárceres, e ainda os que saem soltos ficam desonrados, eles e os seus, com o ferrete da perpétua infâmia. Em suma, os abusos dos inquisidores são tais que facilmente poderá entender quem quer que tenha a menor ideia da índole do Cristianismo que eles são ministros de Satanás e não de Cristo (In: SARAIVA, 1969, pp. 64 – 65)

O documento dá o tom de como se procederiam os processos inquisitoriais após o estabelecimento do Santo Ofício em 1536.

Esse documento colocava em cheque a motivação religiosa de D. João III para o estabelecimento da Inquisição em Portugal, no entanto, não podemos aferir que o monarca lusitano não estava munido de pretensões cristãs. Afirmar que a intenção de D.

João III não era religiosa é tornar o debate simplista, diante da complexidade do homem de sua época, em um tempo pré-iluminista nos quais as questões religiosas se confundiam com as econômicas e sociais, é importante esclarecer que o rei era um homem de seu tempo, sujeito às questões que envolviam o momento histórico em questão.

A religião estava presente no cotidiano do homem do século XVI. Sobre este assunto, as considerações feitas por Lucien Febvre sobre a questão das crenças coletivas são de grande importância. Febvre debate as afirmações do historiador Abel L'efranc que assegurava que o humanista François Rabelais era ateu. Pautado nas sátiras e nas duras críticas feitas ao clero católico por Rabelais, L'efranc, na década de 40 do século XX, chegou à conclusão de que o autor era, já no século XVI, um descrente. Febvre, no entanto, alega que Rabelais era um “cristão, pois, embora crítico de muitos aspectos da Igreja fora moldado a partir de um ‘instrumental intelectual’ que não permitia a descrença” (HERMANN, 1997, p. 492). Foi este mesmo ‘instrumento intelectual’ que moldou D. João III que, apesar de ter interesse nos recursos financeiros dos “homens de negócio”, estava munido de um ideal cristão que em momento algum estava desassociado de outros interesses.

Clemente VII adoeceu e morreu em 26 de julho de 1534, antes mesmo de colocar em vigor a Bula do Perdão. Seu sucessor, Alexandre Farnese, o Papa Paulo III, fora responsável pelo funcionamento da referida Bula em 17 de Março de 1535, suspendendo por fim os processos em curso e libertando numerosos cristãos-novos (SARAIVA, 1969).

Com Paulo III, a questão da Inquisição em Portugal assumiu outros contornos e contou com pressões externas:

O conde de Cifuentes, embaixador de Carlos V, recebera afinal instruções precisas para favorecer energicamente as pretensões da corte de Portugal, e o próprio imperador escrevera sobre isso ao novo papa, que em duas audiências sucessivas concedidas aos ministros de D. João III, nos dias subsequentes à eleição, tomou conhecimento do estado daquele espinhoso negócio (HERCULANO, 2009, p. 240).

Paulo III deu grande atenção às questões que envolviam a efetivação da Inquisição em Portugal, chegando a convocar uma comissão especial para este fim. A comissão fora constituída pelos cardeais Jerônimo Ghinucci e Jacob Simonetta, considerados os maiores sábios da cúria, o cardeal Santiquatro, consultor particular do Papa e os representantes de Portugal:

O argumento principal dos participantes da comissão a favor dos portugueses era mostrar, mais uma vez, a nulidade das doutrinas sobre as quais se baseavam o perdão. Declararam não se poder falar em batismo forçado dos cristãos-novos que atualmente viviam em Portugal, pois a maioria dos convertidos em 1497 já havia morrido, outros deixaram o país, e os restantes tiveram prazo suficiente para familiarizar-se com os ensinamentos do cristianismo e viver de acordo com o ensinamento do cristianismo e viver de acordo com os mesmos; não visitavam eles a Igreja, não ouviam sermões cristãos e não eram instruídos no catecismo? Menos ainda se podia falar de batismo forçado dos que se haviam refugiado em Portugal, temerosos da Inquisição espanhola. Afirmavam também que, se fosse válida a hipótese levantada por Clemente, e os criptojudeus, por haverem sido convertidos à força, tivessem a liberdade de emigrar, deixariam o país aos milhares com suas imensas fortunas, estabelecendo-se na Turquia e nos territórios mouros (KAYSERLING, 2009, p. 242).

Apesar do esforço de alguns cardeais, herdeiros da tradição cristã deixado por Clemente VII, em bula de 23 de Maio de 1536, Paulo III restabelecia o funcionamento do Tribunal do Santo Ofício em Portugal. “Destá vez o Papa nomeava três inquisidores e autorizava o Rei a nomear um outro” (SARAIVA, 1969, p. 65).

Apesar desta Inquisição não ser ainda a do desejo do Rei, o monarca conseguiu ordenar seu irmão, Infante D. Henrique, arcebispo de Braga e futuro Cardeal, para a função de inquisidor, o que facilitou na proliferação de acusações de judaísmo dos cristãos-novos, fazendo fugir ao controle de Roma, aumentando, gradativamente, o poder real sobre o tribunal.

3.5. Os Vultos Messiânicos pós-Reubeni

O tribunal do Santo Ofício passou a funcionar de forma definitiva em 1536 e os autos de fé, nome dado aos espetáculos onde eram julgados e sentenciados os crimes contra o cristianismo, proporcionam-nos possibilidades de conhecimento de acontecimentos de supostos messianismos, como o caso de Gonçalo Annes de Trancoso e Luís Dias de Setúbal⁴⁰

Interessante percebermos, a partir de documentação, que ambos os vultos messiânicos começaram suas atividades cerca de dez anos antes de suas primeiras acusações em 1538, ou seja, trata-se do período em que David Reubeni esteve em

⁴⁰ Os processos inquisitoriais de Bandarra, Luís Dias, Gil Vaz Bugalho, Diogo de Leão da Costanilha e António de Valença se encontram nos arquivos inquisitoriais de Lisboa e Évora e foram citados por Elias Lipiner, Maria José Ferro Tavares e Mayer Kayserling.

Portugal ou quando ainda estava vivo, no imaginário popular, os feitos do embaixador do Habor no reino.

O primeiro, tido pelo fidalgo D. João de Castro (LIPINER, 1993) como o mais importante de todos, foi o sapateiro de Trancoso Gonçalo Annes, de apelido Bandarra.

Apesar de ser original da vila de Trancoso, lugar recorrentemente lembrado como centro judaico português durante a Idade Média, não há possibilidade de atestar a origem cristã-nova do sapateiro que fora sentenciado por “ser amigo de novidades” (In: LIPINER, 1993, p. 39)⁴¹. No entanto, o teor de suas trovas provocaram, no imaginário popular, sua ligação à causa judaica. Já no século XX, o romancista Antero de Figueiredo, da Academia de Ciências de Lisboa, em sua obra *Jornadas em Portugal* escreveu sobre Bandarra:

Judeu inconsciente, em cujo sangue giram glóbulos de sangue semita manifestados pelo espírito de suas trovas, recebe o sapateiro no denso silêncio da loja os de sua raça. Lê nos seus olhares interrogativos a ansiedade pelo Messias, e interpreta-lhes passagens da lei velha, com sentenças sibilinas e palavras aparentemente sem nexos, como profecias que se hão de cumprir. Retiram-se em seguida admirados e silenciosos, levando nos bolsos cópias das trovas que julgam anunciadoras da vinda de seu Messias (apud LIPINER, 1993, p. 25).

Outro fato curioso acerca do provável judaísmo do sapateiro de Trancoso, fora o pedido de Antonio Gomes, descendente de Bandarra, que, 150 anos após a punição do sapateiro, pediu para que o Santo Ofício passasse certidão, mostrando o motivo de sua prisão, pois, “queria livrar-se da infâmia que por ser parente do sobredito, se tem divulgado na sua terra” (In: LIPINER, 1993, p. 25). O Santo Ofício passou a certidão pedida, onde constava que o sapateiro fora sentenciado por “fazer trovas sobre lugares da santa escritura e não por judaísmo” (In: FERRO TAVARES, 1991, p. 146)⁴².

A primeira acusação feita contra Bandarra data de 14 de janeiro de 1538, ao inquisidor João de Melo, também conhecido pela alcunha de Labareda, pelo cristão-novo Diogo de Montenegro, dizia: “Um sapateiro de Trancoso alvoroçava muito e fizera grande mal nesta cidade, com trovas e perguntas que fez da Sagrada escritura” (In: LIPINER, 1993, p. 39)⁴³.

Outra acusação foi feita por Jorge Fernandes, também cristão-novo, inquirido em 1541, que confessou que sabia de cor várias trovas do sapateiro de Trancoso “nas

⁴¹ Processo 7197 – Inquisição de Lisboa

⁴² Processo 7197 – Inquisição de Lisboa

⁴³ Processo 7197 – Inquisição de Lisboa

quais dava a entender a vinda do Messias pelos judeus esperado” e que o dito sapateiro era “mui inclinado aos cristãos-novos pela dita causa” (In: LIPINER, 1993, p. 38)⁴⁴.

De fato, as trovas do Bandarra foram popularizadas entre os cristãos-novos devido sua polissemia que possibilitava, dentre outras coisas, fazer alusão a vinda do Messias judaico. Muitos cristãos-novos, como o boticário Francisco Mendes de Setúbal, passaram a se corresponder com o sapateiro, como se ele fosse um profeta, arauto da vinda do redentor. Em carta apreendida pela Inquisição de Lisboa, o setubalense escreve procurando respostas as suas dúvidas de exegese bíblica:

Perguntou o Senhor a Jô, aos quarenta capítulos, onde diz do Leviatã e começa: “Se tirarás o Leviatã com anzóis, ou atarás a sua íngua com corda, ou lhe porás anzol no seu nariz, ou lhe furarás a queixada com ponteiro, ou se te acrescentará rogos, ou se te falará branduras, ou fará pacto contigo para tomares por servo para sempre, ou brincarás com ele com um passarinho, ou ata-lo-ás com as tuas criadas?” Pergunto, senhor, começando pela derradeira. Diga-me que criadas são estas com que há de estar atado o Leviatã. E a segunda, como brincarão com ele como com passarinho? E a terceira com quem fará pacto para o ter por servo perpétuo? E a quarta, quem multiplicará rogos e falará coisas brandas, e que anzol é este com que o poderão tirar, ou para quê? E mais o compara a peixe e que suas escamas são duras e fortes e mui achegadas umas às outras, e no fim do capítulo diz: “Não há em a terra cousa comparada a ele, porque é feito para que não tema. Todas as cousas altas desprezará. Ele é rei sobre muitas companhias grandes e fortes. É de perguntar: por que no princípio o compara a peixe e depois a homem? Também diz no salmo setenta e quatro: “Tu quebrastes as cabeças do leviatã, e deste-as para comer ao povo que mora no deserto”. E também diz Isaías, aos XXVII capítulos: “Naquele dia visitará o Senhor com a sua espada dura e grande e forte ao leviatã serpente torta”. É de saber que porque lhe chama serpente e porque diz o Senhor que o visitará com a sua espada dura e forte (In: LIPINER, 1993, p. 41)⁴⁵.

Nesta carta, o boticário de Setúbal buscava interpretação de Bandarra acerca dos simbolismos das sagradas escrituras. Faz-se importante compreender a alegoria do monstro bíblico Leviatã, que aparece como predecessor da era messiânica e seria parte do caos, que se convencionou chamar de “as dores do parto da era messiânica” (SCHOLEM, 1998). É válido destacar que o batismo forçado e o estabelecimento da Inquisição eram recorrentemente tratados por alguns cristãos-novos como antecessores da vinda do redentor, por isso, Francisco Mendes esperava do Sapateiro de Trancoso o

⁴⁴ Processo 7197 – Inquisição de Lisboa

⁴⁵ Processo 7197 – Inquisição de Lisboa

cumprimento das profecias e que Bandarra se declarasse o Messias, o que nunca aconteceu de fato.

3.6. As Trovas de Bandarra

O ofício de sapateiro de Bandarra legava para si uma série de alusões com diversos profetas, tanto da literatura talmúdica, quanto da hagiografia cristã e da mitologia hebraica:

O Talmud Babilônico refere a história de Rabi Hanina e Rabi Oshayah, dois santos preferidos de Deus por sábios na lei e mestres no conhecimento esotérico e nos segredos da cosmogonia – ambos sapateiros exercendo o pobre ofício numa acanhada oficina no mais acanhado bairro (o das prostitutas) de Jerusalém. A hagiografia cristã, por seu turno, registra a história de Crispim e Cipriano, dois santos que viviam no século III exerciam a profissão de sapateiros dos pobres, existindo igreja e mosteiros erguidos em sua honra. Na mitologia hebraica, era sapateiro ninguém menos que o pai de Matusalém, o Patriarca Enoque, que, segundo a narração do Gênesis, “caminhou com Deus”, isto é, não passou pela morte como os demais seres humanos, pois Deus o levou vivo. Esse mérito do patriarca de deliciar-se da vida eterna deve-se ao fato de ter ele vinculado, ao trabalhar no couro, uma intenção divina a cada furo que fazia com a soveia e a cada ponto de costura e união disso resultante (LIPINER, 1993. p. 30).

Bandarra, em suas trovas, sempre destacou esse caráter humilde, chegando até a insinuar um possível analfabetismo e que suas trovas teriam sido escritas por Padre Gabriel João de Trancoso, enquanto o sapateiro as ditava:

Eu componho, mas não ponho
As letrinhas no papel,
Que o devoto Gabriel
Vai riscando quanto eu sonho (In: BESSELAAR, 1986, p. 14).

José Van den Besselaar descarta essa possibilidade, pois, lemos em sua declaração ao Santo Ofício que “fora rico e abastado, mas que queria mais sua pobreza em dizer a verdade e o que cumpria a sua consciência, que não dizer outra coisa” (apud BESSELAAR, 1986, p. 15). Também se sabe que Bandarra não era nenhum analfabeto, pois, como já colocado, mantinha correspondência com várias pessoas do reino (BESSELAAR, 1986; LIPINER, 1993).

O caráter messiânico do Bandarra se explica por suas referências aos símbolos messiânicos recorrentemente citados em suas trovas, como, por exemplo, o Leão demonstrado na LXXVIII⁴⁶:

Um grão Leão se ergerá,
E dará grandes bramidos;
Seus brados serão ouvidos,
E a todos assombrara;
Correrá, e morderá
E fará mui grandez danos,
E nos Reinos Africanos
A todos sugeitará (BANDARRA, 2007, p. 23).

Ou o rei *encuberto*⁴⁷, que lembra o messias judaico, como demonstrado na trova LXXV:

Ja o Leão he experto
Mui alerta.
Ja acordou, anda caminho.
Tirará cedo do ninho
O porco, e he mui certo.
Fugirá para o deserto,
Do Leão, e seu bramido,
Demonstra que vai ferido
Desse bom Rei Encuberto (BANDARRA, 2007, p. 23).

Outra questão marcante das trovas do Bandarra, é a parte de seu livro denominada sonho terceiro, o qual cita a reunião das tribos perdidas de Israel e é neste momento que temos menção a Rúben:

⁴⁶ A relação entre o animal e a figura messiânica é que o leão era o símbolo da tribo de Judá (GÊNESIS 49:9), tribo esta da qual Davi era descendente. Segundo a tradição o Messias se levantaria da raiz de Davi (AMÓS 9:11), ou seja da tribo de Judá. Desta ideia surge a relação apresentada no Novo Testamento de que Jesus Cristo é o Leão da Tribo de Judá (APOCALIPSE 5:5).

⁴⁷ A relação entre o rei encuberto e o Messias judaico é que ambos se apresentariam nos últimos tempos como redentores. “Segundo essas ideias, sobretudo as que eram aportadas pelo messianismo judaico, os tempos de queda e de sofrimento funcionavam como catarse, ou seja, como transição purificadora e preparadora para tempos seguintes de paz, de grandeza, de esplendor, de bem-aventurança. Ora este era, sem dúvida, o terreno apropriado e fecundo para acolher e fazer florescer as célebres Trovas de Gonçalo Eanes, o Bandarra, onde profeticamente se anuncia a vinda de um rei (semente del-rei Fernando) que realizará esse sonho místico de restauração do Império e das glórias perdidas. Em si mesmas, as Trovas, feitas a partir de leituras de textos bíblicos e das profecias de Santo Isidoro de Sevilha (já aí se fala do Encoberto), à mistura com teses joaquimitas, conservavam algo do sentido dúbio e obscuro dos oráculos e por isso mesmo se prestavam às mais diversas interpretações e utilizações, dando azo a que, quase todos os portugueses, não obstante as diferenças sociais e religiosas existentes, nelas se revissem, e isso porque nas suas linhas prediziam aquilo em que todos queriam acreditar: a vinda de um rei predestinado (O Encoberto) e de um tempo novo de bem-aventurança e de retorno à honra, à fama e à glória” (MENDONÇA FAVA, 2008, p. 266).

E também vi a Rubem
 Com grão voz de muita gente
 O qual vinha mui contente
 Cantando, Jerusalém (BANDARRA, 2007, p. 32).

Impossível aferir relação concreta a David Reubeni neste momento, no entanto, era o tempo em que um embaixador de “*estrañas tierras*” (FERRO TAVARES, 1991) esteve em Portugal, pregando a libertação da Terra Santa da mão dos turcos que também aparecem citados em suas trovas:

Não tema o Turco, não
 Nesta sezão,
 Nem o seu grande Mourismo,
 Que não recebeu bautismo,
 Nem o chrismo,
 He gado de confusão.
 Firmal põe declaração
 Nesta tenção,
 Chama lhe animaes sedentos
 Que não tem os mandamentos,
 Nem Sacramentos;
 Bestiaes são, sem razão (BANDARRA, 2007, p. 26).

João de Castro, em 1603, foi o primeiro editor das trovas do Bandarra, que fora publicada em Paris, intitulada *Paráfrase e Concordância de Algumas Trovas do Bandarra, o Sapateiro de Trancoso*. O editor, na introdução das trovas do sapateiro, no século XVII, afirmava que:

(...) hoje muitos dos judeus trazem mui empapeladas muitas profecias nossas por amor das grandes venturas que prometem, parecendo-lhes que são as que esperam. No número das quais são as de Bandarra, em que alguns dos ditos põem muito o sentido, não tendo elas na verdade cousa, de que eles para si em articular possam pegar; porque onde elas falam da tribo de Rubem, não prometem nada aos judeus, nem falam do judeu, senão de cristão, mas de sua raça; nem coisa com coisa que possam acrescentar sua cegueira; mas é ela tal e andam eles tão sequiosos, que de qualquer cousa lançam mão e se perdem em qualquer sombra, como é só de se falar da dita tribo, tomando para si as felicidades que Bandarra promete (CASTRO, 1942, p. 75-76 apud LIPINER, 1993, p. 27, grifo nosso).

Castro ainda acusa os cristãos-novos de serem os culpados pela proibição das trovas em Portugal: “Um dos respeitos porque em Portugal estas trovas foram defesas, foi o que temos assinado, por alguns deles cuidarem que eram sobre o seu Messias” (CASTRO, 1942, p. 75-76 apud LIPINER, 1993, p. 27).

Bandarra foi condenado pela Inquisição de Lisboa, em 23 de outubro de 1541, por ser considerado “amigo de novidades com as quais causavam alvoroço entre os cristãos-novos, por escrever trovas de interpretação duvidosa” (In: LIPINER, 1993, p. 43)⁴⁸ e a pena conferida ao sapateiro foi de que “daqui por diante não se intrometa mais a responder, nem escrever em nenhuma cousa da sagrada escritura” (In: LIPINER, 1993, p. 43).

Depois de 1541, não se soube nada acerca do sapateiro de Trancoso, mas suas trovas permaneceram vivas no imaginário português e serviram de base para a mobilização da população lusitana e a restauração monárquica diante do fim da dominação espanhola, em 1640, no episódio conhecido como União Ibérica. O jesuíta, padre Antonio Vieira tornou-se o principal expoente e divulgador das trovas do Bandarra para basear suas teorias milenaristas do futuro português. Gonçalo Annes se tornou herói nacional e o poeta lisboeta Fernando Pessoa, possivelmente, a fim de alimentar o mito nacionalista, escreveu acerca do sapateiro de Trancoso.

Sonhava, anónimo e disperso,
O Império por Deus mesmo visto,
Confuso como o Universo
E plebeu como Jesus Cristo.
Não foi sem santo nem herói,
Mas Deus sagrou com seu sinal
Este, cujo coração foi
Não português, mas Portugal (PESSOA, 1934, P. 37).

3.7. Luís Dias, o alfaiate de Setúbal

Se o Bandarra era tido por muitos como o profeta da era messiânica, o personagem sobre quem nos determos, neste momento, era considerado o próprio messias. Estamos tratando de Luís Dias, o alfaiate residente na vila de Setúbal.

Luís Dias, declaradamente cristão-novo, apesar de ter feito sua carreira de alfaiate e de profeta na vila de Setúbal, nascera em Viana do Alentejo e fora batizado na fé católica por volta de 1500. Casou-se em Montemor e na fase adulta se mudara para a vila que o consagrou, onde desempenhou o ofício de alfaiate e manteve um comércio de carvão (FERRO TAVARES, 1991; LIPINER, 1993).

Setúbal, assim como Trancoso, destacou-se como um celeiro de cristãos-novos e, antes de 1497, de judeus. Lipiner (1993), pautado nos relatos da Inquisição de Lisboa,

⁴⁸ Processo 7197 – Inquisição de Lisboa

afirma que, em 1640, mais de um século depois do batismo forçado, “existiam 300 cristãos-novos naturais da vila de Setúbal que nela guardam a lei de Moisés, mantendo sinagogas clandestinas” (p. 51). Se 143 anos depois da extinção do judaísmo ainda existiam cristãos-novos judaizantes, possivelmente, na década de trinta do século XVI, o número seria maior. A vila de Setúbal era, então, o lugar perfeito para a ebulição das profecias messiânicas judaicas.

Como no caso do sapateiro de Trancoso, o que sabemos acerca das movimentações do alfaiate de Setúbal foi coletado a partir das denúncias e do auto de fé, pelo qual foi condenado em 1541.

A lenda em torno de Luís Dias começou quando se espalhou a crença de que seus filhos teriam nascidos, milagrosamente, circuncidados. A partir de então, sua casa se tornou ponto de encontro de cristãos-novos com quem conversava acerca da lei e dos profetas. Foram estas reuniões clandestinas e noturnas que levaram à sua primeira prisão, em Março de 1538. Sobre tais reuniões, Dias declarara em um primeiro momento que:

Por conversarem em minha casa de noyte, fora d'oras acostumbradas, cristãos novos asy da dita villa de Setuvall como desta cidade e doutras partes, e em dizer que se acharia em mym mais sçiençia do que cuidavam, mostrando me sabedor, propheta e missyas aos cristãos novos, e por tall me denunciava per cartas (In: FERRO TAVARES, 1991, p. 148)⁴⁹.

A segunda acusação, e mais contundente, fora feita em 25 de Fevereiro de 1539 pelo cristão-novo, também preso pela inquisição de Lisboa, Diogo de Montenegro:

(...) ouvido dizer de huu homem de Setuvall ou se o avia visto ou fallava com elle porque era hu homem que fallava cousas tam alltas e tam sobidas que ninhuu homem despois de Mouses aqua lhe parece que nunca tall ouvio nem vyo. E que elle, Dioguo de Montenegro, lhe tornara que homem podia ser o que tall fallase s'era letrado ou se avya llydo ebrayco. E o dicto Foam lhe tornara que nem sabya se sabya ller, mas que suas cousas eram tam grandes que nam avya pessoa que lhe soubese sayr de diamte e que dizya ser o mysyas. E asy lhe disera mais o dicto Foam que cada vez que ho dicto Luis Diaz querya fallar com Deus fallava [...] (In: FERRO TAVARES, 1991, p. 148)⁵⁰.

Ainda no ano de 1539, Brás Afonso, cristão-novo de Lisboa declarou, em seu depoimento ao Santo Ofício que:

⁴⁹ Processo 3734 - Inquisição de Lisboa

⁵⁰ Processo 3734 - Inquisição de Lisboa

[...]ante que ele fosse preso tres ou quatro annos ate o tempo que foy preso ouvio dizer e nam he lembrado a quem per muitas vezes e a muitas pessoas, as quaes eram cristãos novos e diziam: vedes que se nos ha alevantado hu missias nomeando ao dicto Luis Diaz de Setuvall. E que diziam que ho dicto Luis Diaz dizia que vinha ho Senhor a fallar com elle de maneira que se annunciava por mesias e que falava com Deus, e que hiam cristãos novos desta cidade a dicta villa de Setuvall a o buscar e a fallar com elle [...] (In: FERRO TAVARES, 1991, p. 148)⁵¹.

Muitos foram os seguidores do alfaiate, mas o mais interessante de todos talvez tenha sido Gil Vaz Bugalho de Évora.

Gil Vaz Bugalho, nascido cristão-velho, ocupou a posição de “juiz de fora em Portoalegre, Santarém, Évora e por fim de desembargador da Casa do Cível de Lisboa” (COELHO, 2009, p. 126). Casado com Brites ou Beatriz Vaz, passou, em 1526, ano em que estava em Lisboa David Reubeni, a traduzir a bíblia do hebraico para o português, algo inédito até então, visto que não existia tradução da bíblia hebraica para línguas vernáculas. Bugalho não conseguiu concluir sua tradução, fato que apenas fora alcançado com a Bíblia de Ferrara, em 1555, traduzida para o castelhano (ORFALI, 2009).

Teria Vaz Bugalho se convertido ao judaísmo na década de 20 e, a partir de então, vivido, ele e sua família, na lei velha em segredo, fora o próprio desembargador curado por Diogo Pires, em episódio já apresentado neste capítulo (LIPINER, 1993).

Passou a se corresponder com Luís Dias e a tê-lo por Messias, como revela carta apreendida pelo Santo Ofício de Lisboa: “A ti, bem aventurado, sábio por graça divina, um teu discípulo te saúda! Rogo-te para que assomes já, mostra-te juiz da terra, saibam as gentes que são homens” (In: COELHO, 2009, p. 126). Bugalho foi preso em 1537 com Luís Dias e permaneceu até 20 de Dezembro de 1551, quando foi queimado vivo em Évora (LIPINER, 1993).

O caso de Gil Vaz Bugalho é interessante, quando percebemos que cristãos-velhos de alto grau de instrução, decidiram-se pelo judaísmo nesse tempo. Tal fato preocupou D. João III, que em carta destinada ao pontífice Paulo III, em 13 de janeiro de 1545, após uma bula de perdão concedida aos cristãos-novos presos pela inquisição lusitana, denunciava o judaísmo praticado pelos mesmos, os movimentos messiânicos e

⁵¹ Processo 3734 - Inquisição de Lisboa

a adesão de cristãos-velhos à lei antiga, citando principalmente o caso do desembargador:

A enormidade das culpas dos ditos cristãos-novos, cuja certeza coligi do que muitas pessoas dignas de fé me descobriram, e pelos autos das culpas, que em Castela deles descobriram, os que lá eram culpados pelos casos contéudos na Santa Inquisição, e finalmente pela fiel relação de um Firme-Fé, cristão-novo cuja denunciação se confirmou logo pela experiência de que se achou em algumas famílias deles, tomando-os de improviso o corregedor por meu mandado. De modo que, sendo eu certificado por tantas vias de quão foutamente sem temor de Deus e sem medo dos castigos que aos tais delitos mandavam dar os santos cânones e leis de meus reinos, muitos judaizavam, circuncidavam seus filhos, convertiam ao judaísmo suas criadas cristãs, cerimoniavam suas páscoas. Culpas tão abomináveis, como era alevantamentos de Messias novos com fingidos milagres apropriados para se lhes dar crédito, púlpitos de heresiarcas, escolas de judaísmo, sinagogas de seus ritos e sacrifícios, subversão e apostação de muitos leigos e sacerdotes. Quantos idiotas, plebeus e simpleses se devem presumir reduzidos e ruinados, vendo Gil Vaz Bugalho, cristão-velho, meu antigo desembargador; convertido ao judaísmo, esforçado e contumaz em sua malícia, e no breve que de Vossa Santidade, subrepticamente, como creio, alcançou, em o qual Vossa Santidade o eximiu e tirou do ordinário poder da Santa Inquisição! (In: LIPINER, 1993, p. 192).

Bugalho não fora agraciado pelo perdão concedido pelo Papa porque era cristão-velho.

Luís Dias foi condenado no mesmo auto de fé de Gonçalo Annes Bandarra, no entanto, não teve a mesma sorte de seu contemporâneo sendo queimado em 23 de Outubro 1541.

3.8. Outros Messianismos

Os movimentos messiânicos de caráter judaico, na primeira metade do século XVI, proliferaram-se em Portugal para além das principais vilas e cidades, prova disso é que na região de Trás-os-Montes, no nordeste lusitano, na década de 40, Diego de Leão da Costanilha, também sapateiro, declarava, pautado nas Trovas do Bandarra e nos escritos medievais de Santo Isidoro que o Messias prometido nas escrituras viria entre 1540 e 1544 e reconduziria os judeus e cristãos-novos à Jerusalém. “O regresso à cidade santa seria acompanhado pelo domínio do império universal, pelo judaísmo como religião única e pela posse de muitas riquezas e bens por parte dos judeus” (FERRO TAVARES, 1991, p. 149).

Costanilha consistia na ideia cristã de que antes da redenção viria o Anti-Cristo. Tal conceito é recorrente no discurso de seus discípulos, como demonstrado por Luis Henriques à Inquisição de Évora:

[...] elle ouviu dizer a Diogo de Lyan da Costanilha, cristão novo, morador em Miranda do Doiro que o turquo avia de vir com muita gente a tomar Roma e toda a terra dos cristãos e que depois aviam de vir os judeus que estam allem do maar e com elles por capitães Helias e Enoc. E aviam de vir a Roma e avyam de pellejar com os cristãos e que ho Ante Cristo avia de sair de hu empena que se chama aagulha, e naquella batalha avia de morrer hum capitam dos judeus, a saber, Helias. E entam que avia de vir o Mesyas e dizia que inda nam era vindo e que o dito Mesias avia de llevar os judeus a Yerusallem e que ally avyam de estar e fazer sua habitaçam (In: FERRO TAVARES, 1991, p. 149)⁵².

Também fazem referências as tribos perdidas de Israel que se reuniriam nos dias do Messias:

(...) avyão de vyr os judeus que estão halem do mar e que avyão de pellejar com o dyto turco e que ho avyam de vencer e que avyam de levar a Jerusallem e que os avyam de ffazer judeus a todos e lhes avyam de dar Ia muytas ryquezas. E que os dytos judeus avyam de vyr em cavallos de quylha que nom de sylha e que avyão de vyr por capytães Helyas e Henoc e que tudo ysto avya de ser e seria feyto des a hera de quynhentos e quorenta athe a hera de quoremta e quatro annos (In: FERRO TAVARES, 1991, p. 149)⁵³.

Diogo de Leão da Costanilha entendia que o tempo do Messias estava chegando, principalmente, pelas guerras empreendidas entre os monarcas cristãos, Carlos V, imperador do Sagrado Império Romano-Germânico, e Francisco I, rei da França, que se aliara aos turcos. Segundo suas declarações ao Santo Ofício de Évora, Roma não teria mais poder diante das dissidências sucessivas que assolava sua dominação religiosa, por isso, seria tomada pela reunião dos judeus que instauraria um império universal, sob liderança do Messias (LIPINER, 1993).

Contemporâneo a Costanilla, fora António de Valença, médico cristão-novo, descendente de uma família rabínica, assegurava em suas pregações que após os turcos chegarem ao Algarve, levantaria um judeu da geração de Jacó, que retomaria a cidade de Jerusalém e reconstruiria o templo sagrado, apenas depois do aparecimento desses é que teríamos o aparecimento do Messias, da raiz de Davi. Entre a vinda do herdeiro de

⁵² Processo 11341 – Inquisição de Évora

⁵³ Processo 11341 – Inquisição de Évora

Jacó e o surgimento do Messias teríamos o aparecimento do Anticristo, que era Efraim, da tribo de Adão, que destruiria o mundo (FERRO TAVARES, 1991).⁵⁴

O médico Valença era rival de Costanilha, na comunidade cristã-nova de Trás-os-montes. Segundo ele, Costanilha era “homem de pouquo saber fumdava as cousas do Mesyas nas copras do çapateiro de Tramquoso e não no Testamento Novo e Velho como era razão” (FERRO TAVARES, 1991, p. 150).⁵⁵

Assim como D. Isaac Abravanel, Valença se pautava na literatura profética do livro de Daniel, por isso, acreditava que a era messiânica começaria em 1572, quando a cristandade acabaria definitivamente e daria início ao Quinto Império Universal judaico.

3.9. O fim de David Reubeni

O *Diário* de David Reubeni termina com sua saída de Portugal e, a partir de então, são escassas as informações que levaram ao seu fim, provavelmente, em 1538. Gian Battista Ramusio, célebre geógrafo e humanista veneziano, foi responsável por entrevistar Reubeni no momento em que esse estava em Veneza e, com isso, podemos coletar algumas pistas sobre os caminhos traçado pelo embaixador

Em 1530, no ano da estadia de Reubeni em Veneza, Ramusio concluiu que o embaixador era grande conhecedor de Cabala e que tinha como objetivo conduzir o povo judeu à Terra Santa, motivo este que o levou a Portugal e que obteve o apoio de cristãos-novos e judeus marroquinos (TAVIM, 2009).

Elkan Adler (1903), apropriando-se da narrativa deixada por Ramusio, afirma que, após deixar Portugal em 1526, David Reubeni naufragou na costa da Espanha onde foi preso pela inquisição, mas obteve de Carlos V, a partir de negociação mediada pelo Papa Clemente VII, carta patente de livre movimento (TAVIM, 2009).

Recebeu proteção papal e se estabeleceu em Roma, onde exerceu influência contra os desejos do monarca português referente ao estabelecimento do tribunal inquisitorial. Adler afirma que o parecer do pontífice negativo perante Brás Neto, embaixador português em Roma, fora influenciado príncipe judeu (ADLER, 1903).

Mayer Kayserling (2009) afirma que no período em que Reubeni se encontrava em terras italianas reencontrou com Pires Molcho: “Após longa permanência no Oriente e na Itália, principalmente em Ancona, onde se encontrara de novo com Davi Reubeni,

⁵⁴ Processo 8905 – Inquisição de Évora

⁵⁵ Processo 8905 – Inquisição de Évora

recém saído da prisão” (p. 226). Depois da passagem por Roma, seguiu para Mântua e novamente Veneza, retornando ao ponto inicial deste fragmento de nosso texto.

Apesar da narrativa de Ramusio ser um documento importante para compreendermos a empreita de Reubeni após sua saída de Portugal, foi este mesmo relato que obrigou o embaixador deixar Veneza:

O senado enviou o célebre autor de narrativas de viagens, Ramusio, a Davi, a fim de se informar sobre origem, planos meios etc. Após esta entrevista, Ramusio declarou que Davi era um aventureiro, sendo suas informações sem fundamento. Davi, em conseqüência, foi intimado a partir (KAYSERLING, 2009, p. 217).

Reubeni, acompanhado de Molcho, partiu para Ratisbona, onde o imperador mantinha sua corte, a fim de obter auxílio militar e firmar uma possível aliança entre cristãos e judeus do Oriente contra a expansão otomana e possibilitar a reconquista da Palestina (TAVIM, 2009).

No entanto, parece que fora Molcho que pôs todo o esforço do embaixador do Habor a perder. Com um histórico de tentativas de conversão que iam desde o Papa Clemente VII, seus cardeais, até o rei Francisco da França (SCHWARZ, 1946), o visionário cabalista não desperdiçou a oportunidade que tinha e tentou a mesma empresa junto ao imperador Carlos V.

A Jewish Encyclopedia faz referência ao advogado e rabino polonês Josel do Rosheim, que se encontrava em Ratisbona e o qual alertou Pires Molcho que inevitavelmente seus planos seriam frustrados⁵⁶. De fato, o imperador entendeu aquele ato como audácia e prendeu Molcho e Reubeni, sendo ambos mandados para a Inquisição de Mântua, onde o primeiro fora morto em Março de 1532. Já a história da morte de David Reubeni gerou outros debates historiográficos que nos deteremos neste momento.

A morte do embaixador do reino do Habor foi objeto de grandes debates entre os historiadores do judaísmo em meados do século XX. De um lado, aqueles que concluíram que Reubeni havia sido morto em Évora, julgado no mesmo auto de fé do alfaiate de Setúbal, em 1542. Outros pautados em registros da própria Inquisição de Évora chegaram ao fato de que o “judeu Davit” fora queimado em Lherena, no ano de 1538.

⁵⁶ <http://www.jewishencyclopedia.com/articles/12707-reubeni-david>

Depois da morte de seu sequaz em Mântua, Reubeni fora transferido para a Inquisição de Lherena, na Espanha. Vale lembrar que tanto Mântua, na Itália, quanto Lherena estavam sob jurisdição do imperador Carlos V. Talvez a ideia de transferir Reubeni para Lherena esteja ligada a influência que o mesmo teve sobre alguns acontecimentos envolvendo as cidades, como já apresentado neste trabalho⁵⁷. É certo o fato de que Reubeni havia sido transferido para Lherena, como mostrado no texto do cronista português Cristóvão Rodrigues Acenheiro, em 1535: “Davít-Judeu ainda se encontrava preso na Imquissisam de Lherena, até que haja a fim que merese” (ACENHEIRO apud SCHWARZ, 1946)⁵⁸.

Os historiadores que defendem a tese de que Reubeni fora transferido de Lherena para Évora se fundamentam em um manuscrito intitulado “lembrança do Primeiro Auto Público de Fé que se celebrou na Praça da Cidade de Évora, no ano de 1542”, o qual afirma que muitas pessoas entre homens e mulheres saíram neste auto castigados, dentre eles cita:

O judeu do Çapato, dizem que foi çapateyro, o qual veyo da India Oriental a Portugal, e lhes meteo na cabeça e persuadio aos moradores do tal Reyno, que era o Messias esperado, e que vinha do Eufrates de se manifestar, e os que alli estavaó por tal o creraó, e preso, e apertado confessou a mentira, e que o fesera por ser delles estimado, e valido, e se soube que não era desta casta (apud SCHWARZ, 1946).

Os que defendem a ideia da morte do embaixador em Évora, afirmam que Reubeni, “‘apertado’ pelos bem conhecidos ‘apertões’ da Inquisição, confessasse que não era filho de rei, mas simples sapateiro” (SCHWARZ, 1946)⁵⁹.

A alcunha “judeu do çapato” é algo recorrente em ambas as posições acerca do fim da vida de David Reubeni, mas não há registros que comprovem a alegação de que o embaixador tenha negado sua origem judaica, provavelmente, esta alcunha se trata de “alguma tradição popular sucessivamente deformada” (LIPINER, 1993, p. 335). Sapato poderia se referir a Safed, neste caso, seria “judeu de Safed”, centro cabalístico da Palestina, de onde supostamente Reubeni teria vindo (SLOUSZ, 1935 apud LIPINER, 1993), ou a variante de Sabath, judeu que guarda o sábado, ou ainda, como afirma Cecil Roth (1957), judeu do Sambation, cidade mitológica bíblica de lugar desconhecido.

⁵⁷ Carta de Selaya ao Rei D. João III em anexo.

⁵⁸ Disponível em <http://www.aast.ipt.pt/en/index.php?s=white&pid=270>

⁵⁹ Disponível em <http://www.aast.ipt.pt/en/index.php?s=white&pid=270>

O fato é que Reubeni será conhecido por esta alcunha, como mostra na “Carta do primeiro arcebispo de Goa ao povo de Israel, seguidor da lei de Moisés e do Talmud, por engano e malícia dos seus Rabis”, publicado em 1565:

Em nossos dias no tempo Del Rey João o terceiro de Portugal, destas partes orientais foi um ribaldo que em Hespanha chamaram o judeu do çapato, dizendo que vinha donde estavam as tribus de Israel. E só este apelido foi bastante para ser tido em Hespanha e dos judeus da África como Messias, sendo ele não judeu, mas um Ervão, como depois constou (In: REVAH, 1958).

Ainda no século XVIII, o judeu do sapato aparecera em uma extensa lista de pseudo-messias que apareceram em diversas partes do mundo, como é mostrado no sermão do auto de fé, celebrado na Praça do Rossio em Lisboa, no dia 6 de setembro de 1705, por D. Diogo da Anunciação Justiniano, arcebispo de Cranganor:

E para que nosso Portugal não ficasse de fora, pois que para isto sois pintados, vos veio da Índia um judeu a quem depois as nossas histórias chamaram o Judeu do Zapato, disse-vos que era o Messias, e depois de se ter publicado por tal aos judeus que estão no Eufrates, vos vinha a vós dar esta boa nova. Correstes todos os vossos Messias, porque cuidáveis ter nele a vossa Índia, e ao depois, sendo preso nos cárceres do Santo Ofício o vosso Messias, e mais, vós ficastes todos escarnecidos neste Reino (In: LIPINER, 1993, p. 336).

É um consenso, o fato de Reubeni ter sido condenado e morto pelo Santo Ofício, o que conferiu a ele o título de impostor, como outrora mencionado na “Lembrança do Primeiro Auto Público de Fé que se celebrou na Praça da Cidade de Évora, no anno de 1542” e na “Carta do primeiro arcebispo de Goa ao povo de Israel, seguidor da lei de Moisés e do Talmud, por engano e malícia dos seus Rabis”, pois fora morto por um tribunal cristão que não tinha jurisdição sobre judeus, no entanto, o que podemos perceber é que, em algum momento, o discurso do embaixador não se encaixava na realidade que os homens de sua época conheciam, por isso, e por falta de provas consistentes acerca de sua missão, fora morto como herege.

As informações acerca da morte de David Reubeni, em Lherena, se encontram no processo movido pela inquisição de Évora contra o converso Afonso Fernandes de Medelin, um dos seguidores do Alfaiate de Setúbal, que após ser reconciliado⁶⁰ na

⁶⁰ Readmitido no seio da Igreja. Para o cristão-novo representava, na maioria das vezes, “Hábito e Cárcere Penitencial Perpétuo”, que significa ficar confinado em uma aldeia determinado pelos Inquisidores, com obrigação de usar, por toda a vida, uma roupa infamante, “o sambenito” (NOVINSKY, 2007, p. 315).

inquisição de Lherena, em 1538, havia fugido para o país vizinho onde continuara a judaizar.

Sua apreensão, em 1553, propiciou um acordo diplomático entre a Inquisição de Évora e Lherena. No despacho enviado à cidade espanhola a fim de obter certidão do réu, o inquisidor de Évora João Álvares da Silveira escreve:

Fazemos saber que perante nós, em este auditório do Santo Ofício, se trata um feito crime entre partes, scilicet, o Licenciado Miguel Toscano, promotor fiscal dele, como autor, de uma parte, contra Afonso Fernandes de Medelín, cristão-novo, alfaiate, morador em a vila de Castelo da Vide, réu preso no cárcere desta Inquisição por dele haver culpas tocantes e pertencentes ao Santo Ofício; em o qual feito o dito promotor fiscal, antes de oferecer libelo, contra o dito Afonso Fernandes, réu, nos disse que ele fora sentenciado e jurara de vehementi suspeito em um auto público de fé que nessa cidade de Lherena se fez, no tempo em que foi relaxado Davit Judeu, estrangeiro que por alcunha se chamava Judeu do Çapato; pedindo nos que lhe mandassem passar provisão para Vossa Mercês mandarem dar o traslado da dita sentença e abjuração que o dito Afonso Fernandes em o dito auto fez e de todas as mais culpas que depois do dito auto contra ele acresceram (In: LIPINER, 1993, p. 338 grifo nosso)⁶¹.

Outra documentação importante sobre o fim de Reubeni em Lherena é a resposta dada pelo qualificador do Santo Ofício em Évora, frei André Resende, ao memorial de um certo Pero Álvares. O clérigo, nesse texto, defende o papel misericordioso da Inquisição que deveria conceder perdão aos que se arrependiam, alegando que a própria queima dos hereges já constituía um ato de misericórdia:

Certo está e é uso da Santa Inquisição, a quem confessa e pede misericórdia – dar lha. E não se deve dar a obstinados, relapsos que danam a república, porque se fazem indignos dela, posto que castigados com o mais grave castigo também é misericórdia, ou por se mais não danarem ou porque entram em acordo com seus desatinos (In: LIPINER, 1993, 343).⁶²

Pautado nesta afirmativa de que a morte do corpo salva a da alma, o Frei cita o ocorrido em Lherena em 1538. Nesta ocasião, o judeu do sapato aparece como relaxado⁶³ na inquisição espanhola, na mesma época em que Afonso Fernandes de Medelin havia sido reconciliado.

⁶¹ Processo 5998 – Inquisição de Évora

⁶² Processo 8628 – Inquisição de Évora

⁶³ Condenado à morte, executado pela justiça secular. Relaxado em estátua no auto-de-fé – o réu condenado à morte, quando se encontrava ausente, era representado simbolicamente na figura de um boneco de pano, que era atado a cruz e queimado (NOVINSKY, 2007, p. 315).

O judeu do sapato, que em Lherena foi queimado, e se converteu e morreu cristão. E, pois assim foi, maior misericórdia foi para ele matarem-lhe o corpo, para saúde da alma, que lhe dar a saúde da alma, que lhe dar a saúde do corpo e deixando-lhe morrer a alma (In: LIPINER, 1993, p. 343).⁶⁴

O guerreiro do Habor, descrito como “homem de pequena estatura, de carnes escassas, corajoso, grande rezador, de pele escura e jejuador” (In: KAYSERLING, 2009, p. 216; LIPINER, 1993, p. 343), como descrito pelo geógrafo Abraham Farissol ainda no século XVI⁶⁵, morreu cristão.

Para além dos debates, se Reubeni teria morrido em Lherena, em 1538, ou em Évora quatro anos depois, importante é a conclusão historiográfica de que o embaixador morreu como cristão, pois fora condenado por um tribunal que tinha como limite de jurisdição a fé cristã e não conseguiu concluir suas expectativas quando fora enviado pelo seu irmão, o rei Joseph, a fim de obter auxílio do Ocidente contra a expansão muçulmana na terra santa.

A quem diz que Reubeni não foi o único na história dos pseudo-messias que diante da morte abdicou de sua fé. Um século mais tarde, Shabetai Tzeví, tido por ele mesmo e pelos seus seguidores como a encarnação do Messias, diante da sentença de morte se converteu à fé islâmica e com o nome de Mehmet Jafé viveu o resto de seus dias.

⁶⁴ Processo 8628 - Inquisição de Évora

⁶⁵ FARISSOL, A. *Iggéret Orkhót Olám* (Tratado dos caminhos do Mundo). Veneza, 1585.

CONCLUSÃO

Chegamos ao fim deste trabalho que teve por objetivo compreender as manifestações do messianismo judaico, em Portugal, no início do século XVI. Embora, tenhamos chegado ao final, não podemos afirmar que o trabalho foi concluído, pois ao longo da investigação, deparamo-nos com uma série de questões que, se aprofundadas, ampliariam, em muito, nosso leque de possibilidades, afastando-nos do objetivo inicial, por isso, este é apenas o primeiro momento de uma pesquisa que se estenderá ao longo de nossa carreira acadêmica.

Vale também ressaltar que apesar de muitos trabalhos acerca do período, podemos perceber com as pesquisas realizadas que trata-se de um tema pouco contemplado pela historiografia brasileira.

A presença judaica na Península Ibérica foi fator fundamental para a constituição do modo de ser lusitano. Relação essa que apesar da imprecisão temporal, possivelmente, iniciou-se ainda no tempo da dominação romana no século I. Levamos em consideração que é impossível entender a história do Brasil sem compreender a história dos judeus e cristãos-novos, que são parte constitutiva da história de longa duração portuguesa.

Estranho pensar que muitos livros didáticos ao se ocuparem do tema colonização da América Portuguesa não se voltem ao tema cristão-novo, ou dos judeus que há pouco tinham se convertido forçadamente ao catolicismo romano, tornando-se uma novidade para os alunos dos cursos de História espalhados pelo Brasil.

O objetivo inicial deste trabalho é compreender a evolução do messianismo judaico, em Portugal, nos anos que antecederam a instauração do Tribunal do Santo Ofício em Portugal, em 1536.

Por volta de 1525, chegou em Portugal David Reubeni, que se apresentou como embaixador de um reino judaico no norte da Península Arábica e o que trouxe o embaixador a Portugal foi o auxílio que este veio pedir ao rei D. João III, contra o expansionismo otomano.

A chegada de um embaixador judaico no reino não causaria grande comoção na sociedade lusitana, se não fosse pelo cenário no qual Portugal estava inserido. Desde 1497 não existia judeus no país, pois um acordo nupcial entre Portugal e Espanha forçou D. Manuel I a expulsá-los, como requisito para efetivar sua união com a infanta Isabel, filha dos reis católicos da Espanha.

Em Portugal, essa cláusula matrimonial fora cumprida, batizando-se os judeus à força e em processo relativamente curto e o país deixou de ter judeus e passou a ter cristãos-novos.

De fato, uma parte dos cristãos-novos assumiram o cristianismo, outra, no entanto, continuou a judaizar em segredo, o que não foi condenado diretamente pela lei, pois D. Manuel expediu leis que impediam a inquirição das práticas religiosas privadas dos mesmos.

O clima de instabilidade religiosa na Península Ibérica fez com que os cristãos-novos ressuscitassem as tradições messiânicas presentes no imaginário religioso judaico. Pautados em escritos cabalísticos e em profecias bíblicas, acreditou-se ser o século XVI o início da Era Messiânica. É nesse contexto que David Reubeni é recebido na corte do monarca lusitano, sendo entendido como a encarnação do próprio messias iminente, gerando uma onda de fervor messiânico quem ultrapassou os limites da fé judaica. De certa forma, a instauração do Tribunal do Santo Ofício significou, também, uma tentativa de contenção do crescimento desse messianismo em Portugal e sendo contida com a instauração do Tribunal do Santo Ofício.

Para compreender este processo, dividimos o trabalho em três partes: O Cenário, Do Habor a Portugal: As rotas de David Reubeni e O embaixador e a onda de fervor messiânico em Portugal.

Ao longo deste trabalho, percebeu-se que para compreender o efeito causado pela passagem de David Reubeni na Europa e, sobretudo, em Portugal, tínhamos que ter uma visão panorâmica do quadro no qual o ocidente cristão estava inserido, por isso, no início do trabalho, detivemo-nos à compreensão das questões políticas, econômicas e sociais que o continente estava imerso.

Devido ao grande temor que existia na Europa, diante de carestia e escassez de alimentos, Jean Delumeau (2009) chamou estes tempos, de “a angústia dos medos escatológicos”. A difusão das informações possibilitadas pela prensa de Gutemberg, alastrou no imaginário europeu de que aqueles seriam os tempos derradeiros, pois tamanho sofrimento só poderia ser explicado pelo fato de se tratar dos últimos tempos. As transformações vivenciadas na Europa do início da Idade Moderna conferiram diversas possibilidades de interpretação daqueles tempos. O continente se recuperava dos transtornos ocasionados pela Peste Negra e sofria com a falta de produtos básicos que não acompanhava a retomada do aumento demográfico.

Somado a essas questões, os otomanos, um perigo eminente, aumentavam seus domínios na antiga cristandade e as grandes potências europeias travavam disputas pelo controle do Sagrado Império Romano Germânico.

O mundo que outrora tinha a Igreja de Roma como bastião da fé e verdade passou a ver o crescimento das heresias que atendiam a interesses diversos, seja aos monarcas absolutistas que ansiavam se desvencilhar do poder papal ou os burgueses que viam nas novas doutrinas cristãs a possibilidade de enriquecimento sem culpa. As heresias de Lutero e Calvino legaram para a Europa do XVI marcas indelévels que não foram apagadas.

No segundo capítulo, trabalhamos com os caminhos traçados por Reubeni até chegar na Europa, encontrando-se com o Papa Clemente VII. Podemos perceber que o embaixador do reino do Habor tinha noção das questões políticas em que a Europa estava inserida no início do XVI, por isso, recorre ao Papa, buscando uma possível paz entre Francisco da França e o Imperador Carlos V.

A intenção de Reubeni era bem definida, pedir ajuda da cristandade contra um inimigo que parecia comum, o Império Otomano, que já tinha conquistado parte significativa do Oriente Médio, norte da África e leste europeu. Entendemos que parecia comum, pois as relações interpessoais que se estabelecem no cotidiano não são tão óbvias como se parece, visto que Francisco de Volóis, um católico, aliara-se aos otomanos na luta contra Carlos de Habsburgo.

Clemente VII percebeu que não tinha força política para um acordo entre os governantes da França e do Sagrado Império Romano-Germânico, por isso, encaminhou o embaixador para Portugal, pois além de estar distante dos problemas entre os monarcas, tinha pretensões expansionistas, visto que, na década de vinte do século XVI, o reino lusitano contava com um amplo império colonial.

Munido de uma carta de apresentação de Clemente VII, Reubeni partiu para Portugal. No momento de sua chegada, já fora recebido por cristãos velhos e novos que passaram a segui-lo e a fama de um embaixador de estranhas terras se alastrou pelo reino.

Em um primeiro momento, Reubeni foi recebido por D. João III, que lhe prometeu auxílio militar na luta contra o império Turco Otomano. Mas a medida em que a presença do embaixador causava esperanças messiânicas em Portugal, principalmente, entre o cristãos-novos, o monarca desistiu de ajudá-lo, permitindo, assim, sua saída do reino.

A presença de um embaixador judeu em um país onde o judaísmo não era permitido, causou grande comoção entre os cristãos-novos que tinham sangue judaico correndo em suas veias e também entre alguns cristãos-velhos. Fundamentados nas escrituras sagradas e nos escritos cabalísticos, muitos passaram a acreditar que Reubeni era o próprio Messias prometido.

Alguns, como o jovem cristão-novo, Diogo Pires, voltaram-se totalmente ao judaísmo, circuncidando-se e adotando um nome judaico. Salomão Molcho, foi o nome adotado por Pires, que não só adotou o judaísmo como passou a pregar a causa messiânica, chegando a conseguir do próprio Papa Clemente VII, um termo de retorno a religião dos seus ancestrais, visto que sua conversão havia sido forçada. Pires Molcho, fugiu de Portugal, partiu para a Turquia, estabeleceu-se em Roma e morreu queimado na inquisição de Mântua.

Além de Molcho, outros aderiram a causa messiânica ou milenarista, como Luís Dias de Setúbal que segundo relatos ao tribunal do Santo Ofício, autodeclarara-se o próprio Messias e Gonçalo Annes Bandarra de Trancoso que fez trovas messiânicos de conteúdos polissêmicos, sendo interpretados por alguns como um presságio da Era Messiânica judaica e por outros, inclusive o próprio, como louvor e ao rei D. João III. Fato é que os escritos de Bandarra influenciaram decisivamente no desenvolvimento de teorias sebastianistas no reino no século XVII.

O tribunal inquisitorial instalado no reino, em 1536, permitiu-nos conhecer melhor o desenvolvimento dos movimentos messiânicos em Portugal, visto que os primeiros acusados pelo tribunal tinham alguma relação com a causa messiânica.

Após a saída de Portugal, Reubeni continuou sua agenda a fim de conseguir ajuda cristã, apresentando-se em Veneza e Ratisbona, onde fora condenado por Carlos V como herege e mentiroso, pois não conseguiu comprovar sua origem judaica.

Há um consenso na historiografia que trata do tema; Reubeni foi condenado pela inquisição e morreu queimado, no entanto, as divergências se intensificam com relação ao lugar onde o suposto embaixador e Messias teria morrido, alguns acreditam que em Évora, em Portugal, outros em Lherena na Espanha. A possibilidade de sua condenação ter ocorrido em Lherena são, ao nosso entender, mais plausíveis visto que a cidade era território Habsburgo, e foi um monarca dessa dinastia que o condenou.

Entendemos que a discussão sobre a data e o lugar onde o misterioso Reubeni morreu tem uma importância menor, principalmente, considerando-se os objetivos deste trabalho, quando comparada a importância que teve a sua vida, não só entre os cristãos-

novos de perspectiva messiânica, como também nos mais diversos setores da sociedade lusitana.

Algumas questões sobre o Messianismo nos chamaram a atenção, como o desenvolvimento de temáticas messiânicas em outras regiões do planeta no mesmo período em que acontecia em Portugal. A primeira metade do século XVI viu florescer diversas ondas messiânicas e milenaristas, não só na Europa, como na África e na América recém descoberta. O que estes movimentos têm em comum? Existe alguma relação direta entre eles?

Outra questão é como Reubeni foi visto nos outros lugares em que passou até chegar em Portugal? Esta foi uma dúvida que nos acompanhou ao longo da pesquisa, ou mesmo, o que aconteceu com o reino do Habor, se é que, de fato, existiu?

Desde o princípio, sabíamos que uma pesquisa *stricto sensu* de dois anos não seria suficiente para buscar respostas que possibilitassem a compreensão de todas as nuances implícitas em um tema tão amplo. Longe de sermos pretenciosos, nosso objetivo foi apenas iniciar um trabalho que deverá se desdobrar em novas pesquisas para futuras discussões acerca de David Reubeni e o messianismo judaico em Portugal.

REFERENCIAS

FONTES

DIÁRIO E CRÔNICA:

Diário de David Reubeni (1522-1525) In. ADLER, E. N. *Jewish Travelers in the middle Ages*. New York: Dover Publications, 1987.

Sobre David Reubeni (Chronicas dos Senhores Reis de Portugal) in LIPNER, E. *O sapateiro de Trancoso e o alfaiate de Setúbal*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

CARTAS, LEIS E DECRETOS (em ordem cronológica):

Decreto de Dom Manuel I após o Massacre de 1506 (24 de Abril de 1506) In KAYSERLING, M. *História dos judeus em Portugal*. 2ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

Lei para a Proteção dos Criptojudeus (1524) In KAYSERLING, M. *História dos judeus em Portugal*. 2ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

Carta de Davit Judeu a Dom João III (24 de Outubro de 1525) in LIPNER, E. *O sapateiro de Trancoso e o alfaiate de Setúbal*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

Carta de Dom João III para a saída de David Ha-Reubeni de Portugal (21 de Julho de 1526) In LIPNER, E. *O sapateiro de Trancoso e o alfaiate de Setúbal*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

Carta de Selaya, (Inquisidor de Badajoz) a Dom João III (30 de Março de 1528) In. AZEVEDO, L. A. *Evolução do Sebastianismo*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1918.
KAYSERLING, M. *História dos judeus em Portugal*. 2ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2009; LIPNER, E. *O sapateiro de Trancoso e o alfaiate de Setúbal*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

Carta de Dom João III ao Cardial Santiquatro (Junho de 1536) In HERCULANO, A. *História da origem e estabelecimento da inquisição em Portugal*. eBooksBrasil, 2009.

Resposta de Frei André de Resende (Qualificador do Santo Ofício em Évora) ao memorial de Pero Álvares (1537) In. LIPNER, E. *O sapateiro de Trancoso e o alfaiate de Setúbal*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

PROCESSOS INQUISITORIAIS:

Processo 7197 – Inquisição de Lisboa. In. LIPNER, E. *O sapateiro de Trancoso e o alfaiate de Setúbal*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

Processo 3734 - Inquisição de Lisboa. In. FERRO TAVARES, M. J. O Messianismo Judaico em Portugal, 1ª Metade do século XVI. *Luso-Brazilian Review*, p.141-151, 1991. Disponível em <http://links.jstor.org/sici?sici=00247413%28199122%2928%3A1%3C141%AOMJEP%28%3E2.0.CO%3B2-U>.

Processo 11341 – Inquisição de Évora. In. FERRO TAVARES, M. J. O Messianismo Judaico em Portugal, 1ª Metade do século XVI. *Luso-Brazilian Review*, p.141-151, 1991. Disponível em <http://links.jstor.org/sici?sici=00247413%28199122%2928%3A1%3C141%AOMJEP%28%3E2.0.CO%3B2-U>.

Processo 8905 – Inquisição de Évora. In. FERRO TAVARES, M. J. O Messianismo Judaico em Portugal, 1ª Metade do século XVI. *Luso-Brazilian Review*, p.141-151, 1991. Disponível em <http://links.jstor.org/sici?sici=00247413%28199122%2928%3A1%3C141%AOMJEP%28%3E2.0.CO%3B2-U>

Processo 5998 – Inquisição de Évora. In. LIPNER, E. *O sapateiro de Trancoso e o alfaiate de Setúbal*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

Processo 8628 – Inquisição de Évora. In. LIPNER, E. *O sapateiro de Trancoso e o alfaiate de Setúbal*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

BIBLIOGRAFIA

ABDIAS, In. Bíblia de Jerusalém. Nova edição, revista e ampliada. 6ª Ed. São Paulo: Paulus, 2010.

AMÓS, In. Bíblia de Jerusalém. Nova edição, revista e ampliada. 6ª Ed. São Paulo: Paulus, 2010.

APOCALIPSE, In. Bíblia de Jerusalém. Nova edição, revista e ampliada. 6ª Ed. São Paulo: Paulus, 2010.

ADLER, E. N. *Jewish Travelers in the middle Ages*. New York: Dover Publications, 1987.

ARENDT, H. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

AZEVEDO, L. A. *Evolução do Sebastianismo*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1918.

- Bíblia de Jerusalém*. Nova edição, revista e ampliada. 6ªEd. São Paulo: Paulus, 2002.
- BANDARRA, G. A. *Trovas do Bandarra natural da Villa de Trancoso*. Ebook, 2007.
- BASSELAAR, J. van den. As Trovas do Bandarra. *Revista ICALP*, Lisboa. Vol. 4, pp. 14-30, 1986.
- BITHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições, Portugal, Espanha e Itália*. Lisboa Circulo de Leitores, 1994.
- BOXER, Charles Ralph. *O império colonial português (1415 – 1825)*. Lisboa: Edições 70, 1981.
- CAMERON, E. *História da Europa Oxford: O Século XVI*. Porto: Fio da Palavra Editores, 2009.
- COELHO, A. B. Gil Vaz Bugalho. In. MUCZNIK, L. L; TAVIM, J. A. R. S; MUCZNIK, E; MEA, E. A. (ORG). *Dicionário do Judaísmo Português*. Lisboa: Editorial Presença, 2009.
- COSTA-ROSA, A. O modo Psicossocial: Um paradigma das práticas substitutivas ao modo asilar. In AMARANTE, P. (ORG). *Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.
- DANIEL, In. *Bíblia de Jerusalém*. Nova edição, revista e ampliada. 6ª Ed. São Paulo: Paulus, 2010.
- DELUMEAU, J. *História do medo no ocidente - 1300-1800*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- _____. *Mil anos de felicidade: uma história do paraíso*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- DIAS, G. C. Estabelecimento de Judeus no Território Português. In: MUCZNIK, L. L; TAVIM, J. A. R. S; MUCZNIK, E; MEA, E. A. (ORG). *Dicionário do Judaísmo Português*. Lisboa: Editorial Presença, 2009.
- DIAS, M. M. A. Mértola (inscrição com menorah). In: MUCZNIK, L. L; TAVIM, J. A. R. S; MUCZNIK, E; MEA, E. A. (ORG). *Dicionário do Judaísmo Português*. Lisboa: Editorial Presença, 2009.
- ELIADE, M. *História das crenças e das ideias religiosas, volume III: de Maomé à Idade das Reformas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FRANCO JÚNIOR, H. & ANDRADE FILHO, R. O. *Atlas de História Geral*. São Paulo: Scipione, 1993.

- FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48ª Ed. São Paulo: Global, 2003.
- GÊNESIS, In. Bíblia de Jerusalém. Nova edição, revista e ampliada. 6ª Ed. São Paulo: Paulus, 2010.
- GONÇALVES, J. H. R. Natureza e Formas Institucionais do Império Otomano. In. TEIXEIRA DA SILVA, F. C; CABRAL, R; MUNHOZ, S (ORG). *Impérios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- HERCULANO, A. *História da origem e estabelecimento da inquisição em Portugal*. eBooksBrasil, 2009.
- HERMANN, J. *No reino do desejado: a construção do sebastianismo em Portugal (Séculos XV e XVII)*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- _____. História das religiões e religiosidades. In. CARDOSO, C. F; VAINFAS, R. *Domínios da História. Ensaio de teoria e metodologia*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- JEREMIAS, In. Bíblia de Jerusalém. Nova edição, revista e ampliada. 6ª Ed. São Paulo: Paulus, 2010.
- KANN, R. A. *A History of the Habsburg Empire, 1526-1918*. Berkeley: University of California Press, 1980.
- KAYSERLING, M. *História dos judeus em Portugal*. 2ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- LE GOFF, J. *A bolsa e a vida: Economia e religião na Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- LIPINER, E. *O sapateiro de Trancoso e o alfaiate de Setúbal*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- LOURAU, R. *A análise institucional*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MAINKA, P. J. A luta europeia entre as dinastias dos Habsburgos e dos Valois pela Borgonha e Itália. In: MAINKA, P. J (ORG). *A Caminho do Mundo Moderno: Concepções clássicas da filosofia política no século XVI e o seu contexto histórico*. Maringá: Eduem, 2009.
- MANOEL, I. A. *O pêndulo da história: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)*. Maringá: Eduem, 2004.
- MATTOSO, J. *História de Portugal – No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

- MOTA, M. Apogeu e Decadência do Império Português: o profetismo bandárrico. In MARTINS, M. L; PINTO, M. (ORG). *Comunicação e Cidadania – Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho), 2007. pp. 1983 - 1995.
- MUCZNIK, L. L. Sefarad/Sefardita. In: MUCZNIK, L. L; TAVIM, J. A. R. S; MUCZNIK, E; MEA, E. A. (ORG). *Dicionário do Judaísmo Português*. Lisboa: Editorial Presença, 2009.
- NETANYAHU, B. *Don Isaac Abravanel. Statesman and Philosopher*. 50ª Ed. New York: Cornell University Press, 1998.
- NOVINSKY, A. *A Inquisição*. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. Anti-semitismo em Portugal e no Brasil. In. LEWIN, H; KUPERMAN, D. *Judaísmo: Memória e Identidade*. Vol 11. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 1997.
- _____. *Gabinete de Investigação: uma "caça aos Judeus" sem precedentes*. São Paulo: Editora Humanitas, 2007.
- _____. O Papel dos judeus nos grandes descobrimentos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 11, n.21, p. 65-76, 1991.
- _____. Sebastianismo, Vieira e o Messianismo Judaico. In: IANNONE C. A; GOBBI, M. Z; JUNQUEIRA, R. S. (ORG). *Sobre as Naus da Iniciação. Estudos Portugueses de Literatura e História*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. *Breve História de Portugal*. 7ª Ed. Lisboa: Editorial Presença, 2009.
- ORFALI, M. Bíblia de Ferrara. In. MUCZNIK, L. L; TAVIM, J. A. R. S; MUCZNIK, E; MEA, E. A. (ORG). *Dicionário do Judaísmo Português*. Lisboa: Editorial Presença, 2009.
- ORTONA, S. Anti-semitismo. In. BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; GIANFRANCO, P. (ORG). *Dicionário de Política*. 11ª Ed. Brasília: Editora UnB, 1998.
- POLIAKOV, L. *De Maomé aos Marranos*. 2ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- RAMOS, M. J. A Etiópia nas representações geográficas da Europa medieval e renascentista. In HESPANHA, A. M. (ORG). *Culturas do índico*. Lisboa: Comissão nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses/Instituto português de museus, 1998.
- RÉVAH, I. S. David Reubeni. *Révue des Études juives*, Paris, n.117, p.128-135, 1958.

- RODRIGUEZ-MOÑINO, A. *La muerte de David Reubeni em Badajoz (1538)*. Badajoz: Imprenta de la Diputación Provincial, 1959.
- ROTH, C. *História dos Marranos*. Lisboa: Livraria Civilização Editora, 2001.
- _____. Le martyre de David Reubeni. *Révue des Études juives*, Paris, n.116, p.93-95, 1957.
- SARAIVA, A. J. *Inquisição e Cristãos-Novos*. Lisboa: Editorial Nova Limitada, 1969.
- SCOTT, T. Economia. In CAMERON, E. *História da Europa Oxford: O Século XVI*. Porto: Fio da Palavra Editores, 2009.
- SCHOLEM, G. *As grandes correntes da mística judaica*. 3ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- TAVIM, J. A. David Reubeni. In. MUCZNIK, L. L; TAVIM, J. A. R. S; MUCZNIK, E; MEA, E. A. (ORG). *Dicionário do Judaísmo Português*. Lisboa: Editorial Presença, 2009.
- THOMAZ, L. F. *De Ceuta a Timor*. 2ª Ed. Lisboa: Difel, 1998.
- TISHBY, I. *Messianism in the time of the expulsion from Spain and Portugal*. Jerusalém: Mosad Bialik, 1985.
- VAINFAS, R. *Jerusalém colonial, judeus e portugueses no Brasil holandês*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- VAINFAS, R; FARIA, S. C; FERREIRA, J; SANTOS, G. *História. Das sociedades sem Estado às monarquias absolutistas*. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.
- VAINFAS, R. & HERMANN, J. Judeus e Conversos na Ibéria no século XV: sefardismo, heresia e messianismo. In: GRINBERG, K. *Os Judeus no Brasil. Inquisição, imigração e identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- VILA-CHÃ, J. Isaac Abravanel. In CALAFATE, P. (ORG). *História do Pensamento Filosófico Português*. Lisboa: Editorial Caminho, 2001.
- WERBLOWSKY, Z. O Messianismo na História Judaica. In. UNESCO (ORG). *Vida e valores do povo judeu*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

REVISTAS ELETRÔNICAS:

- AESCOLY, A. Z. David Reubeni in the Light of History. In: *The Jewish Quarterly Review* pp. 1-45, 1937. Disponível em <<http://links.jstor.org/sici?sici=0021-6682%28193707%292%3A28%3A1%3C1%3ADRITLO%3E2.0.CO%3B2-W>>

ADLER, E. N. Auto de fé and Jew. In. *The Jewish Quarterly Review*, Pennsylvania. Vol. 15, No. 3, pp. 413-439, 1903. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/1450627>>

COSTA, R. Por uma geografia mitológica: a lenda medieval do Preste João, sua permanência, transferência e morte. In: História 9. *Revista do Departamento de História da UFES*. Vitória: Ufes, Centro de Ciências Humanas e Naturais, EDUFES, p. 53-64, 2001. Disponível em <<http://www.ricardocosta.com/artigo/por-uma-geografia-mitologica-lenda-medieval-do-preste-joao-sua-permanencia-transferencia-e>>

FERRO TAVARES, M. J. O Messianismo Judaico em Portugal, 1ª Metade do século XVI. *Luso-Brazilian Review*, p.141-151, 1991. Disponível em <<http://links.jstor.org/sici?sici=00247413%28199122%2928%3A1%3C141%AOMJEP%28%3E2.0.CO%3B2-U>>.

MENEZES, S. L. O Jesuíta e o Sapateiro: De Regno de Christi in Terris Consumatto. *Revista Brasileira de História das Religiões*, n. XI pp. 163-181, 2011. Disponível em <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf10/09.pdf>>.

MENEZES, S. L. GONÇALVES, J. H. R. JUSTINIANO SILVA, S. H. Naquele dia levantarei a tenda desmoronada de David: considerações acerca do messianismo judaico e a consolidação do Tribunal do Santo Ofício em Portugal no século XVI. *Revista Brasileira de História das Religiões*, ano. VI n. XVI pp. 328-342, 2013. Disponível em <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/23505/12707>>

SCHWARZ, S. *Zionism in the reign of Dom João III*. In. <<http://www.aast.ipt.pt/en/index.php?s=white&pid=270>>

ANEXOS

DIÁRIO DE REUBENI EM PORTUGAL In. ADLER, E. N. *Jewish Travelers in the middle Ages*. New York: Dover Publications, 1987. Pp. 284 – 328. (Tradução livre para consulta).

A partir daí, nós fomos com as velas enfunadas a oeste para Portugal pelo mar Mediterrâneo. Chegamos próximos a Cadiz, no reino do Imperador, e eu enviei Tobias para o magistrado com a carta do Papa para pedir permissão para deixarmos o barco e ficar em sua cidade por um dia, porém o magistrado não o fez. Tobias disse que os homens da cidade falaram coisas ruins sobre nós a ele e disseram que o rei judeu nos enviara para o rei de Portugal, que era de pequena importância (comparado com o Imperador). Eles acharam que éramos inimigos do imperador e aconselharam o magistrado a vir, prender-me e buscar cavalos para me enviar ao imperador, porém eu estava encorajado em minha missão e regozije-me em tudo o que Deus havia feito, pois seria bom para mim e para toda Israel aparecer diante do Imperador, mas meus servos estavam com medo e temerosos, e eu os tranquilizei.

Depois disso o capitão do barco veio a mim e disse: “É melhor que você deixe este barco e embarque num navio que pertence ao Rei de Portugal”. Deixamos o barco à meia-noite, guardamos nossos pertences na cabine, a trancamos e embarcamos num pequeno barco que nos levou até o navio do rei de Portugal, no qual embarcamos.

O capitão daquele navio estava dormindo, mas quando escutou que estávamos vindos a bordo ele se levantou de sua cama e nós fomos para sua cabine ter com ele. Mostramos a ele a carta do rei de Portugal (João, o III), e o capitão de nosso navio discutiu com o capitão do navio do rei acerca das palavras do magistrado e sobre os nobres da cidade de Cadiz. Ficamos ali até o amanhecer. Então fomos para a cidade de Elmira, e os dois capitães foram ter com os magistrados e notáveis, com meu servo Tobias. Ele retornou e disse que os magistrados e notáveis tinham brigado com os capitães porque eles queriam nos prender.

Depois disso, o capitão de nosso navio pediu a nossa permissão para ir a Tavira, que está na extremidade do reino de Portugal. Ele deu-nos nossos pertences que foram trazidos do grande navio para o navio pertencente ao Rei de Portugal, e eu o paguei com setenta e cinco ducados para lidar com seus assuntos. Depois disso, ele deixou o barco.

Nós ficamos no barco do rei até a meia-noite e então entramos num barco,

carregado de trigo, que estava navegando para Tavira. Eu enviei, através de meu servo Tobias, a carta do papa e a carta do rei ao juiz de Tavira, que era um oficial do rei de Portugal. Imediatamente Tobias retornou com dois servos do juiz em uma mula, e eu deixei o navio e fui para o litoral. E quando todas as pessoas da cidade souberam que eu cheguei à terra, notáveis vieram até mim, cristãos e marranos, com mulheres e crianças.

Eu cavaleguei até a cidade em uma mula. Todo o caminho estava repleto de homens e mulheres, numerosos demais para se contar. Nós chegamos à cidade de Tavira e fomos até a casa de um marrano. Eles prepararam a casa para nós, camas e mesas. O Marrano era um homem honorável assim como sua esposa. Os magistrados vieram até mim e me agradeceram grandemente, e me disse: “Eu estou pronto e preparado para fazer qualquer coisa que desejar, às suas ordens e pelos teus serviços”. Ele veio me ver repetidas vezes.

Aquele magistrado escreveu ao rei dizendo a ele que havíamos chegado a Tavira e eu escrevi uma carta para o rei de Portugal e a enviei pelas mãos de David o Romeno. Permaneci na casa de Marrano para esperar a resposta do rei. Ele e sua esposa nos trataram com muita hospitalidade e bondade, não nos deixando gastar nada de nosso próprio bolso, pois eles queriam lidar com todas as despesas. Nós ficamos em sua casa por quarenta dias até que o mensageiro do rei de Portugal veio até mim em Tavira. Naqueles dias um sacerdote veio da Espanha e falou com R. Solomon Cohen Da Porto. Solomon estava zangado com ele por ele tê-lo dito que não havia nenhum rei judeu e que nós não tínhamos filhos de origem nobre. Ele estava ante uma grande janela, e eu fui zeloso pelos motivos de Deus. Eu o segurei e o atirei da janela para o chão lá fora diante de todos os gentios. Eles riram do sacerdote e ficaram com medo de falar contra mim. O magistrado ouviu falar sobre o acontecido e se alegrou grandemente. Quando o mensageiro retornou a mim, ele trouxe duas cartas do rei e em uma delas ele escreveu que eu deveria ir até ele em toda a honra e que ele faria segundo a minha vontade. Na segunda carta ele escreveu para todos os magistrados em seu reino, dizendo que todos eles deveriam me honrar e me transportar de cidade em cidade, que eles deveriam preparar para mim uma cama, uma mesa, iluminação e abrigo em todos os lugares em que nós fôssemos. O mensageiro me disse que o rei ordenou que eu saísse da cidade e o visitasse amanhã. Ele me entregou quinhentos ducados e um escriba dos escribas do rei, que deveria superentender as despesas. De manhã eles entregaram cavalos a mim e a meus servos para cavalgarmos até o rei.

Nós saímos de Tavira, e o magistrado e os todos os notáveis da cidade foram

comigo até os limites da cidade e retornaram. Porém eu continuei com dois notáveis, o escriba do rei e um certo número de homens que veio comigo desde Tavira. Em todos os lugares o escriba do rei ia á frente e conversava com os magistrados, desta forma eles deviam preparar para mim uma casa, uma mesa, uma cadeira e uma vela, de acordo com os comandos do rei. Nós chegamos a uma cidade chamada Beja e fomos até os magistrados a cavalo. No caminho, todos os notáveis da cidade, marranos e cristãos, vieram em três grandes grupos conhecer-me. Quando estávamos chegando perto da cidade, homens, mulheres e crianças também vieram. Quando chegamos até a cidade, entramos na casa de um marrano e ficamos ali pela noite e, de manhã, partimos e chegamos a uma grande cidade, Évora.

Na sexta-feira, a véspera de sábado, os magistrados e muitos homens vieram para me conhecer em dois imensos grupos fora da cidade. Eu entrei na cidade, que era muito grande, e o palácio do rei estava ali, assim como uma comunidade de muitos honoráveis marranos. Nós ficamos na casa de um marrano no sábado e no domingo. Em toda cidade que nós entramos, marranos vieram, homens e mulheres, grandes e pequenos, e beijaram minha mão. Os cristãos tiveram ciúmes de mim, e eu disse a eles: “Me tratem com honra, mas não beijem minha mão. Antes, beijem a mão do rei de Portugal, apenas ele”.

Alguns eram de um coração forte, porque eles acreditavam em mim com uma fé perfeita, como Israel acreditou em nosso mestre, Moisés, que a paz seja com ele! Eu disse a eles em todos os lugares que eu sou o filho do rei Salomão, e que eu não vim a eles com nenhum sinal de milagre ou mistério. Mas sou um homem de guerra, desde minha juventude até hoje, e eu vim para ajudar o seu rei e ajudar vocês. Da mesma forma, eu vim para seguir pelo caminho que irá guiar-me até a terra de Israel.

Eu parti de Évora e os magistrados vieram para me escoltar. Com eles estava muitos nobres e homens, numerosos demais para se contar. Eles andaram comigo uma boa distância e depois retornaram. Em todo caminho que eu passei, marranos vieram até mim de todos os lados e todos os cantos para me acompanhar. Eles me deram presentes alguns justos gentios também. Até que eu cheguei a uma distância de quatro quilômetros do rei. Agora ele estava residindo em Almeda, pois ele partira por causa da praga em Lisboa. Eu escrevi para ele, como segue-se: “Veja que cheguei até este lugar, e eu ficarei até que as suas ordens me deixem saber se eu posso me dirigir até tua honra,” e enviei um honorável e velho gentio para o rei, assim como seu escriba, que tinha vindo conosco desde Tavira, onde recebera o encargo das despesa da jornada. Eles

retornaram a mim e disseram que o rei havia chamado seus conselheiros e que eles estão discutindo em conselho sobre o assunto. Alguns dizem isso, outros dizem aquilo, alguns deles dizem: “Mostre a ele honra e envie todos os honoráveis e notáveis diante dele para acompanhá-lo, pois ele veio de uma terra distante para procurar por ti e servi-lo,” mas Don Miguel, meu inimigo, só porque eu desejei matá-lo com uma espada em Roma, praguejou e falou contra mim diante do rei, dos notáveis e dos mensageiros que eu enviei. Eles perguntaram ao escriba se os marranos me mostraram mais honra do que os cristãos, e ele replicou dizendo que eles me honraram com grande honra e beijaram minha mão, assim como todos os outros que me honraram e beijaram minha mão durante a jornada.

Então disse Don Miguel ao rei, “Eu não disse a você que ele veio para destruir teu reino e para restaurar os marranos a fé dos judeus? Se fraquejar e mandar para ele os notáveis para honrá-lo, todos os marranos em seu reino vão segui-lo e irão testemunhar como os cristãos serão feitos judeus.”

Todas essas coisas disse o perverso Don Miguel ao rei, aos seus conselheiros e mensageiros. O rei perguntou aos seus conselheiros o que dizer ao rei judeu. Eles lhe disseram: “Diga que tua avó está morta e que teu luto pode não mostrar a ele honra este ano como é o nosso costume, e peça perdão pelo embaixador que desejou vir até você com seus servos de Tavira”.

E quando ouvi as palavras do rei e seus conselheiros, eu fui, com todos os meus servos e homens que me acompanhavam, a cavalo até o rei. Éramos em média cinquenta homens e quinze cavalos, e algumas mulas que carregavam meus pertences. Chegamos a Almeda e fomos até a o palácio e a corte do rei. Eu estive em jejum do domingo até a quarta-feira quando fui até o rei e estive diante dele, com todos os meus servos e companheiros, cada um com sua espada em cima de sua coxa. Eu disse ao rei e a sua esposa, a rainha, “Estou cansado e fatigado da jornada, e estive em jejum por quatro dias. Não posso falar contigo hoje, mas se isso parece bom a seus olhos eu irei á minha casa hoje e amanhã falaremos, tu e eu”. E eu não estive pensando em beijar sua mão, nem quando entrei ou quando saí, por causa do ódio em meu coração pelo que o perverso Don Miguel havia me causado.

Depois disso eu deixei o rei e fui a Santarem até a casa de um marrano, que eles tinham preparado para mim. Era uma grande casa, e o seu mestre era ligeiramente severo, mas sua esposa era realmente honorável. Veio até mim um marrano que falava árabe e que havia vindo num dos navios do rei, que o enviava a cada dois anos para a

ilha dos negros (Abyssinia). Ele me disse que foi a uma ilha no mar em uma viagem de meio-dia e que ficou uma hora naquele lugar. Ele permaneceu perto de uma grande montanha em que chamas ardiam dia e noite e em que fogo e fumaça subiam aos céus. Perto daquela montanha o rei de Portugal enviara os jovens filhos dos marranos e os deixou lá até o exato dia de hoje. Eles estão perto de uma tribo da ilha que come carne humana. Aquele marrano havia aprendido astrologia. Também vieram a mim um dos capitães dos barcos do rei. Ele me disse que viajou de Formosa para a capital de nosso reino e ficou lá por um ano, nos dias de meu senhor, meu pai (Que a paz seja com ele!), a vinte anos atrás. Ele havia escutado que havia um rei entre os judeus cujo nome era Rei Salomão e este capitão dissera tudo isso ao rei de Portugal. Ele era um homem honorável e o rei o amava. Ele se tornou meu amigo em Portugal, e eu também o amei. Ele pediu a mim que escrevesse meu nome como um sinal de que isso seria um memorial entre mim e ele até que chegasse a hora, e assim eu o fiz, foi um segredo entre nós dois. Ele era realmente um cristão e amava a todos os judeus. Eu jejei continuamente por seis dias e noites, e todos os cristãos e marranos vieram para me ver de dia e de noite.

O rei convocou a mim na quarta-feira, oito dias depois que eu cheguei aqui. Fomos até ele, eu, o velho Salomão Cohen, Benzion e meus servos. O rei chamou um marrano, um velho físico, que era um intérprete entre eu e o rei em hebreu. Aquele velho homem era um pouco surdo, e quando ele falou com o rei e comigo, estava com muito medo e preocupado. O rei disse, “Eu tenho ouvido que você fala árabe muitíssimo bem. Eu tenho um servo que fala bem arábico, e ele vai escutar suas palavras do começo ao fim e dizê-las para mim”. O rei chamou aquele senhor e disse: “Fale com aquele embaixador em arábico,” eu falei em arábico com aquele senhor e ele interpretou minhas palavras ao rei.

Eu depusitei nas mãos do rei todas as cartas e conversei com ele sobre minhas missões. Eu contei a ele toda a minha jornada, que foi imensa e vasta, até o momento em que eu cheguei a ele. Eu também o disse: “Rei Joseph, meu irmão, pede-me com referência dos artífices por armas para o seu reino.”

O rei esteve muito satisfeito com minhas palavras e seu coração se regozijou grandemente. Ele me disse: “Este problema é do Senhor. Eu vou fazê-lo, e este será o meu desejo”.

A situação foi boa a seus olhos, e aos olhos de todos os seus lordes. Então, o rei disse-me: “Retorne de Santarem para Almeda, que está perto daqui.” O rei ordenou ao

velho senhor preparar um cavalo para mim fora do palácio, e assim ele o fez. Eu enviei tudo o que havia em minha casa, camas, lençóis e todas as fortunas e objetos. Parti de Santarem até a casa que haviam preparado para mim em Almeda, perto do palácio.

Depois disso um grande senhor muçulmano, um juiz do rei de Fez, veio até mim. Ele foi enviado por esse rei para o rei de Portugal, e era um homem honorável, um amigo dos judeus. Ele possuía dez servos. Esse juiz veio até a minha casa porque o rei de Fez ouviu falar de mim e o deu ordens de ir primeiro ao rei de Portugal, e em seguida vir até mim. Ele me deu cartas dos juizes de Fez, de R. Abraham Ben Zimori de Asfi-Safi e uma terceira carta, do capitão de Tangier. Então o juiz me perguntou o meu país, se muitos judeus estavam lá. Eu o respondi dizendo que este era o deserto de Habor, e que havia trezentos mil judeus em meu país. Também disse a ele que o rei José, meu irmão, governa sobre eles e que ele tem setenta conselheiros e muitos lordes. Continuei, dizendo que sou um lorde militar sobre os caminhos e as guerras. O juiz disse-me, “O que você está buscando neste reino a que veio de leste a oeste?” Eu o respondi dizendo que nossos jovens eram treinados para a guerra, e que esta guerra era de espadas, lanças e arcos. Também disse a ele que nós desejávamos ir, com o apoio de Deus a Jerusalém e tomar a terra de Israel dos muçulmanos, para que houvesse um fim e uma salvação. Sobre minha busca, disse que buscava sábios artesões que soubessem fabricar armas e armas de fogo, para que eles pudessem ir a minha terra, fabricá-las e ensinar nossos soldados. O juiz se maravilhou grandemente e disse-me, “Nós cremos que seu reino retornará às suas mãos desta vez, e se você retornar, será benevolente conosco?” Eu o disse, “Sim, nós seremos benevolentes para com vocês e para com todos que fazem o mesmo com Israel, que está submissa a Ishmael e Edom. Disse-lhe mais: “Você também crê que o reino da terra de Ishmael retornará às nossas mãos?” e ele me respondeu: “Em todo o mundo as pessoas creem nisso”. Eu o disse: “Nós somos reis, e nossos pais foram reis nos tempos da destruição do templo até este dia, no deserto de Habor. Existem nove tribos e meia na terra de Etiópia e outros reis. A tribo mais próxima de nós é a de Simeão e a de Benjamin. Elas estão no rio Nilo, acima do reino de Sheba, e residem entre os dois rios, o rio azul e o rio negro, que é Nilo. A sua terra é boa e extensa. Eles tem um rei e seu nome é Baruch, filho do rei Japhet, e tem quatro filhos: Saadiah, o mais velho, Abraham, o segundo, Hoter, o terceiro, e Moisés, o último. Os números deles são semelhantes aos de Habor, trezentos mil judeus, e nós temos conselhos juntos.”

O juiz disse-me, “Você não gostaria de escrever para mim uma carta ao rei de

Fez?” Eu respondi, “Eu não preciso escrever, mas você pode dizer todas essas coisas a ele pelas palavras de sua boca e dá-lo por mim mil agradecimentos e dizê-lo que os judeus sob seu poder devem ser protegidos por ele, que ele deve honrá-los e que este será o começo da paz entre ele e nós, entre nossa semente e sua semente”.

O juiz também me perguntou, “O que você vai fazer com os judeus em todas as terras a oeste, vai vir ao oeste por eles e como vai lidar com eles?” Eu respondi que nós deveríamos primeiro retomar a terra santa e seus arredores e então nossos capitães das hospedarias irão com força total para leste e oeste para reunir os dispersos de Israel. Continuei dizendo que quem quer que seja sábio entre os reis muçulmanos irá subjugar os judeus sob seu poder e trazê-los para Jerusalém. Dessa forma, ele terá muita honra, mais do que todos os reis muçulmanos, e Deus irá entregar todos os reinos ao rei de Jerusalém. O juiz também me perguntou, “É verdade que os judeus em Fez e sua vizinhança disseram, assim como os muçulmanos, que você é um profeta e o Messias?” E eu o respondi, “Deus me livre, eu sou um pecador perante o Senhor, maior do que qualquer um de vocês, e eu assassinei muitos homens. Um dia eu matei quarenta inimigos. Não sou nem um profeta nem o filho de um profeta, nem um homem sábio nem um cabalista, mas sou um capitão das tropas, filho de Salomão o rei, o filho de Davi, filho de Jessé, e meu irmão, o rei, governa sobre trezentos mil nos confins de Habor. Além disso, os marranos no reino de Portugal, os judeus na Itália e todos os que estiveram nos lugares em que passei também pensaram que eu fosse um profeta, homem sábio, ou cabalista, e eu os disse, “Deus me livre, eu fui um pecador e um homem de guerra da minha juventude até hoje.” Depois disso o juiz começou a escrever para os judeus de Fez e para R. Abraham Ben Zimori de Asfi-Safi, eu também escrevi para eles e entreguei as cartas a ele. O juiz seguiu seu caminho em paz.

Depois destas coisas veio diante do rei um grande muçulmano de Formosa e de origem real, do país da Índia, perto do deserto de Habor. O motivo de sua vinda foi que um capitão dos navios do rei assassinou seu irmão e tomou para si todo o seu dinheiro, e esse capitão foi aprisionado por causa das dívidas do navio do rei que ele não entregara ao tesouro real. O rei honrou o senhor muçulmano e perguntou a ele sobre mim, se ele possuía qualquer conhecimento sobre o deserto de Habor. Ele respondeu ao rei, “Sim, no deserto de Habor existem muitos judeus e homens ricos que possuem muitos rebanhos. Eles tem um rei que se chama José, ele tem setenta conselheiros, e os judeus fazem grandes coisas no deserto de Habor.” Ele falou ao rei sobre problemas particulares que não poderiam chegar aos ouvidos dos conselheiros e lordes. Havia

marranos na presença do rei, e eles me disseram todas essas coisas. Joseph Cordelia também veio a mim e me entregou uma carta em árabe do rei que governa no oeste, além do reino de Fez. Este é o fim do mundo. Não há nenhum reino atrás deste, somente desertos, e eles têm vizinhos, árabes e muçulmanos, que têm acampamentos no deserto. O rei deles é um muçulmano dos filhos de Mahomet, seu nome é Sherif.

Ele é um homem forte e sábio, e possui em seu reino judeus que residem numa montanha. Essa montanha é chamada Asum, e está no fim do mundo. A maioria dos judeus que vivem naquelas vastidões são pobres, porém fortes. Um deles veio até mim. Era um sacerdote, e seu coração era o de um leão. Eles não são como os judeus que vivem sob o poder dos muçulmanos. Numa carta que recebi, estava escrito o seguinte, “Olhe, eu ouvi falar de ti, de que sua arte veio das tribos até o rei de Portugal. Você ouviu falar dessas pessoas que saíram das vastidões separando-me dos negros, pois elas tomaram de nós todos os árabes que habitavam no deserto. Eles, suas esposas, seus rebanhos, seus jovens e tudo o que lhes pertencia. Nenhum dos capturados retornou. Não sabemos se foram mortos ou o que foi feito deles, mas um fugitivo que escapou veio até mim e me falou sobre a situação. Eu enviei cartas aos judeus dizendo para eles irem e vê-los, porém eles não me retornaram. Nós nos preocupamos muito com essas pessoas. Eu escrevi para você sobre eles para que possa, em sua bondade, me escrever e dizer, de sua terra, tudo o que você sabe de fato. Não esconda nada de mim, nem de sua terra e nem de todas as outras tribos. Diga-me tudo.”

Depois que essa carta chegou a mim eu chamei pelo homem que falava em árabe, o intérprete entre mim e o rei, e ele leu-a para mim. Eu entendi tudo o que nela havia. Eu respondi á carta, dizendo ao homem que conhecia a escrita arábica, “Eu pertenço ao deserto de Habor, e nós possuímos trinta vezes dez mil judeus. (Que o senhor possa aumentá-los em um milhão!) Eles são os filhos de Reuben, Gad e da meia tribo de Manasseh. O rei José, meu irmão, é o seu rei, e eu sou o senhor de suas tropas. As outras nove tribos e meia estão nas terras dos negros na Etiópia, em quatro lugares. Os filhos de Moisés estão em outro lugar no Rio Sambation, entre as duas tribos de Simeão e Benjamin, que residem na cabeça do rio Nilo e no rio branco atrás dele. Eles estão entre dois rios, além da tribo do reino de Sheba. Essas duas tribos enviaram homens a nós e nós enviamos homens a eles. Eles nos disseram o que ouviram e souberam sobre as outras tribos que estão nas terras dos negros que estão próximas a eles. Nosso país está longe deles, já que estamos no leste.”

Eu escrevi todas essas coisas e enviei a carta a aquele rei, e partiram tanto o

mensageiro quanto R. Abraham Zimori, que fora até o rei Sherif, que tinha enviado uma carta até ele. R. Abraham era um grande homem, muito honrado pelos cristãos e seus reis e por todos os muçulmanos e seus reis.

O rei Sherif disse a R. Abraham todas essas coisas, e ele retornou a seu país antes do último ano novo, 5286 (1525). Ele escreveu para mim, de Asfi-Safi, tudo o que o rei lhe dissera sobre as pessoas que vieram do deserto de Habor. Elas disseram que aquele deserto é tão grande quanto o mar, e que eles não conhecem o fim do deserto. Os judeus em todos os reinos muçulmanos ouviram falar de mim, e enviaram mensageiros para mim em Portugal de Tlemcen, Mascara, Fez e todos os seus arredores e das colinas de Oran. De muitos lugares chegaram cartas até mim em Portugal.

Além disso, marranos de grande importância vieram a mim e me disseram que eles viram quatro estandartes nos céus. Disseram que muitos homens, cristãos, sacerdotes, marranos estavam a postos e falaram a mim e a Solomon Cohen sobre o acontecido. Eu encontrei dois pequenos filhos dos marranos, que jejuaram nas segundas e quintas-feiras com devoção e acreditavam na salvação do Senhor. Eu disse a eles, “Confie no Senhor e façam o bem, pois o grande e temível dia do Senhor está chegando.”

Eu fiz paz entre os marranos por todos os lugares onde passei, e eles ouviram minha voz. Entre os marranos estão homens fortes e militares, homens sábios e artífices em armas de fogo. Eu vi que eles são mais fortes e melhores do que os judeus que eu havia visto antes. A senhora em Naples teve uma filha em Lisboa que jejuava todos os dias, e essa filha tem um filho e uma filha que jejuava nas segundas e quintas. Ela é muito estimada e muito caridosa. Ela faz boas ações assim como sua mãe. (Que Deus a abençoe!) Todos os marranos creem em Deus, exceto um físico, que era Lazoa. Ele veio até mim e falou contra a nossa religião. Eu estava prestes a bater nele mas Carbalia (Cordelia), o marrano de Tavira, segurou minha mão e então se arrependeu.

O homem que entendia a língua árabe veio até mim e disse-me, “O rei fará um grande banquete e terá um dia de alegria. Eles estão preparando sua mesa ao ar livre, e se o rei vir a ver sua arte em sua presença, seu coração se alegrará”. Eu fui ao palácio e vi como eles prepararam a mesa para ele e vi todas as demais coisas, numerosas demais para serem mencionadas. Eu vi na mesa grandes e pequenos vasos de prata, e o grande recipiente de onde ele bebe água era de ouro. O rei e seus irmãos saíram de suas casas de oração e ficaram na mesa. Em seu palácio existiam quatro aposentos cheios de lordes, e eles vieram para fora para ver como andava a refeição do rei.

Todos eles ficaram diante do rei, cada um com o capuz em sua mão. Os garotos de dez anos ou mais, filhos dos lordes, ficaram diante do rei em volta da mesa, cada um de joelhos em reverência. O rei possui quatro oficiais, e cada um deles possui um bastão em sua mão com o qual golpeiam e afastam a multidão de diante do rei, pois o rei tem medo de todos os seus súditos. Naquele dia, durante o jantar, eu me sentei entre as pessoas e o rei acenou, me chamando para ir até ele. Eu fui até ele com o homem que falava em árabe e meus servos. O rei chamou um de seus oficiais e o disse: “Afaste os homens que estão em frente à janela, e eles eram lordes de grande importância, e faça com que o embaixador judeu fique em frente a ela.”

Eu me sentei naquela janela, o lugar apontado a mim pelo rei. Eles estavam soprando trompetes e tocando todo tipo de instrumento musical, o rei sentou-se na cabeça da mesa e seus três irmãos se colocaram atrás dele e lhe deram uma grande bacia de prata para lavar suas mãos. O jarro onde a água estava era de ouro, e dois dos seus irmãos levantaram-se, curvaram-se diante do rei e beijaram a bacia de prata antes que o rei lavasse suas mãos nela. O homem que lavou as mãos do rei bebeu um pouco da água antes que o rei lavasse suas mãos, e o terceiro irmão do rei, que era o cardeal, se curvou diante dele e beijou a bacia depois que ele lavou as mãos. Eles ficaram no banquete, e na mesa havia um cordeiro morto, porém não por um uma faca. Eles removeram seu estômago, mas o cordeiro estava inteiro dos pés a cabeça e tinha chifres dourados. Eles também colocaram na mesa quatro porcos, inteiros da cabeça aos pés, e muitos pássaros. Eles removeram as tampas, e o rei e seus irmãos comeram atrás da mesa. Seus irmãos também beberam água e comeram novamente. Eles cortaram para o rei todos os tipos de carne e ele comeu um pouco de cada um. E assim fizeram a seus irmãos, e cada um deles tinha servos pela mesa. Eles deram ao rei água pela segunda vez e a seus irmãos, e eles beberam água três vezes. Depois disso eles deram frutos a ele e a seus irmãos, além de doces e muitas coisas.

Depois disso eles removeram os panos da mesa e o rei se levantou próximo à mesa. Os sacerdotes o abençoaram e todas as pessoas se curvaram. Depois que o rei entrou antes de sua esposa, a rainha, eu entrei atrás dele com o homem que falava em árabe. Os grandes lordes vieram atrás de mim e ficaram diante de rainha. O capitão que fora feito prisioneiro e que esteve na Índia foi trazido até a rainha naquele dia, e eu fiquei diante do rei. Em minha presença, o rei chamou o capitão e o disse, “Existem judeus na Índia e em Calicute?” e o capitão respondeu, “Existem muitos judeus em Singoli, a dez dias de Calicute.” O rei também o perguntou, “Você ouviu falar de que os

judeus tem reis?” e ele respondeu dizendo que os judeus têm reis. Depois disso eu saí da presença do rei e da rainha. Eu estava no pátio e ainda não tinha ido embora quando encontrei o irmão do rei, chamado Alorsi, e ele chamou a mim e ao homem que falava em árabe, o intérprete entre nós. Nós fomos até ele, e ele falou comigo sobre a jornada e outros assuntos, e eu respondi a ele, “Tudo o que teu irmão o rei desejar, eu o farei.” Depois disso eu retornei para casa com vida e em paz, e desde o dia em que vi o rei beber água e seus irmãos bebendo água da mesma forma, embora estivessem no próprio reino, eu prometi em meu coração não beber vinho mas apenas água. A razão é que eu vim do leste ao oeste pelo amor de Deus e pelo amor de seu povo, e pelo amor da terra de Israel. Eu estou no Galuth (cativeiro, prisão) e do dia em que comecei a beber água eu comi em minha mesa no jantar mais do que comia antes, e mesmo depois de um jejum, água é melhor do que vinho...

Depois de todas essas coisas, quatro marranos foram levados em custódia da minha casa e colocadas numa prisão. Os lordes do rei fizeram isso sem o seu conhecimento. Eu escrevi para o rei dizendo que eles foram pegos, e quando o rei ouviu isso ele ordenou para que os libertassem, e aqueles marranos vieram até mim. Depois que o rei nos chamou até ele na sala da rainha e disse: “Estou feliz que tenha vindo para ajudar-me, mas ouvi dizer que veio para restaurar os marranos á religião dos judeus. Os marranos oram contigo e leem os seus livros dia e noite, e você fez para eles uma sinagoga.” Eu fiquei muito zangado com o rei e disse-lhe, “Eu vim do leste ao oeste somente para exaltar o teu reino e para ajudá-lo. Eu não vim por causa dos marranos, e tudo o que os difamadores lhe disseram sobre mim é falso e não totalmente verdadeiro.” O rei disse-me, “Se as palavras deles são verdadeiras, não se aproxime tanto se deseja fazer minha vontade.”

Depois disso o rei me acalmou com boas palavras, porque ele viu que eu estava zangado. Ele falou comigo sobre minha jornada e sobre grandes e pequenas armas de fogo. Ele prometeu me dar quatro moinhos em navios para levar ao nosso país. Eu deixei o rei e fui para casa. Depois disso o imperador enviou para sua esposa, a irmã do rei de Portugal, homens, cavalos e mulas em grande número, e o embaixador como seu líder. O embaixador do imperador veio até minha casa e disse-me que o imperador ouviu falar de mim, que ele estava satisfeito com a situação e que ele desejava me ver. Eu fiquei diante do embaixador durante duas horas, e Judah, já mencionado, foi o intérprete entre mim e ele. O duque também veio de seu país para Almeda para se encontrar com o rei, seu parente. O rei falou a ele sobre mim, e na segunda noite o

duque veio até mim disfarçado e com quatro servos. Eu estava sentado á minha mesa, comendo. Ele foi embora, assim como seus servos. Depois que eu repousei, marranos vieram a mim e disseram que ele era o duque e havia vindo me ver em disfarce. No próximo dia a rainha retirou-se para suas núpcias com o imperador, e seu irmão, o rei, o acompanhou, e o duque com ele. Eu também fui a cavalo para acompanhar a rainha. Um renegado que havia se tornado muçulmano e em seguida cristão, chamado Aldeka, de Asfi-Safi, veio para me ver. Depois que eu acompanhei a rainha por aproximadamente dezoito quilômetros, eu deixei o rei e sua irmã, a rainha, retornei para casa e cheguei lá quando já era noite. O rei retornou no dia seguinte, e os judeus me disseram que Aldeka era um renegado e um homem perverso, porém, assim que pude ver que ele era um homem forte e que sua face parecia a de um homem digno, eu chamei ele naquela noite e o disse, “Eu ouvi falar que você se tornou um muçulmano e então um cristão, mas eu acredito em você e em suas palavras de que deseja me servir, mas é melhor que você vá e deixe minha casa.” Aldeka respondeu, “Seja bom para comigo, pela causa de Israel, mas não por minha causa, pois eu pequei e transgredi, e fiz coisas piores do que os homens lhe falaram sobre mim. Eu desejo retornar com a sua ajuda e remorso. Eu juro pela lei de Moisés que eu desejo me arrepender se você esmorecer em me receber. Deus aceita os contritos e eu vou ficar diante de ti até morrer e vou servi-lo, com todos os seus cavalos, com todo meu coração, e farei tudo o que me propor.” Ele colocou o Pentateuco em seu pescoço, fez um juramento sobre ele e ficou em minha casa. Eu tenho um bom cavalo, melhor do que qualquer um dos cavalos do rei, o cavalo no qual eu cavalgo. Aldeka era um homem forte e todos os dias ele cuidou do cavalo, o alimentou, o limpou, removeu suas fezes. Ele fez todos os afazeres em minha casa e foi eficiente. Se os judeus fossem comprar qualquer coisa no mercado, Aldeka iria com eles e com o mesmo dinheiro pago em dobro. Mas os judeus brigaram com ele e me deram um relatório que dizia que ele estava doente. Eu os disse, “Eu não posso tirá-lo da minha casa porque ele é muito eficiente e ajuda com o cavalo e com os afazeres de casa. Vocês não podem fazer o que ele faz nem o trabalho que ele faz para mim.” Aqueles judeus eram fracos e não trabalharam para mim. A única força deles estava em suas línguas. Eles estavam me fazendo todos os dias pedidos e petições, e se eles viessem comigo até diante do rei, iriam se encolher, pois eram tímidos, de coração fraco e não tinham modos.

O homem que falava em árabe me disse que esses judeus não tinham modos e que não serviam para a minha honra. Eram orgulhosos e não tiravam seus chapéus de

suas cabeças, tanto na minha casa quanto no palácio. Os gentios falaram contra eles e os desprezaram, pois nenhum deles podia vestir um espada em seu ombro. Eles são uma desgraça para nós. Aqueles judeus, que vieram de Asemur e Asfi-Safi sem salvo-conduto, foram levados em custódia em sua viagem a Tavira, e teriam de dar um penhor de quatrocentos ducados no caso de não terem enviado o seu salvo-conduto ao rei. O magistrado de Tavira escreveu ao rei sobre eles, dizendo que eles vieram sem um salvo-conduto. O rei me convocou e fui até ele com Judah e com o homem que falava em árabe. O rei me perguntou como os judeus vieram até aquele país sem um salvo-conduto, e eu o respondi, “Eu escrevi dizendo que eles deveriam vir até mim e eles vieram para ser meus servos. Eu imploro a sua majestade para que escreva para o magistrado em Tavira, dizendo para cancelar a fiança que ele recebeu deles e por meu pedido dar a eles um salvo-conduto e que nada nem ninguém os faça mal em Tavira.”

O rei ordenou ao seu escriba para escrever deste modo ao magistrado. Ele me convocou quatro vezes em dois dias sobre os marranos, e desejou saber o que eu estava fazendo com eles. Ele me disse, “Eu ouvi falar que você circuncidou meu secretário.” E eu o respondi, “Deus me perdoe, isso não é verdade, eu não vim para fazer essas coisas, não incline seus ouvidos para caluniadores pois eu vim somente pelos meus negócios e para teu serviço.” O rei demitiu esse sujeito e falou comigo a respeito da jornada e dos navios, e eu deixei o rei e fiquei em casa por quatro dias. Então o rei me convocou e me disse, na presença de Judah e do homem que falava em árabe, “Eu estou feliz contigo e que tenha vindo para me ajudar, mas a tua arte está arruinando meu reino. Pois todos os cristãos dizem que você restaurou os marranos ao judaísmo, que todos eles beijam sua mão e que quando está sentado á sua mesa, seus filhos se curvam perante ti.” Eu respondi ao rei com raiva, “Eu vim do leste ao oeste para servi-lo até que me deixes ir em paz. A porta de minha casa está aberta para todo homem, cristão ou marrano, e eu não sei se eles são cristãos ou marranos. Não ouça a voz dos caluniadores, cujas palavras são falsas e mentirosas...”

Então o rei estendeu-me a sua mão e disse-me, “Faça-me o favor de não permitir a nenhum homem beijar a tua mão.” Ele prometeu me dar, no mês de Nisan, oito navios com quatro mil armas de fogo, grandes e pequenas. Eu acreditei nele e o deixei. Fui para casa e fiquei lá até a noite. O escriba, que fora secretamente circuncidado, veio me falar naquela noite. Eu estava zangado e lhe disse, “Veja o que você causou a nós. Vá a Jerusalém e não seja visto aqui ou eles vão queimá-lo ou açoitá-lo,” e ele me deixou.

Esse secretário veio até mim antes de ser circuncidado e me contou um sonho

em que ele fora circuncidado. Ele me pediu para circuncida-lo ou para ordenar o meu servo Salomão fazer o mesmo. Eu fiquei zangado com ele e disse, “Fique com os seus deveres diante do rei até que o Todo poderoso abra a porta. Ele conhece os pensamentos dos homens e sabe que suas intenções são boas, mas tome cuidado fazendo essas coisas nesta hora, ou você, eu e todos os marranos estaremos em grande perigo.” Ele me deixou depois dessa conversa entre nós sobre circuncisão. Ele era um secretário e muito honrado perante o rei. O problema foi descoberto pelo rei de Portugal e por todos os seus lordes. Todos os cristãos e marranos souberam que ele havia circundado a si mesmo, fugido e desaparecido. O rei e seus lordes disseram que eu fiz o secretário circuncidar a si mesmo, embora eles soubessem que eu mesmo não havia feito isso.

Depois destas coisas o rei me enviou, quando eu estava em casa, seus servos para me acompanhar e me proteger por alguns dias. Ele também enviou o seu oficial a cavalo para me acompanhar. Naquele dia eu fui ao rei e ele me falou dizendo, “Eu tenho muitos problemas para serem resolvidos, e será inviável enviar os navios com você para o leste, neste ano e no próximo. Se você não desejar ir á sua pátria, vá em paz, e eu lhe darei minhas despedidas e o abençoarei por todos os dias em que você veio de sua pátria para me servir e me ajudar. Vá ao imperador, se não á sua pátria, e diga-lhe tudo. E se isto não for o seu desejo, retorne a Roma ou vá para Fez, escolha o destino que desejar.”.

Agora, eu estava furioso até a morte sobre esse problema, e respondi ao rei de Portugal com grande ira dizendo, “Tu prometeste a mim os navios e prometeste me deixar ir no mês de Nisan, porque tu mudaste teu coração? Não é meu desejo ir agora ao imperador ou a Fez, mas para Roma, para o Papa.” O rei me disse, “Pense sobre o assunto por oito dias.” Eu o deixei e fui para casa. Ele, depois disso, me convocou e disse, “O que pretende fazer, e qual caminho irá tomar?”. Eu o respondi, “Eu desejo retornar a Roma e ao Papa. Ore e escreva a ele cartas que possam ser testemunha entre mim e você, ao rei Joseph, meu irmão, de que eu vim ao seu reino. Também me escreva uma carta de salvo-conduto para todos os cristãos.”

O rei respondeu, “Eu farei o que desejas.” Ele chamou Antonio Carnieri, seu secretário, e, na minha presença, ordenou a ele escrever as duas cartas. Ele escreveu uma terceira carta para mim a Tavira, dizendo que eles deveriam me dar trezentos ducados, e disse-me, “Siga-me até Santarem e receba as cartas. Eu enviarei homens a você para escoltá-lo até Tavira.” Eu deixei o rei e voltei para casa. Naquele dia o rei foi a Santarem com a rainha, para solicitar um remédio para o seu filho que estava doente.

Eu fiquei por três dias em Almeda e viajei com todos os meus pertences a Santarem até uma bela casa próxima ao rio. Aldeka ajudou-me com todo o trabalho de dentro e fora da casa. Chegou até mim uma denúncia de que os cristãos haviam feito uma efígie como eu e a zombaram. Quando os marranos ouviram isso se levantaram contra os cristãos, os feriram e levaram deles a efígie contra a sua vontade. Os magistrados detiveram dois marranos e os colocaram na prisão. Eles me escreveram pedindo para ajudá-los, e eu imediatamente fui ao rei e o disse, “É correto a seus olhos que os cristãos façam uma efígie de mim, que me zombem e que, quando os marranos se levantem contra eles e tomem deles a efígie, os magistrados prendam dois dos marranos? Se eu encontro bondade e generosidade ante os seus olhos, escreva aos magistrados e diga-os para libertarem os prisioneiros.” Na mesma hora o rei ordenou para que essa carta fosse escrita. Ele a assinou na minha presença. Ele riu, e eu o disse, “Eu imploro a sua majestade para dar-me esta carta e para enviar um de seus servos para ir comigo e libertar os prisioneiros.” E assim foi feito.

O rei me perguntou sobre minhas bandeiras e disse, “Eu ouvi falar que você tem belas bandeiras, o que você pretende fazer com elas?” Eu respondi dizendo que elas são o símbolo entre mim e as tribos, e que eu vou desfraldá-las quando for com o exército. O rei disse “Bom” e eu o deixei e fiquei em minha casa por dois dias. O cardeal, irmão do rei, me convocou, e eu fui até ele com o homem que falava em árabe. O cardeal me mostrou grande honra e me perguntou sobre as bandeiras e sobre a jornada. Eu respondi dizendo que as bandeiras eram o meu símbolo e que eu estava indo a Roma. Ele me disse: “Você não vai se juntar á minha fé para que eu possa torná-lo um lorde?”.

Eu o respondi, “Você me faria como o corvo que Noé enviou da arca e que nunca retornou? Essa situação não seria bem vista pelos reis, meus antepassados, pois eu sou o filho de um rei da semente de Davi, o filho de Jessé. Eles deveriam acreditar em mim pela minha herança. Eu não vim do leste ao oeste para fazer isso, mas vim a serviço de Deus para fazer o meu nome eterno, através dos atos dignos de mérito que vim para fazer. Como pode o seu coração o compelir a pedir isso a mim? E eu disse ainda mais, “Se eu dissesse a você para se juntar a minha fé, você o faria?” e o cardeal respondeu, “Não”.

E eu o disse, “É melhor que tu permaneças em tua fé e eu na minha: tu dizes que sua fé é verdadeira e eu digo que a minha é verdadeira, a fé de Moisés e Israel.” Eu estava zangado com ele. Depois disso ele falou boas palavras a mim, eu o deixei e fui para casa. No dia seguinte a rainha me convocou e me perguntou sobre as bandeiras e

como eu pretendia fazer minha jornada. Eu respondi que as bandeiras são o meu símbolo e que eu estou indo a Roma, com a ajuda de Deus. A rainha replicou, “Vá em paz e retorne em paz a seu país. O rei disse-me que seu coração está alegre com você. Ouvi dizer que ele escreveu cartas suas para o Papa, Deus o abençoe!” Eu me despedi e a deixei, e todos os marranos vieram a minha casa de dia e de noite. Eles estavam entristecidos por eu estar indo embora. Seus filhos vieram para beijar minha mão na presença dos cristãos, até eu deixar Santarém. Mas o Todo Poderoso foi testemunha de que eu não fiz nenhum mal aos marranos em todo o reino de Portugal. Obrigado Deus!

O rei fora muito bom e esteve irado com os caluniadores. Ele os disse para não mais falar sobre o embaixador que seguia as suas ordens. Depois disso o homem que falava em árabe veio a mim com as cartas escritas em uma bela caligrafia em papel por Antonio Carnieri, e ele, na inocência de seu coração, escreveu boas coisas com muita honra naquelas cartas. O homem que falava em árabe disse, “Vamos embora, agradeçamos o rei e o deixemos. Eu levarei as cartas para ti em sua presença.” Quando estive diante do rei eu estava zangado e disse que o Papa escreveu cartas para mim em pergaminhos e que aquelas cartas estavam no papel. Continuei, dizendo que havia vindo do leste ao oeste a serviço dele, mas se as cartas estivessem em pergaminhos elas iriam permanecer como testemunhas entre nós e os filhos de nossos filhos, dessa forma eles saberiam que eu estive em seu reino. O rei replicou, “Não é de nosso costume, assim como do Papa, escrever em pergaminhos.” Eu o disse, “Eu o peço como um favor escrevê-las desta vez em pergaminhos, pois eu desejo que as cartas se tornem um memorial.” Ele respondeu dizendo que assim o faria por amor a mim. Então o rei disse a Don Miguel para escrevê-las em pergaminhos e assim ele o fez, mas as cartas estavam sem as expressões de honra deixadas por Antonio Corenzi. Apesar disso minha fúria fora diminuída, pois os anciãos e o rei Joseph, meu irmão, disseram-me para não me enfurecer. Quando estive em Pisa na casa de R. Jechiel, sua velha avó Sarah, que era uma mulher rica e sábia, me disse, “Eu tenho visto que você tem estado zangado em todos os seus dias. Se você não evitar essa raiva você não prosperará em todos os seus dias.” E então ela me deu uma grande bíblia como um presente e escreveu no começo do livro, “Não se zangue e tu prosperarás.” Mas eu não fui capaz de conquistar meu espírito desta raiva e isso causou minha briga com Don Miguel e me trouxe até este ponto. O homem que falava em árabe sempre foi como um espião atrás de Don Miguel e o disse todas as coisas que eu falei ao rei e tudo o que conversei com ele em minha casa.

Depois disso ele me entregou as cartas em pergaminhos mas não me disse que D. Miguel tinha as escrito. Eu procurei pela carta que dizia que eu iria receber o dinheiro em Tavira, pois ele havia me dado duas cartas seladas. Uma para o juiz em Tavira e uma cujo homem que falava em árabe disse que estavam as ordens do rei para me entregar trezentos ducados. Porém isso era mentira, pois a carta verdadeira fora pega por D. Miguel. A carta que ele enviara a mim era falsa e eu não pude examinar a carta porque estava selada, mas eu fiquei com as cartas e acreditei em suas palavras. Depois destas coisas eu fui com o homem que falava em árabe para me despedir do rei, e o rei me disse, “Eu envio com você o homem que fala em árabe para acompanhá-lo na jornada até Tavira. Eu escrevi dizendo que eles deveriam entregá-lo trezentos ducados, se precisares de qualquer coisa escreva para mim”.

Eu deixei Santarém na tarde seguinte. Eu, Solomon Cohen, Judah Perente, Aldeka, o renegado, meus dois servos e o homem que falava em árabe, com quatro outros senhores. Toda a minha bagagem estava em quatro mulas. Nós fomos para Almeda na mesma noite. Todas as casas estavam abertas porém não havia ninguém dentro. Nós fomos a uma casa na qual havia residentes e lá ficamos por toda a noite. De manhã nós recomeçamos a jornada, eu em meu bom cavalo, e viajamos da manhã até a tarde, até chegarmos a Coruche, que é uma cidade aberta com alguns marranos. Nós fomos até a casa de um marrano e eles nos mostraram uma grande honra. Todos os magistrados vieram. Nós deflagramos nossas bandeiras e eles as elogiaram por sua beleza e pelo seu fino acabamento. Uma delas de fios dourados e de uma branca seda, toda bordada de dourado em seu redor. Possuía aproximadamente quatro centímetros de largura.

No centro da segunda bandeira havia tábuas, e dois leões ávidos por elas segurando-as em suas mãos. A imagem era toda de ouro, com os dez mandamentos escritos nas duas tábuas. Ao redor dessa imagem, nos dois lados, havia versos de Deuteronômio do começo ao fim, além de salmos. A segunda bandeira era de seda verde e todos os seus ornamentos eram de prata. A outra bandeira era dourada, e as cinco outras grandes bandeiras eram de seda branca. Nós ficamos em Coruche até a noite, e de manhã nós viajamos a Coimbra e chegamos a uma floresta com riachos. As bestas estavam fatigadas, então nós tiramos delas a nossa bagagem, colocamos no chão e comemos ali. Esta cidade é muito boa, e todas as pessoas vieram para me ver, cristãos e marranos. Eles foram à casa de um marrano e prepararam para mim um fino e grande aposento com uma cama, uma mesa, uma cadeira e um castiçal. Eu comi naquela mesa e

dormi ali durante toda a noite. De manhã eu acordei, tomei banho e orei. Depois disso eles carregaram os pertences em mulas e eu fui em meu cavalo com Solomon Cohen e com o homem que falava em árabe. Os marranos foram em seus cavalos, e nós deixamos Coimbra pela estrada de Évora. Nós chegamos até lá e fomos até a casa de um marrano, lugar onde nos hospedamos na primeira vez. Nós ficamos lá no sábado e no domingo. Cublia, o marrano, que falava hebraico e que me servira do dia em que cheguei a Tavira até o dia em que fui até o rei de Portugal, veio a mim. Ele é um artesão das armas de fogo.

Na segunda todas as pessoas da cidade vieram para me ver. Os marranos estavam lamentando, muito tristes quando fomos embora. Nós deixamos a cidade e fomos a Beja. Quando lá chegamos, entramos na casa de um marrano e eles prepararam para nós camas, mesas e todo o resto. Naquela noite muitos marranos vieram a mim temerosos e chorando. Eu os disse, “Acreditem no Senhor sempre, pois ele terá a alegria de ver a reconstrução de Jerusalém. Não tenham medo. Eu não fui até o rei desta vez para tirá-los daqui e levá-los a Jerusalém, pois ainda temos muitas guerras a travar antes que possam ir para lá. Mas quando nosso país estiver em nossas mãos e eu oferecer sacrifícios, nós viremos até vocês para levá-los a uma terra estabelecida. Desta vez eu vim apenas para lhe dar as boas novas da salvação que logo virá.” Na terça feira nós deixamos Beja e chegamos á noite em um vilarejo onde havia marranos.

Nós ficamos á noite na casa de um marrano, e eles nos prepararam para nós camas e tudo o que era necessário. De manhã viemos para Almadover, que era um lugar fino, e muitos marranos e magistrados da cidade vieram a mim. Em todos os lugares em que estivemos nós deflagramos nossas bandeiras, e eles as enaltecera. Na quinta feira nós fomos a Loule, um lugar fino e uma grande cidade, e eles desejaram ver as bandeiras. Eles nos disseram, “Se desejar qualquer coisa nos comande a fazê-lo, e vamos servi-lo em tudo o que desejar.” Nós ficamos ali por toda a sexta, sábado e domingo, e Aldeka retornou para lidar com alguns problemas e nos serviu. Eu estava com medo dele. Os judeus de Asemmur vieram, isto é, Solomon Levi e seu cunhado Isaac, que era de Asfi-Safi. Na segunda feira nós deixamos Loule e muitas pessoas vieram conosco, como o mestre da casa. Nós chegamos a Tavira e adentramos numa fina residência com muitos quartos, e dormimos ali até de manhã. Mas nós não recebemos o dinheiro – os trezentos ducados que o rei tinha ordenado – pois Don Miguel escreveu o contrário do que o rei havia o comandado a escrever. O homem que falava em árabe sabia de tudo isso, porque ele era o intérprete para o rei. Ele me disse,

“Eu vou falar sobre todo esse problema com o rei,” e pediu licença para retornar ao rei.

Eu comprei para ele um cavalo em Evora por trinta e cinco ducados e em Tavira eu o dei oito ducados, um cinto de ouro, dois feixes de bordados dourados e o enviei ao rei. Ele prometeu levar todos os meus desejos ao rei e foi embora. Eu fiquei em Tavira. Naquela ocasião, R. Moses Cohen veio a mim com cartas do rei Joseph e seus anciãos. Todos os dias, de manhã até a noite, minha casa esteve cheia de marranos e cristãos. Eu achei uma boa ideia enviar como um presente ao rei de Portugal o meu cavalo e todos os seus ornamentos. Também enviei um presente a Antonio Corenzi, um albornoz que eu comprei por setenta ducados. Eu ordenei o envio dos presentes a um jovem chamado Christopoli que estava vivendo em minha casa e era confiável. Aldeka veio até mim e disse que ninguém além dele poderia cumprir essa missão, pois esta precisava de um homem sábio e forte de espírito que fosse capaz de dizê-lo que este fora o presente do embaixador judeu em ordem de que a situação seja boa aos olhos do rei. Eu concordei que ele fosse com Christopoli para ajudá-lo no caminho, pois tinha medo de enviá-lo sozinho. Eu escrevi ao rei dizendo que não havia encontrado nenhum navio para embarcar, que eu estava ficando em Tavira e que não sabia o que fazer. Eu enviei o presente, o cavalo e seus ornamentos, o pedi para me arranjar algum navio dos seus e o disse que eu não recebi os trezentos ducados que ele ordenara, e que ele deveria escrever para Tavira dizendo para me entregarem os ducados em seu nome.

Eu confiei o cavalo e o albornoz a Christopoli e enviei a carta ao rei. Eu escrevi também para Antonio Corenzi. Eu disse a Aldeka para ir com Christopoli, e os dei dez ducados para as despesas da viagem um e os ordenei que não viajassem em cima do cavalo. Depois que eu os enviei a Tavira o jovem escravo etíope fugiu de mim e apenas o grande escravo etíope sobrou. Ele era um homem mau e quando foi ao mercado ele feriu os escravos cristãos. Eles vieram a mim e disseram, “Teu servo fez mal a nós.”. Ele brigou com eles por causa de suas prostitutas, e depois disso aquele etíope atacou o artesão que estava comigo em minha casa e desejou matá-lo. Eu ordenei para que atassem suas mãos e pernas com cordas, e peguei um grande bastão e o atingi na cabeça até quebrá-lo. Eu peguei outro bastão e o bati ainda mais e fiz surgirem hematomas em torno de todo o seu corpo. Então disse ao marrano para dá-lo cem golpes, e nós colocamos correntes de ferro por cima dele e o trancamos em casa.

Ele ficou assim por dez dias, e depois disso eu o libertei e dei-lhe o que vestir. Ele era um escravo apto, belo e forte, e me amava muito. Esse escravo continuou a fazer todos os trabalhos em minha casa como antes, e eu fiz as pazes entre ele e o artesão.

Solomon Levi estava em minha casa. Ele era um fino e forte jovem, e conhecia a língua árabe. Eu o dei minhas roupas de veludo negro, ele as vestiu e foi pelo mercado até a casa dos marranos, seus parentes. Caluniadores o viram e o caluniaram ao magistrado da ímpia cidade, dizendo que em todo o reino de Portugal nem os cristãos, judeus ou marranos podem vestir roupas de seda, e que qualquer um que usar uma vestimenta assim incorreria uma multa de cinquenta ducados. Eles colocaram Solomon Levi, que estava vestindo minhas roupas, na prisão. Quando ouvi falar do problema, eu enviei Solomon Cohen a meu amigo, o grande lorde. Eles libertaram Solomon Levi com os avais que seus parentes os marranos haviam dado por ele.

Eu enviei Solomon Levi ao grande e bom magistrado, meu amigo, para dá-lo um presente de roupas finas, mas ele não as aceitou. Ele me procurou por mim assim como o rei o comandara e me tratou como um pai trata seu filho, e me mostrou sempre bondade. Depois disso eu fui á sua casa e levei comigo vinte ducados e disse, “Por amor a mim, aceite este presente, pois eu ouvi que o rei vai convocá-lo para ir até ele. Pegue isso para as despesas da viagem.” Ele respondeu, “Não tomarei nada de você.”. Solomon Levi estava comigo e foi o intérprete entre nós. Eu o disse, “Eu tenho uma grande armadura de cabeça levantada para as armas e para os pés, capacetes para as cabeças e pescoços cujos só é possível ver os olhos do homem que o usa. Eu compreí isso por trinta ducados e imploro que aceite este presente.”. Ele disse, “Se o rei ouvir falar disso ele vai me açoitar. Em toda minha vida eu não aceitei um presente.” E ainda disse mais, “Ouvi falar que você possui duas finas espadas”, e eu disse, “Se você aceitar uma delas e a armadura, eu vou enviá-las a você e elas serão um memorial entre você e eu do nosso forte e temível amor.”. Ele me disse, “Eu vou aceitar todas elas por teu intento. Envie-as para mim por Solomon Levi e meu amigo irá até você esta noite.”. De noite eu enviei a ele as duas espadas e a armadura, e disse a Solomon Levi para dizer que ele deveria pegar uma das espadas, aquela que ele preferisse, e retornar com a segunda. Ele pegou as espadas e a armadura pela qual paguei quinze ducados. Solomon Levi devolveu a mim a outra espada, e eu escrevi uma carta para o rei e a entreguei nas mãos do meu amigo o magistrado, que estava indo para o rei. Depois destas coisas veio um velho judeu chamado R. Abraham Ruach, de Asfi-Safi, que desejava receber honras do rei de Portugal sendo apontado como líder dos judeus. Ele chegou a Tavira com dois amigos, eles vieram a mim em minha casa e ele conversou comigo. Ele era o mais humilde dos judeus naquele reino, e não quis comer em nossa mesa mas permitiu a seus amigos comerem. Ele ficou em Tavira por oito dias.

Então nós fomos até o rei e os dissemos o que ele havia visto e ouvido. Quando o grande magistrado, meu amigo, partiu e estava fora havia oito dias, outro magistrado veio em seu lugar. Ele era completamente horrível, um amigo de Don Miguel. No dia em que chegou ele convocou a Carbalia, Solomon Levi e Solomon Cohen e os perguntou, “Porque o embaixador judeu fica aqui? O rei não lhe deu permissão para ficar mais do que dois meses, e ele ficou mais do que quatro meses.”. Carbalia respondeu que ele fica aqui até receber a resposta do rei. Ele disse a Carbalia, “Diga a seus amigos os marranos que eles devem ser sábios e não ir a casa do embaixador.”. Perto de nós vivia um vizinho, mau e perverso a Deus e aos homens, que era um amigo de Don Miguel e que escreveu para ele e para o rei dizendo como os marranos vinham até a minha casa. Christopoli retornou sem uma carta do rei mas com uma carta do homem que falava em árabe. Ele me disse que Aldeka o renegado tomou dele o albornoz e o vestiu, e tomou dele os ornamentos do cavalo e as cartas.

Christopoli e o homem que falava em árabe partiram em busca de Aldeka e o encontraram numa floresta escondendo o cavalo, pois ele queria trazê-lo a Lisboa e vendê-lo. Eles pegaram o cavalo e as cartas, e Aldeka fugiu e foi embora. Eles deram o cavalo para o rei, e ele ficou muito feliz, mas não respondeu em uma carta, e disse ao homem que falava em árabe, “Eu vou escrever e fazer o que ele deseja.”. Ele não fez nada e Christopoli voltou a mim de mãos vazias. Eu enviei Solomon Levi com Christopoli ao rei com minha boa espada, que valia trinta ducados, como presente, e os dei duas cartas, uma para o rei e uma para Antonio Corenzi. Eles foram juntos ao rei. Depois disso o outro magistrado quis fazer acusações contra os marranos todo dia, os dizendo, “Vocês querem se tornar judeus outra vez.”. Ele permaneceu zangado, mas pela graça de Deus ele não pode causar nenhum dano aos marranos. (Bendito seja Deus!)

Depois destas coisas o magistrado perverso veio até minha casa pela manhã, ele e todos os seus servos. Eu estava em minha cama dormindo, pois estive lendo a noite toda. De manhã Solomon Cohen veio a mim e disse que o magistrado amaldiçoado estava na grande sala, e eu o disse para dizer ao magistrado que ele deveria esperar e sentar-se ali até que eu me vestisse e fosse até ele. Eu me lavei com água e meus servos me ajudaram com minhas roupas. Eu fui até o magistrado, e em suas mãos estava um escrito do rei. Ele leu o escrito e nele dizia, “Assim que essa carta chegar você deve enviar o embaixador com um navio deixando Tavira, e se não houver navio vá com ele a Laza e procure rápido um navio para ele. Não se demore.” Eu não acreditei no

magistrado e chamei Carbalia. Ele pegou a carta e a leu em hebreu. O magistrado perverso disse, “Agora você deve acreditar que eu não estou fazendo nada por minhas próprias intenções, mas ao comando do rei. Portanto, esteja pronto em uma hora para que eu então possa ir a minha casa e enviá-lo cinco mulas e um cavalo para você cavalgar.”

Depois disso ele viu meu servo etíope e o perguntou se era um muçulmano ou um cristão, e ele disse que era cristão. Ele pegou o etíope e o levou para longe, e eu não o disse nada. Nós carregamos todas as nossas coisas, e o que eu não podia levar comigo dei a Carbalia. Eu também dei a ele a túnica de seda que R. Jechiel de Pisa me dera, pois ele me servira do dia em que cheguei a esse país até hoje. Eu também chamei Berantina e sua esposa. Eu havia ficado em sua casa e eles haviam me mostrado grande honra, e eu o dei uma fina espada. Para sua esposa eu dei dos anéis dourados, um deles com diamantes, os dois com o valor de vinte ducados, e também uma nova e fina túnica trabalhada com pérolas com o valor de dez ducados. Eu também dei a ela três comprimentos de vestido de seda, com o valor de dez ducados, pelas bondades e pelos gastos que eles tiveram quando vim a Tavira pela primeira vez e eles não me pediram nada.

Depois disso o magistrado enviou as mulas para carregar meus pertences, e me deu um cavalo muito ruim no qual eu não conseguia cavalgar. Eu fui a pé até uma cidade perto da casa do magistrado e, quando ele viu isso, me deu o cavalo no qual ele estava cavalcando e foi comigo usando uma mula. Todos os marranos estavam atribulados e entristecidos, homens, mulheres e crianças. Nós partimos de Tavira ao meio-dia, e o magistrado amaldiçoado e seus servos vieram assim como o servo etíope que ele havia tomado de mim. Comigo veio Carbalia com o velho marrano e com o servo marrano que havia vestido a mim e a Solomon Cohen. Nós chegamos a Faro naquela noite. O magistrado estava hesitando em entrar na casa dos marranos, mas foi somente aos cristãos. Um cristão honrado preparou para nós uma casa fina com boas camas e com tudo o que era necessário. Nós ficamos lá até de manhã, e eu orei a oração da manhã. O magistrado foi para Laza, para encontrar um navio para nós. Ele levou o servo etíope com ele. Nós ficamos na casa do cristão por aproximados oito dias. Muitos marranos vieram para me ver de Tavira e eu os disse, “Não tenham medo sobre as coisas com relação a mim, sejam fortes e sábios em seus atos. Deus vai comigo e Ele vai me guiar nesta missão e escolher o caminho certo para mim.” Então o magistrado retornou de Laza e nos disse para ir até lá, pois havia um navio que estava indo para

Leghorn. Ele havia ordenado os magistrados para arranjar tudo para nós e para ele ir até nós quando chegasse a hora.

Nós partimos imediatamente de Faro. Carbalia veio comigo, assim como o velho servo marrano e o outro servo marrano. Estava começando a chover e nós chegamos de noite em um vilarejo na borda da grande cidade. Fomos até um acampamento próximo ao portão da cidade, eles descarregaram a bagagem e nós ficamos lá por meia hora. Dois honrados magistrados vieram até mim, e todos os homens do vilarejo, muito honrados, e os magistrados me disseram, “Nós preparamos para você uma boa moradia, venha conosco.” Eu fui com eles. Eles prepararam para mim uma boa cama naquela moradia. Solomon Cohen veio e colocou a mesa, nós jantamos e tomamos o pão. Eu dormi ali até a manhã seguinte e saí de minha cama, me lavei, me arrumei e orei. Eu estava na sala interior e lá fora, na grande sala, estavam os magistrados e todos os homens do vilarejo, mulheres e crianças, e eles me pediram para mostrá-los as bandeiras. Solomon Cohen e Carbalia trouxeram as bandeiras e as estenderam, e os aldeões as louvaram muito. Então eles trouxeram cavalos e nós saímos do vilarejo deixando todos eles para trás. Chegamos a um grande e imenso rio, nós pagamos os tropeiros e eles colocaram os pesos e bagagens no barco. Nós também embarcamos e chegamos a uma grande cidade chamada Villa Nova (di Porto Maio), perto do rio. Eles descarregaram a bagagem e eu também fui à margem do rio. Todos os homens da cidade, mulheres, crianças e magistrados vieram para me ver. O magistrado perverso escreveu para eles dizendo que eles não deveriam permitir a nós entrar em qualquer casa de um marrano, mas somente em casas de cristãos e que eles deveriam vigiar e ficar atentos com relação aos marranos, pois eles não deviam ir até mim. Também disse que eles deveriam cuidar para que os marranos não falassem comigo. O magistrado da cidade enviou o seu servo conosco e nos trouxe até a casa de um cristão fora da cidade. Todos os homens vieram atrás de nós, e quatro marranos vieram a mim de Villa Nova. Eu os disse, “Vão embora em paz, por este perverso homem.” Nós ficamos naquela noite, uma noite de quinta-feira, e, quando eu estava dormindo, os magistrados vieram e procuraram saber se havia marranos na casa. Depois que eles foram embora, Carbalia e Solomon Cohen me disseram sobre isso. Se eu soubesse que eles tinham vindo para procurar marranos eu iria dá-los bons golpes. Mas eu não escutei nada, e isso tudo foi melhor assim.

De manhã o magistrado nos trouxe mulas e me entregou um cavalo. Eu montei nele e nós partimos de Villa Nova e fomos até a cidade de Laza. Todos os magistrados, homens, mulheres e crianças da cidade vieram a mim e nos trouxeram até a casa de um

cristão, com toda nossa bagagem, e os magistrados desejaram ver as bandeiras. Eu as estendi fortemente diante deles, e todos os grandes homens e nobres da cidade vieram para vê-las e as louvaram grandemente. O magistrado disse, “Veja esta carta do grande magistrado, que ordena que não deixemos nenhum marrano ir até ti.”. Eu respondi a eles, “Eu não possuo nenhum desejo entre os marranos e cristãos, não há diferença entre um e o outro. Se eles vierem pela própria vontade, deixem-nos vir, e se eles se afastarem, deixem eles se afastarem. Eu não vou nem chamá-los nem preveni-los de vir até mim.”. Os magistrados seguiram em seu caminho e nós ficamos ali por oito dias.

Depois destas coisas os magistrados vieram até mim e disseram que eu iria a um navio de Cuskini (?) que partiria no dia seguinte. Eu os disse, “Eu vou pensar sobre o assunto até o meio dia e respondê-los.”. Cristãos e Marranos vieram até mim e disseram, “Não embarque neste navio, pois a tripulação é de assassinos.”. Eu respondi aos magistrados dizendo que eu não desejava ir até aquele navio por várias razões, e eles disseram, “Tu precisas ir contra sua vontade e á força.”. Eu disse, “Eu não irei sob nenhuma consideração.”. Os magistrados saíram em fúria, e naquela noite Christopoli veio a mim do rei com a sua carta, na qual dizia, “Eu dei a você permissão para ficar por dois meses e você ficou por quatro meses, se misturou com os marranos com ordens para trazê-los de volta ao judaísmo. Todas as semanas recebo cartas dos magistrados de Tavira e todos os seus negócios com os marranos me foram revelados, pois eu vi o que você fez a esse respeito em minha presença, quanto mais ás minhas costas. Eu não desejo lhe fazer nenhum mal, pois tu me disseste que viera apenas por amor a mim e para meu benefício. Portanto eu não acreditei no que os caluniadores disseram a seu respeito, e disse a você para ir em paz e retornar ao seu país. Dessa forma, assim que esta carta chegar a você, vá em paz e não se demore”.

Christopoli também me entregou uma carta do homem que falava em árabe, cujas palavras diziam que Don Miguel havia feito tudo isso e que o rei não sabia nada sobre o assunto, ele apenas assinou a carta, e esse foi o feitio do rei de Portugal, pois ele acreditava em Don Miguel, que fazia todas as coisas. A carta também dizia que ele enviou a carta ao magistrado perverso e que ele falou mal de mim ao rei dia e noite, pois estava sempre em sua presença. Mas o homem que falava em árabe não poderia interferir e, quando o rei recebeu o cavalo, ele falou coisas boas sobre você. Depois disso Don Miguel o dissimulou. Portanto eu o aviso e o digo para ir em paz sem demora, pois existem muitos caluniadores contra você, e eles escreveram para o rei.

Eu dormi até de manhã e parti, eu, Carbalia e Solomon Cohen, para a casa do magistrado chefe e disse, “Eu desejo ir, mas esse barco que tu desejas que eu viaje, sua tripulação é de assassinos e todos os cristãos me alertaram dizendo para não embarcar nele. Não seria bom aos olhos do rei se você me colocasse nas mãos de homens fraudulentos que derramaram sangue e são nossos inimigos. Mas, se for de sua vontade fazer uma grande bondade por amor a Deus e ao rei de Portugal, me arranje outro navio melhor cuja tripulação seja desta cidade, em ordem para que possamos viajar nele em segurança.”.

O magistrado convocou o capitão de outro navio e se dispôs a contratá-lo por duzentos ducados dourados para levar-nos até Leghorn. Eu concordei com eles, pois o capitão daquele navio era um bom homem, direito e de uma boa família. Eu não pude fazer mais nada e os entreguei os duzentos ducados dourados. O capitão do navio escreveu um contrato dizendo que ele iria nos levar em segurança até Leghorn e retornar como minha testemunha de que havíamos chegado em paz e, se ele não trouxesse uma carta de nós, ele deveria pagar uma multa ao rei de dez mil liras. Eu fui para ver o navio, e a região diante da cabine estava em más condições. Eu desejei que eles pudessem fazê-lo melhor. Eu dei outros dez ducados pelos armários, mesas e amarras. Nós ficamos oito dias em ordem de que eles deveriam providenciar a cabine no navio, e depois que eles colocaram o navio em ordem eu embarquei ao meio-dia. Antes de eu entrar no navio eu me despedi dos marranos que me serviram e eles choraram. Carbalia foi comigo no navio e carregou todos os meus pertences, e fez uma grande cabine para Solomon, com uma cama e todas as bagagens. Ele me fez uma cabine muito boa.

Depois disso Carbalia retornou á cidade, e o magistrado perverso veio ao navio com seus servos e procurou por todo o navio para ver se havia algum marrano comigo. Eles abriram as caixas e bagagens para ver se havia alguma arma de fogo ali e, graças a Deus, eles encontraram apenas uma espada entre todas as que sobraram em minhas mãos. Eles não encontraram nenhum marrano comigo, e o magistrado perverso abriu a porta da cabine e me implorou perdão, “Eu somente fiz tudo isso a você pelo comando escrito do rei.”. Ele me mostrou outra carta escrita por Don Miguel. Eu disse a Carbalia, “Diga ao magistrado que assim como Deus vive, ele que me salvou de todo perigo, se ele esteve comigo e eu possuo quatro servos ele não deve sair do navio, pois eu levei ele comigo até o deserto de Habor ao rei Joseph, meu irmão.”. Nós partimos naquele dia de Laza e viajamos certa distância da cidade no mar. O navio chegou a Laza, um lugar que Solomon Cohen e o capitão haviam ido de volta naquela noite. Eu enviei por meio dele

a renda da casa para o velho marrano, e o dei dinheiro para comprar as provisões. Solomon Cohen comprou algumas coisas por lá e retornou a mim naquela noite. Nós partimos de Laza a meia-noite e nós navegamos por dois dias. Eu jejei por três dias e três noites consecutivamente todos os quarenta dias, e nos outros dias eu jejei de noite a noite. Eu permaneci bem e forte, graças a Deus! Meu corpo não exigiu nada de mim, e eu orei de manhã até a noite todos os dias da jornada que eu fiz.

A noite chegou quando estávamos a aproximadamente 23 quilômetros de Tavira, no começo dos domínios do imperador perto de Costa (Marina). O barco ficou ali por vinte dias, e nós saímos dali com um vento bom na quarta-feira. Por três dias nós tivemos um vento bom até a meia-noite de sexta-feira, e então um barco veio até nós da marinha portuguesa, e nós achamos que eles fossem piratas.

Eles fizeram muito barulho e os barcos se tocaram. O capitão veio a mim e disse que havia muçulmanos no outro navio. Eu disse a eles, “Eu vou permanecer na minha cabine até que eles venham a mim e Deus irá escolher um bom caminho para mim. Eu creio no Deus de minha salvação e não temo nenhum homem ou pirata. Se eles vierem a mim, eu direi que Deus os enviou para o meu bem e para o bem de toda Israel.”. Eles ficaram da meia-noite até de manhã e eu fiquei em minha cabine e orei a oração da manhã. O capitão viu que este era um navio do rei de Portugal, e depois disso nós viajamos com um vento muito ruim na sexta-feira e estivemos com problemas durante todo o sábado. O vento nos trouxe de volta a Almeda contra nossa vontade. Esta cidade está perto da costa e pertence ao imperador, e nós ficamos ali.

Os magistrados da cidade vieram ao nosso navio e nos disseram, “Eu vim para levá-lo em custódia, pois nenhum judeu pode adentrar nos domínios do imperador, sem sua permissão”. Eu providenciei, relutante, as cartas do rei de Portugal. Ele as leu para mim e disse-me, “Estes escritos estão em suas mãos, você pode vir e ficar conosco. Nós vamos escrever ao imperador tudo a seu respeito e faremos o que ele comandar.”. Eu respondi, “Este problema é do Senhor.”.

Eu fui com Solomon á casa do magistrado em Almeda. Eu me alegrei e não tive medo nem desânimo. Nós entramos numa sala da casa e o magistrado apontou para nós um guarda de dia e de noite. Nosso capitão foi mantido na prisão. O magistrado enviou dois homens com Solomon Cohen para trazer a nossa bagagem do navio. Eles viram que a tripulação havia roubado da bagagem uma capa de seda preta e vinte e cinco ducados. O resto eles entregaram nas mãos de Solomon Cohen. Nós pegamos as roupas, bandeiras, sinetes de ouro, copos de prata e nosso dinheiro. O magistrado fez uma lista

de todas elas em escrito e enviou um mensageiro ao imperador.

No dia seguinte eu fui levado em custódia e nossa bagagem ficou em nossas mãos, eles nos mostraram honra. Na terceira noite eu pensei em enviar um mensageiro por mim mesmo ao imperador, e o magistrado me disse, “Tu podes fazer isso e eu vou lhe arranjar um homem fiel como mensageiro.”. Eu escrevi duas cartas, uma para o imperador e outra para sua esposa, a rainha, que me conheceu quando eu estive com o rei de Portugal, seu irmão, e eu a acompanhei por aproximadamente dezessete quilômetros. O magistrado também escreveu para a rainha, a esposa do imperador, em meu nome, dizendo que eu havia deixado os domínios de seu irmão, o rei de Portugal, que fora o vento que havia trazido nós a Almeda e que estávamos sendo levados em custódia. Eu o entreguei todas as cartas do rei de Portugal e do Papa.

O mensageiro deixou Almeda na terça-feira e chegou a Granada até a presença do imperador e da rainha. Nós ficamos na casa do magistrado. Ele era muito honorável e de descendência judia. Ele revelou isso a nós, mas nenhum dos cristãos sabia disso, e ele nos mostrou muito bondade e honra. Eu disse ao capitão, “Eu desejo que você pegue todo o dinheiro que eu lhe dei, duzentos ducados, para trazer-nos a Leghorn. Você veio conosco apenas até Almeda.”. O capitão quis me dar cem ducados de volta, e eu o disse, “Dê-me o meu dinheiro agora.”. Seus servos do navio, quando ouviram que o magistrado iria detê-los, viajaram e fugiram com um bom vento.

Eu pus algemas de ferro nos pés do capitão e o coloquei na prisão. Eu pensei em ir até a presença do imperador, e o magistrado me honrou grandemente. Todos os nobres da cidade vieram para nos ver todos os dias. Também um grande lorde muçulmano veio a nós e falou comigo a respeito e me perguntou, “Porque você veio de seu país e o que você busca nos cristãos?”. Ele era um homem sábio e me mostrou cálculos e figuras de aparatos. Ele me disse que o fim havia chegado para os cristãos e para os muçulmanos. Disse que em três anos todos os reinos de Edom deveriam estar nas mãos do rei de Israel em Jerusalém e que todas as nações deveriam retornar a uma religião. Eu não desejei respondê-lo nessas questões. O chefe da cidade me enviou um presente, e depois destas coisas eu fui até sua casa para mostrá-lo honra. Eu também enviei a ele um fino presente, através de Solomon Cohen. Ele era o mais honrado na cidade e juiz sobre todos os magistrados.

Aquela cidade de Almeda estava quase totalmente em ruínas e somente uma décima parte restava que ainda não havia sido destruída pelo grande terremoto que havia ocorrido cinco anos atrás, quando as casas caíram sobre os habitantes e eles

morreram. No dia em que o terremoto ocorreu houve um grande barulho na cidade. O barulho veio de Jerusalém, todos eles ouviram o som de palavras, mas não viram quem estava falando. Nós ficamos na cidade e esperamos pela resposta do imperador até que o nosso magistrado retornou, depois de vinte dias, e trouxe uma carta do imperador e um disparate selado no qual o imperador ordenou a todos os seus súditos para permitir-nos ir por mar ou por terra e não nos fazer nenhum mal, mas nos honrar e nos dar, pelo nosso dinheiro, casa para nos alojarmos e tudo o que precisássemos para a jornada que deveríamos fazer em seu reino.

Nós deixamos Almeda e o magistrado da cidade veio para me acompanhar com seus servos por aproximadamente oito quilômetros e depois retornar ao cair da noite. Nós acampamos naquela noite em um jardim, e de manhã nós viajamos e chegamos à noite em uma cidade chamada Sorbos. Esta era uma cidade de muçulmanos e nós fomos aos cristãos e todos eles estavam aptos a falar em árabe. Eles eram pobres, e nós dormimos no campo da noite até a manhã. A segunda-feira era natal e os tropeiros disseram que desejavam ficar em seu lugar porque esta era a sua festa. Eu cedi à sua vontade e nós ficamos ali. O magistrado da cidade, um homem honorável, veio e disse-me, “Se desejar qualquer coisa, me ordene e eu farei tudo.” Eu comprei para os meus tropeiros ovelhas e muitas aves, para que pudessem comer e ficar satisfeitos, e os cidadãos, os muçulmanos, vieram para beijar minhas mãos e se alegraram muito comigo. Depois que eu convoquei o magistrado da cidade e consultei com ele e com o capitão, eu estava com medo de ele fugir e escapar, e tive de algemá-lo. O magistrado replicou, “Se você quiser um homem para vigiá-lo eu lhe darei um homem forte.” E eu disse, “Sim, eu pagarei seu serviço.” O magistrado o comprou antes de mim e o alertou, “Se o capitão do navio escapar você terá de me pagar duzentos ducados, portanto tome boa conta dele.”

Nós partimos de Sorbos na segunda manhã depois do natal, e o jovem esteve ocupado por todo o caminho procurando pelo capitão e até mesmo foi com ele quando ele quis aliviar suas necessidades naturais. Nós chegamos a uma cidade onde os cidadãos foram muçulmanos, mas se tornaram cristãos, e o nome da cidade era Purchena. Nós dormimos ali naquela noite, partimos de manhã e chegamos a Lorca, uma grande cidade, onde nós ficamos, partimos na manhã de sexta-feira e chegamos a Albacete. É um balneário com primaveras quentes. Nós ficamos ali em acampamento no sábado. No domingo nós partimos para Cartagena, onde ficamos em um bom alojamento. Eles colocaram uma mesa e nós comemos, e muitos deles me honraram e

vieram até a casa naquela noite para nos ver. Nós ficamos até de manhã, e o jovem que guardou o capitão permaneceu na guarda.

Na segunda-feira eu admoestei o capitão, que tentou escapar, e o coloquei na prisão. Os magistrados vieram a mim e eu os mostrei a carta do imperador, o disparate selado e também o disparate do Papa e do rei de Portugal e os outros escritos que eu tinha. Quando eles viram a carta do imperador ordenando-os a me honrarem grandemente, todos os nobres da província vieram e me mostraram grande honra e bondade. Todos os cidadãos, grandes e pequenos, se acumularam para me ver. Nenhum ficou longe. Depois do meio dia um magistrado veio e disse diante dos outros magistrados, “Eu desejo levar esses judeus em custódia porque eles não podem entrar em nosso país.” Eu providenciei a carta do imperador e o mostrei tudo. Ele leu a carta do imperador e desejou jogar a carta fora. Eu peguei a carta e a segurei firme. Depois disso ele providenciou uma carta do grande investigador do imperador, que vivia em Murcia e que escreveu para ele dizendo para levar-nos em custódia a todo custo.

Todos os magistrados da cidade me ajudaram, mas o magistrado não tomou nota de suas palavras e disse a mim e a eles que ele iria escrever ao investigador perguntando o que fazer com esses judeus e dizendo que eu tinha uma carta do imperador e uma carta do Papa. Ele fechou nossa casa e colocou dois guardas do lado de fora, mas eu não sabia disso. Quando Solomon Cohen quis ir ao mercado para comprar algo ele viu que a porta estava trancada e com guardas lá fora. Ele me disse tudo isso e eu estive furioso até a morte e pensei em quebrar a porta. Christopoli me disse, “Existe outra porta pela qual você pode ir para fora, não quebre a porta.”. Ele me mostrou a porta pela qual eu poderia sair. O magistrado e muitos homens vieram até mim, e eu os disse, “Sejam testemunhas de que esse magistrado está quebrando o comando do papa e do imperador, que ordenou a todos os homens em seu domínio para me mostrarem honra no mar e na terra seca. Ele trancou a porta e quer me levar em custódia. Eu segurei em minhas mãos a carta do imperador e desejo enviar hoje um mensageiro ao imperador e escrever para ele todas as coisas que este magistrado fez. Eu verei como a situação irá se desenrolar.”. Então o magistrado, que fora enviado pelo investigador de Murcia, disse, “Eu não irei sob nenhuma circunstância calar nenhum de vocês, mas fiquem na casa com meus dois servos até que a resposta venha até mim amanhã do investigador, pois eu não posso fazer nada, grande ou pequeno, exceto pelo comando do investigador.”. Quando ouvi isso eu não pude fazer mais nada, retornei a minha casa e disse ao magistrado, “Permita a Solomon Cohen ir ao mercado comprar o que é preciso e eu ficarei na casa, e meus

servos ficarão comigo.” E assim ele fez. Naquela noite o magistrado estava comigo e dormiu no chão em minha casa. Assim fizeram os seus servos, sob ordens de nos guardar. Mas eu e Solomon Cohen dormimos em camas e não tive medo ou desânimo. Eu fui confiante e eles estavam em desconforto. O mensageiro que o magistrado havia enviado para o investigador em Murcia retornou, e o investigador respondeu em escrito que nós poderíamos ficar...

Até agora no manuscrito, que está incompleto, e eu não sei quantas folhas estão perdidas, nós não podemos dizer o que finalmente ocorreu a R. David Reubeni. Estes são os gastos que R. Solomon Cohen incorreu ao nosso senhor R. David, o comandante do exército: - Eu, Solomon b. Abraham Cohen de Prato, escreverei todas as despesas que eu fiz para David Rebeni em 18 de Tebet, 286 (Janeiro, 1526), quando eu recebi a quantia em dinheiro de Ben Zion de Kurein (?), das despesas de Tavira até Al Marina. Mais de oitenta ducados gastos em Al Marina e Santarem, na mula comprada, em Tavira e em nosso retorno, em Lans (?) e em Al Marina até hoje, Mid-Iyyar, 287 (1427), algo em torno de catorze meses e meio. Todas as despesas neste tempo somaram dois mil e duzentos ducados. Além dos dois mil e quatro ducados tomados de nós pelo lorde de Clermont, que nos levou como prisioneiros a uma ilha no Adriático. Além do dinheiro que eu dei em Portugal aos servos do rei, e além do cavalo que eu enviei ao rei de Portugal, um presente no valor de dois mil e quatro ducados...

O relato termina: “Dois mil, cento e setenta e três ducados dourados, além dos grandes gastos que os judeus tiveram ao enviar para Roma para pagar a multa do resgate, pois ele havia pedido demais e além do estimado, e me forçou a obrigatoriamente pagá-lo novecentos ducados. Por fim e terminado, glórias ao Eterno”.

Carta do Inquisidor Selaya a D. João III In. AZEVEDO, L. A. *Evolução do Sebastianismo*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1918. pp. 194 – 197.

Muy alto e muy poderoso Príncipe, rey. e Senor — muchas vezes e tenjdo pensamjento de dar cuenta a V. alteza de los negócios desta çiiidad que tocan ai santo oficio de la ynquisiçion contra la herética pra- uedad. y. avn que algunas causas me movian. otras me an estoruado, hasta agora, por ser muy ofendida la dicha çiuudad por vasallos de. v. alteza, por que a lo que parece, segun el moujmjento de las personas que hizieron el ynsulto. avn que açertaron a hazer otra cosa de lo que pensaron, afrentaron ai dicho oficio cuyo cargo a mj es cometido en estas partes, y asi me a seydo forçado de poner en obra en lo que estaua dudoso y de hazer saber la causa de mj estada en esta çiuudad a v. alteza y dei agraujo que a ella e a mj se a hecho por vuestros vasallos. Avra dos o três aaios muy Poderoso Señor. Que lleo vn judio a vuestros reynos de estrañas tierras.

Segun el publico, el qual fue tan cauteloso que en poço tiempo hizo mucho daño. y segun puedo çerte- ficar convertio a la perfidia judayca. Y a las novelas que Senbro ynfinitas gentes de vuestros Reynos, y a creer que nuestro seiior y redentor Jesu Chrísio no es Dios nj el mexias prometido, y que el dicho judio venja a dar buenas nuevas a los creyentes. y para dezir les que estoujesen apercebidos para yr a reçebir ai falso mexias que el pedrico. Porque un rey hermano suyo los avia de leuar a tierra De promjssion. Sacan- dolos de vuestros reynos. y de otras partes, esta pres- tiferá ponçona Se a tendido tanto, que a llegado a estos Reynos, y como los maios que estan en la capitanja de luçifer por otros que ganan el mesmo Sueldo.

Son sienpre fauorecidos, çiertos fugitiuos destes reynos culpados en esta nueva eregia, y con gente armada vasallos de .v. alteza. Salieron de la vuestra villa de canpo mayor y entraron en esta çiuudad. y forçosamente leuarou la hazienda que avian dexado y a vna muger que yo tenia mandado que nadie la pasase a vuestros Reynos por que asi satisfazia, y con mucho menos preçio destes reinos, se tornaron a recoger a la mesma villa, tambien íengo ynformaçion que antes desto an lleuado haziendas, saliendo devuestros reynos de la manera que tengo dicho. Suplico a vuestra alteza mande a sus justiçias hagan pesquisa destes ynsultos pues no querran darse a la ynformaçion que tomado tenemos, y que por las capitulaçio- nes hechas aníre vuestros católicos progenitores, mande vuestra alteza entregar los delinquentes, para ser punidos en este reyno donde cometieron el delito, para lo qual Suplico a vuestra alteza tenga ante los

ojos de Su real conciencia quan grauemente es desseruido nuestro Sefior dios quando es fauoresçido el pecado de la ynfedilidad, Segun se manifiesta en la Sagrada escritura cuyos exeuplos a prinçipe de tan alto entendimienío, es escusado referir, mas una sola cosa quiero traer a Ia memoria a vuestra alteza que el Santo Job afirmo, que no avia pecado, y dixo verdad pues se lo mando así publicar el spirito santo. Sabe- mos que por dispensaçion diujna siendo rey poderoso entre los orientales. vino a extrema pobreza y a ser desanparado de sus amigos, y en otras afliçiones gra- ues. Si siendo justo fue asi tentado de dios. rey muy poderoso que deuen temer los que no cunplen Sus mandamientos y dan pernicioso consejo. y ponen por obra para fauoreçer a los culpados de ereges por que no sea executada la vengança dei delito tan abomina- ble como es el pecado de la eregia, y si para escusar su danada yntinçion, oponen que los ereges a quien fauoreçen fueron bueltos dei judaysmo. a la santa fee católica contra su voluntad y que por eso nj los de- linquentes, nj los que los fauoreçen no deuen ser castigados, no tienen razon justa a parecer de discretos. Por que los delinquentes avnque forçados reçibieron gran beneficio en reçebir el Sacro Bautisnio, y a quien fuerçan con su bien. no se puede dezir for- çado, y segun dotrina de católicos, no se puede con- sentir que ninguno aya de apostotar. avnque sea bautizado por fuerça. si la fuerça. es condicional. Porque el que se tiene por buen Judio y tiene por buena su ley. pase lo que pasaron los macabeos. Sus fautores no tienen excusa. Pues no ay causa en el mundo, que escuse a los que de çierta ciência fauoreçen sus deli- tos, y de los ereges de quien hablo. muchos reçibieton el santo bautismo antes que supiesen liablar, y si esta pestilência no se cura Sereníssimo Sefior en vuestros reynos subçedera de generaçion en generaçion hasta la fin dei mundo, y puesto que fuesen Ju- dios sin bautisar estas nuevas ofensas que contra dios se cometeu. Se devrian en personas de Judios castigar, que entre verdaderos judios semejantes delinquentes se tienen por ereges como personas que coníradizen el seso literal de la blibia y cometen delicto en la misma ley de moysen. Porque muy poderoso Senor, ay três maneras de Judios, los vnos se llaman carraynes, y otros Saduceos que niegan la resureçion de Ics muertos y otros talmudistas que subçeden a los fariseos. cuya apostasia en otro fiempo ynficiono a castilla

y agora yifiona vuestros reynos católicos, y los car- raynes que son los que guardan la ley ai pie de la letra, llainan a los otros hereges de la ley de moysen como a maios esponedores dei testo de la biblia, y la santa yglesia a condenado el talmud como cosa escrita en ofensa de Dios. y como glosas que no se pueden prem.itir entre los que quieren guardar la ley de moy- sen, los diçipulos deste Judio, y el con elíos an dado

falsos enteadimientos a las profecias que hablan dei verdadero mexias, aplicandolas con mucha osadia a las vanidades que el dicho judio a dado a entender, aprovando sacriligamente escrituras que la madre santa yglesia tiene reprobadas, y por esto avnque no fuesen bautizados los ereges de vuestro reyno. los quales muy mas que publico profanan el nonbre de iesus christo nuestro Saluador y redentor devrian ser castigados comoviendose contra ellos los católicos pues dei çielo a su causa el eterno Dios enbia muchas adversidades, e ynfortunios ai mundo, nuestro Senor Jesus christo Dios verdadero y saluador nuestro cuya Deydad estos nuevos hereges ofendeu ensalçe vuestro real estado por muchos Aaios y de vitoria contra yn- fieles y mueva en este Santo tienpo el coraçon de vuestra real alteza a castigar sus ynjurias.

De la çiudad de badajoz. a treynta dei mes de março de mjll e quinientos e veynte e ocho anos. — muy alto y muy poderoso prjnçipe Rey Sefior — Vuestras reales ma- nos, y pjes besa este humjldde Cappellã y sjervo de vuestra alteza — El Doctor Selaya — inquisidor.

Sobrescrito: Al muy alto. y muy p poderoso prinçipe. y Senor el rey De portogal.